

27/04/2016

Aprovado

*[Handwritten signature]*  
CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA OCIDENTAL, E.P.E.  
Conselho de Administração  
*[Handwritten initials]* *[Handwritten signature]*

# Relatório de Gestão e Contas 2015



# RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS **2015**

## **CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA OCIDENTAL, E.P.E.**

<b>Índice</b>	<b>Pág.</b>
<b>1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	04
<b>2. BREVE APRESENTAÇÃO</b>	06
2.1. Área de Influência do CHLO	07
2.2. Especialidades e valências existentes	08
<b>3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL</b>	10
3.1. Regulamento Interno	10
3.2. Organograma	10
<b>4. BOM GOVERNO DA SOCIEDADE</b>	12
4.1. Governo da Sociedade	12
4.2. Descrição da evolução da taxa média anual de financiamento	27
<b>5. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS</b>	28
<b>6. GRELHA VALIDAÇÃO DAS BOAS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO ADOTADAS EM 2015</b>	37
<b>7. ACTIVIDADE GLOBAL EM 2015</b>	41
7.1. Taxa de Execução	41
7.2. Indicadores Globais por Linha de Atividade	42
7.2.1. Internamento	46
7.2.2. Bloco Operatório	50
7.2.3. Bloco de Partos	55
7.2.4. Consulta Externa	56
7.2.5. Urgência	59
7.2.6. Hospital de Dia	61
7.2.7. GDH's Médicos de Ambulatório	63
7.2.8. Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica	64
7.3. Desempenho Económico-Financeiro	65

7.3.1. Análise Económica	65
7.3.2. Análise Financeira	76
7.3.3. Execução Orçamental	82
7.3.4. Investimento	83
7.4. Recursos Humanos	84
7.4.1. Evolução dos Recursos Humanos por Grupos Profissionais	85
7.4.2. Mobilidade de Pessoal	86
7.4.3. Absentismo	87
7.4.4. Estrutura Etária	89
7.4.5. Formação	91
7.5. Sistemas e Tecnologias de Informação	93
7.6. Investigação Clínica	94
7.7. Comissão de Humanização e Qualidade dos Serviços	94
7.8. Comissão de Ética	95
7.9. Grupo de Coordenação Local de Prevenção e Controlo de Infeção e Resistências aos Antimicrobianos	95
7.10. Serviço Social	97
<b>8. FACTOS MAIS RELEVANTES DURANTE O ANO 2015</b>	98
<b>9. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	107
<b>10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS</b>	108
<b>11. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	109
11.1. Balanço	109
11.2. Demonstração de Resultados por Natureza	111
11.3. Demonstração de Resultados por Funções	112
11.4. Demonstração de Fluxos de Caixa	113
11.5. Mapa dos Fluxos Financeiros	115
11.6. Mapa de Controlo do Orçamento Económico	117
<b>12. ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>	122
<b>13. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS</b>	146
<b>14. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO</b>	150

### Siglas utilizadas:

ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde  
ACES- Agrupamento de Centros de Saúde  
ARSLVT – Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo  
CHLO – Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental  
CIPE - Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem  
CES – Comissão de Ética para a Saúde  
EPE – Entidade Pública Empresarial  
GDH – Grupo de Diagnóstico Homogêneos  
HSFX – Hospital de São Francisco Xavier  
HEM – Hospital Egas Moniz  
HOSA – Hospital de Sant’Ana  
HSC – Hospital de Santa Cruz  
MCD – Meios Complementares de Diagnóstico  
MCDT – Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica  
ORL – Otorrinolaringologia  
POCMS – Plano Oficial de Contas do Ministério da Saúde  
SAPE - Sistema de Apoio à Prática de Enfermagem  
SIGIC – Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia  
SNS – Serviço Nacional de Saúde  
TAC – Tomografia Axial Computorizada  
UCI – Unidade de Cuidados Intensivos

# 1

## **MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

O Conhecimento é um recurso estratégico nos serviços de saúde e constitui a raiz da Medicina Baseada na Evidência, admitida hoje como o suporte essencial para uma medicina de qualidade.

Para oferecer aos utentes cuidados de saúde altamente diferenciados, os Hospitais têm de investir na formação contínua dos seus profissionais e na Investigação Clínica, a par da introdução regular e criteriosa da inovação terapêutica e tecnológica. Só assim os Hospitais poderão enfrentar os grandes desafios que se avizinham, num cenário de liberalização da escolha dos Serviços de Saúde por parte dos utentes.

A crise dos últimos anos tem feito focar os problemas dos hospitais do SNS essencialmente na sustentabilidade financeira. No entanto, tão importante quanto esta é a sustentabilidade assistencial, muito ameaçada pelas restrições na área dos Recursos Humanos e na retração no investimento.

O CHLO tem-se preocupado em promover a modernização das suas estruturas e equipamentos, e sobretudo com a qualidade dos serviços prestados aos doentes.

O modelo colaborativo no Ensino e na Investigação com a Faculdade de Ciência Médicas tem mostrado muito frutuoso para as duas instituições.

Em relação à Qualidade, estão já certificados atualmente os Serviços Farmacêuticos e o de Medicina Transfusional, estando em curso a acreditação de outros doze serviços clínicos, numa perspetiva de acreditação total dos serviços do CHLO nos próximos três anos.

Lançada a primeira fase dos Centros de Referência, o CHLO apresentou candidaturas nas suas áreas de maior competência, tendo sido designado Centro de Referência Nacional para cinco áreas clínicas, nomeadamente a Epilepsia Refractária, Neoplasia do Recto, Transplantação Renal, Cardiopatias Congénitas e Intervenção Estrutural Cardíaca.

Os próximos passos deverão passar por novas candidaturas à segunda fase dos Centros de Referência, e promover a integração dos já atribuídos nas Redes de Referência Europeia.

Constitui também um objetivo estratégico, a curto-médio prazo, fazer evoluir alguns dos serviços clínicos do CHLO para Centros de Responsabilidade, permitindo assim maior autonomia na gestão de recursos

que possa vir a facilitar ganhos de eficiência e a alcançar a excelência nos cuidados prestados por este Centro Hospitalar.

Lisboa, 21 de Abril de 2016



Maria João Pais

Presidente do Conselho de Administração

## 2 BREVE APRESENTAÇÃO

O Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., é um estabelecimento público do Serviço Nacional de Saúde, dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial e natureza empresarial, criado pelo Decreto-lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro, resultante da integração, por fusão, do Hospital de S. Francisco Xavier, SA, do Hospital de Egas Moniz, SA e do Hospital de Santa Cruz, SA.

O presente Relatório de Gestão e Contas foi elaborado em obediência a princípios de clareza e suficiência, objetividade e comparabilidade que permitam ajuizar da eficácia da gestão e da evolução da atividade da empresa.

A contabilidade do Hospital obedeceu aos princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, no sector público da saúde e às regras estabelecidas no POCMS conforme despacho n.º 3016-A/2015 de 24 de março de 2015.

## 2.1 ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CHLO



O Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., tem como área de influência as freguesias de Ajuda, Alcântara, Belém e Campo de Ourique (Santo Condestável), do concelho de Lisboa, e o Concelho de Oeiras, abrangendo ainda a prestação de serviços diferenciados aos habitantes dos concelhos da Amadora, Cascais e Sintra, prestando cuidados de saúde, de acordo com os censos de 2011, a uma população de cerca de 993.000 habitantes.

### ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CHLO

	área (ha)	habitantes
<b>Concelho de Oeiras</b>	<b>4.600</b>	<b>172.120</b>
<b>Concelho de Lisboa:</b>	<b>1.404</b>	<b>61.345</b>
Freguesia da Ajuda	315	15.584
Freguesia de Alcântara	439	13.943
Freguesia de Belém	549	16.561
Freguesia de Campo Ourique (Santo Condestável)	101	15.257
<b>Total linha directa</b>	<b>6.004</b>	<b>233.465</b>
<b>Concelho da Amadora</b>	<b>2.300</b>	<b>175.136</b>
<b>Concelho de Cascais</b>	<b>9.710</b>	<b>206.479</b>
<b>Concelho de Sintra</b>	<b>31.650</b>	<b>377.835</b>
<b>Total cuidados diferenciados</b>	<b>49.664</b>	<b>992.915</b>

É a referência para a área de Saúde Mental do concelho de Cascais e constitui-se como hospital de primeira linha para as freguesias do concelho de Lisboa e do concelho de Oeiras identificadas no quadro anterior.

Constitui para as especialidades Cardiológicas e Nefrológicas a última linha de referência não só para as Unidades C e D da Sub-Região de Lisboa, onde se insere, mas também de âmbito nacional.

Para a especialidade de Infeciologia, não tem área de influência definida, abrangendo toda a população. É ainda referência direta para o Hospital de Cascais e para o Hospital Dr. Fernando da Fonseca, na área da Neurocirurgia. Articula-se diretamente com os seguintes Centros de Saúde: Ajuda, Alcântara, Carnaxide, Cascais, Oeiras, Parede e Santo Condestável.

## 2.2. ESPECIALIDADES E VALÊNCIAS EXISTENTES

A lotação no Internamento em 2015, não considerando as camas de Berçário (28 berços), foi de 782 camas. Nesta lotação estão ainda incluídas 10 camas por protocolo estabelecido com o Hospital de Sant'Ana (HOSA).

As 782 camas acima referidas encontram-se distribuídas pelas seguintes valências/ especialidades:

### LOTAÇÃO 2014/2015

Especialidades	2014	2015	Especialidades	2014	2015
Cardiologia	35	35	Neurologia	16	16
Cardiologia Pediátrica	8	8	Oftalmologia	2	2
Cirurgia Cardiorácica	33	33	Unidade Oncológica	3	3
Cirurgia Geral	114	95	Ortopedia	43	43
Cirurgia Vascular	14	14	Otorrinolaringologia	11	11
Cirurgia Plástica	21	21	Pediatria	21	21
Endocrinologia e Nutrição	6	6	Pneumologia	19	19
Gastroenterologia	12	12	Reumatologia	4	4
Ginecologia/Obstetrícia	51	59	Urologia	19	19
Hematologia	13	10	U.C.I.C	17	17
Infeciologia	26	26	Unid. Cuid. Intens. Coronária	6	5
Medicina Interna	162	164	U.C.I.P	16	16
Nefrologia	27	27	Unid. Cuid. Intens. Cardioracicos	13	13
Neurocirurgia	25	25	Unid. Cuid. Intens. Neonatais	14	14
Neurotraumatologia	19	19	Psiquiatria (Agudos)	25	25
<b>TOTAL 2014</b>			<b>795</b>		
<b>TOTAL 2015</b>			<b>782</b>		

A unidade de Oncologia do CHLO mantém ainda a responsabilidade técnica da Oncologia médica do HPP Cascais

Além dos Serviços de Internamento acima referidos, o Centro Hospitalar dispõe também dos seguintes Serviços:

- *Dermatologia*
- *Estomatologia*
- *Saúde Ocupacional*
- *Anestesiologia*
- *Anatomia Patológica*
- *Imuno-Hemoterapia*
- *Medicina Física e de Reabilitação*
- *Medicina Nuclear*
- *Patologia Clínica*
- *Imagiologia*

Os Serviços de Urgência do Centro Hospitalar abrangem:

- *Urgência Geral*
- *Urgência Obstétrica*
- *Urgência Pediátrica*
- *Urgência de Oftalmologia*
- *Urgência de Otorrinolaringologia*

De acordo com o plano em curso de metropolização das Urgências da área de Lisboa, a Urgência Pediátrica funciona diariamente até às 22 horas e as Urgências Oftalmológica e de Otorrinolaringologia funcionam até às 20 horas (encerram aos fins-de-semana e feriados). As restantes Urgências funcionam de forma ininterrupta ao longo de todo o ano.

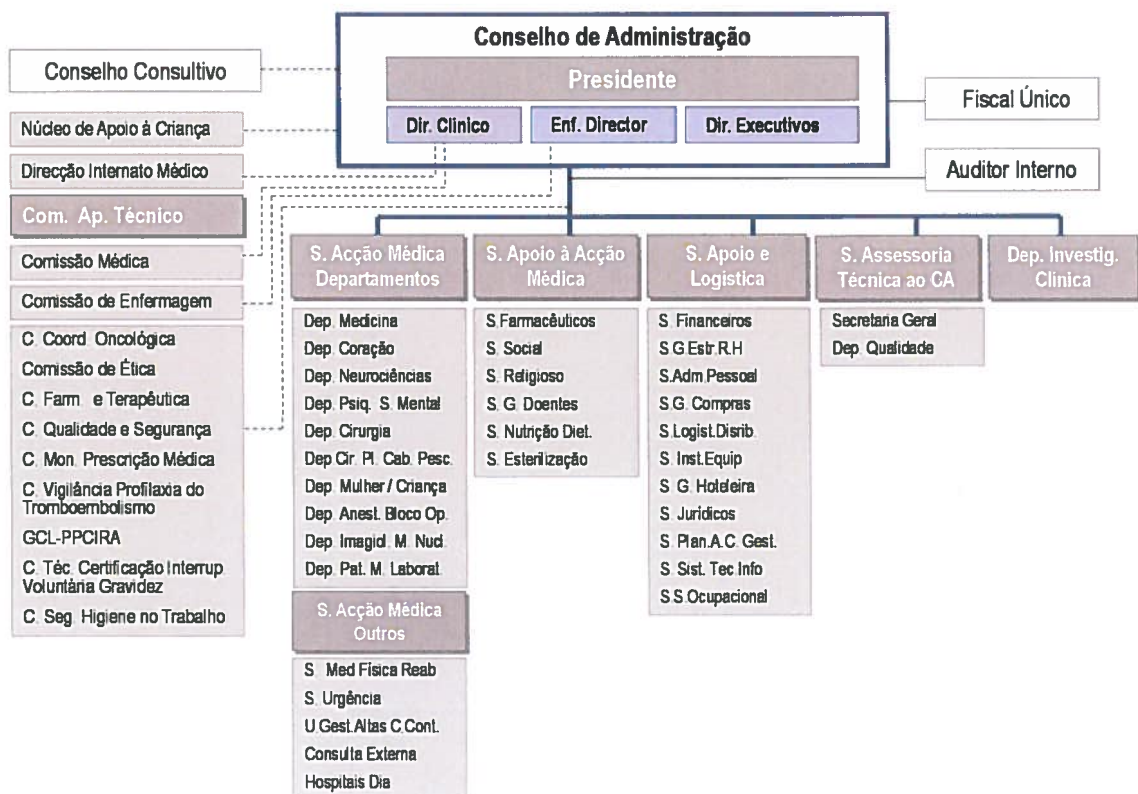
## 3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

### 3.1. REGULAMENTO INTERNO

O Regulamento Interno do CHLO, E.P.E., foi homologado por Sua Ex<sup>a</sup> o Secretário de Estado da Saúde, em 27 de Junho de 2006, com a adaptação homologada por sua Ex<sup>a</sup> o Sr. Ministro da Saúde, em 04 de Março de 2016.

### 3.2. ORGANOGRAMA

A estrutura organizacional é a que resulta do Regulamento Interno do CHLO, de acordo com o previsto no art.º 22º do Decreto - Lei n.º 233/2005 de 29 de Dezembro.



O CHLO adotou um modelo de gestão participada que compreende os níveis de gestão estratégica, intermédia e operacional e que assenta na contratualização interna de objetivos e meios, competindo ao

Conselho de Administração (CA), ao nível estratégico, estabelecer objetivos da instituição, controlar e assegurar a sua execução e definir as estratégias e políticas de gestão internas.

Cada um dos hospitais do CHLO tem um Diretor Executivo (Vogal do CA), um Diretor Médico (na dependência hierárquica da Direção Clínica) e um Enfermeiro Diretor (na dependência hierárquica da Direção de Enfermagem).



Ao nível de cada Departamento, as responsabilidades de gestão englobam, a coordenação e articulação das atividades e recursos dos Serviços e Unidades Funcionais que o integram.

Ao nível da gestão operacional, compete aos Serviços e Unidades Funcionais, a prestação direta de cuidados de saúde e as atividades de suporte necessárias, de acordo com objetivos e metas integradas em planos de atividade aprovados pelo CA.

## 4 BOM GOVERNO DA SOCIEDADE

### 4.1. GOVERNO DA SOCIEDADE

#### 4.1.1. MISSÃO, OBJETIVOS E POLITICAS DA EMPRESA

O CHLO tem como **missão** a prestação de cuidados de saúde a todos os cidadãos no âmbito das responsabilidades e capacidades das Unidades Hospitalares que o integram, dando execução às definições de política de saúde a nível nacional e regional, aos planos estratégicos e decisões superiormente aprovados.

Intervém de acordo com as áreas de influência e redes de referenciação, cumprindo os contratos – programa celebrados, em articulação com as instituições integradas na rede de prestação de cuidados de saúde.

O CHLO desenvolve ainda atividades complementares como as de ensino pré e pós-graduado, investigação e formação, submetendo-se à regulamentação de âmbito nacional que rege a matéria dos processos de ensino - aprendizagem no domínio da saúde, sem prejuízo da celebração de contratos para efeitos de organização interna, repartição do investimento e compensação dos encargos que forem estipulados.

Os **objetivos** a prosseguir pelo CHLO são os seguintes:

- Prestação de cuidados de saúde humanizados, de qualidade e em tempo oportuno;
- Aumento da eficiência e eficácia, num quadro de equilíbrio económico e financeiro sustentável;
- Desenvolvimento de áreas de diferenciação e de referência na prestação de cuidados de saúde;
- Implementação de projetos de prestação de cuidados de saúde em ambulatório e ao domicílio, para minimizar o impacto da hospitalização;
- Promoção da investigação clínica
- Formação profissional pré e pós graduada.

No desenvolvimento de todas as suas atividades, o CHLO rege-se pelos seguintes princípios gerais da **Ética**:

- Humanização e não discriminação;
- Respeito pela dignidade individual de cada doente;
- Promoção da saúde na comunidade;
- Atualização face aos avanços da investigação e da ciência;
- Competência técnico-profissional;
- Ética profissional;
- Promoção da multidisciplinaridade;
- Respeito pelo ambiente.

#### **4.1.2. REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS A QUE A EMPRESA ESTÁ SUJEITA**

O CHLO é um estabelecimento público do Serviço Nacional de Saúde dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial e natureza empresarial.

O CHLO rege-se pelo regime jurídico aplicável às entidades públicas empresariais, com as especificidades constantes do Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro e seus anexos I e II, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 244/2012, de 9 de Novembro, pelas normas em vigor para o SNS que os não contrariem e pelo seu Regulamento Interno, homologado pelo Ministério da Saúde. Para mais esclarecimentos sobre a legislação aplicável, consultar [www.chlo.min-saude.pt/Hospital/Legislacao](http://www.chlo.min-saude.pt/Hospital/Legislacao).

#### **4.1.3. INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSAÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS**

Nos termos dos artigos 1.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 23/2008, 5.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 233/2005, e 23.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, o Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, E.P.E. é uma pessoa coletiva pública de natureza empresarial, cuja atividade, apesar de comungar de diversos traços de regime de Direito Público, é maioritariamente regida pelo Direito Privado (cfr. artigo 14.º do Novo Regime do Sector Empresarial do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, aplicável como disposição geral que é, sem prejuízo da natureza subsidiária desse diploma face ao regime aprovado pelo Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro, como expressamente previsto no seu artigo 70.º).

Um dos traços mais marcantes do referido carácter jurídico-público é a sujeição da celebração de quaisquer contratos de aquisição de bens, obras e serviços, mas também concessões (de obras e serviços públicos), ao regime procedimental previsto na parte II do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual. Dito de outro modo, todo e qualquer contrato que envolva prestações típicas daqueles contratos (e só destes; cfr. artigo 6.º, n.º 2,

do CCP) que seja celebrado pelo Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. é sempre precedido por um dos procedimentos legalmente tipificados naquele diploma legal, sendo aferido caso a caso, de acordo com o critério geral de escolha do procedimento (artigos 17.º, 18.º e 20.º, todos do CPP) e com os critérios materiais (cfr. artigos 24.º e ss.), qual o procedimento em concreto aplicável.

Por sua vez, à celebração dos contratos que não envolvam prestações dos acima mencionados não é aplicável o CCP, sendo aos mesmos aplicáveis o direito privado, sem prejuízo do cumprimento, mesmo nesses casos, das normas constantes do Código do Procedimento Administrativo que concretizam preceitos constitucionais e dos princípios gerais da atividade administrativa.

Finalmente, merece ainda destaque, no caso específico da aquisição de medicamentos e de material de consumo clínico, as aquisições que são efetuadas ao abrigo dos Contratos Públicos de Aprovisionamento (CPA) na área da Saúde, mediante convite à apresentação de proposta dirigido apenas aos operadores económicos que sejam partes naqueles CPA, mediante o procedimento pré-contratual previsto no artigo 259.º do CCP.

#### 4.1.4. INFORMAÇÃO SOBRE OUTRAS TRANSAÇÕES

Lista de fornecedores que representam mais de 5% dos FSE:

	<i>(euros)</i>
	<b>2015</b>
Such - Serv. Utiliz. Comum Hospitais	4.867.616
Instituto Português Sangue, IP	2.151.232
Edp Comercial - Comercialização de Energia	1.742.814
Safita Facility Services, SA	1.629.999
Hospital Ortopedico de Santana	1.452.356
Gás Natural Comercializadora	1.318.442

#### 4.1.5. IDENTIFICAÇÃO DO MODELO DE GOVERNO E IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

##### IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Conselho de Administração:

##### **Presidente**

Dra. Maria João Reis Silva de Soares Pais

### Vogais Executivos

Dr.<sup>a</sup> Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva

Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira

Dra. Rita Perez Fernandez da Silva (Diretora Clínica)

Enf.<sup>a</sup> Fernanda Maria da Rosa (Enf.<sup>a</sup> Diretora)

Fiscal Único:

**BDO & Associados, Lda.**

Representada por Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias

Conselho Consultivo:

**Presidente**

Dr. Roberto Artur da Luz Carneiro

### MODELO DE GOVERNO

Cargo	Orgão Sociais	Eleição	Mandato
<b>Conselho de Administração</b>			
Presidente	Dr. <sup>a</sup> Maria João Reis Silva de Soares Pais		
Vogal (1)	Dr. <sup>a</sup> Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva	Resolução n.º	
Vogal (2)	Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	36/2013 DR n.º 253	2014-2016
Vogal (3)	Dr. <sup>a</sup> Rita Perez Fernandez da Silva (Directora Clínica)	(*)	
Vogal (4)	Enf. <sup>a</sup> Fernanda Maria da Rosa (Enfermeira Directora)		
(*) Produz efeitos a partir de 01/01/2014			
<b>Fiscal Único</b>			
Efectivo	BDO & Associados, Lda (SROC n.º 29) representada por Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias (ROC n.º 725)	Despacho n.º 328/14- SET de 03.03	2014-2016
Suplente	Dr. João Paulo Torres Cunha Ferreira (ROC n.º 956)		
<b>Conselho Consultivo</b>			
Presidente	Dr. Roberto Artur da Luz Carneiro	Despacho n.º 12491/2014	2014-2016

## FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES

O Conselho de Administração é composto pelo presidente e por quatro vogais, nomeados por despacho conjunto dos Ministérios das Finanças e Saúde sendo um deles o Diretor Clínico e outro o Enfermeiro Diretor.

Para além das competências próprias do Conselho de Administração previstas no artigo 7.º dos estatutos dos hospitais E.P.E. anexos ao Decreto-Lei n.º 233/2005 de 29 de Dezembro, das específicas do Presidente do Conselho de Administração previstas no artigo 8.º e do Enfermeiro Diretor, previstas no artigo 10.º, a cada um dos membros do Conselho de Administração foram atribuídas as competências na gestão estratégica dos seguintes pelouros:

### Conselho de Administração

#### Presidente

Dra. Maria João Reis Silva de Soares Pais: Para além das competências próprias, este elemento coordenará a gestão estratégica dos seguintes pelouros:

- Serviço de Instalações e Equipamentos;
- Departamento de Qualidade;
- Secretaria-geral (inclui Gabinete de Comunicação e Imagem, Gabinete de Utente e Centro de Documentação/ Biblioteca e Reprografia);
- Serviço Social;
- Serviço de Auditoria Interna.

#### Vogais Executivos

Dra. Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva: Para além das competências próprias, este elemento desempenha funções de Diretor Executivo do HEM e acumula as competências na gestão estratégica dos seguintes pelouros:

- Serviço de Administração de Pessoal e Gestão Estratégica de Recursos Humanos;
- Serviço de Gestão de Compras e Logística e Distribuição;
- Serviço Jurídico;
- Serviço Religioso.

Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira: Para além das competências próprias, este elemento desempenha funções de Diretor Executivo do HAFX e HSC e acumula as competências na gestão estratégica dos seguintes pelouros:

- Serviços Financeiros;
- Serviço de Planeamento Análise e Controlo de Gestão;
- Serviço de Gestão de Doentes;
- Serviço de Sistemas e Tecnologias de Informação.

Dra. Rita Perez Fernandez da Silva (Diretora Clínica): Para além das competências próprias, este elemento acumula as competências na gestão estratégica dos seguintes pelouros :

- Serviços Farmacêuticos;
- Departamento de Investigação Clínica.

Enf.ª Fernanda Maria da Rosa (Enf.ª Diretora): Para além das competências próprias, este elemento acumula as competências na gestão estratégica dos seguintes pelouros:

- Serviços de Gestão Hoteleira;
- Serviço de Esterilização;
- Serviço de Nutrição e Dietética.

#### Fiscal Único

BDO & Associados, Lda.

Representada por Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias

A natureza, o regime de substituição, o tempo de mandato e o regime de exercício de funções no respetivo termo, bem como as competências do fiscal único, são os constantes dos artigos 15.º e 16.º dos Estatutos dos Hospitais E.P.E.

#### Conselho Consultivo

Presidente do Conselho Consultivo: Dr. Roberto Artur da Luz Carneiro

A natureza, o regime de substituição, o tempo de mandato e o regime de exercício de funções no respetivo termo, bem como as competências do conselho consultivo, são os constantes dos artigos 18.º e 19.º dos Estatutos dos Hospitais E.P.E.

#### 4.1.6. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

##### ESTATUTO REMUNERATÓRIO FIXADO

Conselho de Administração

##### Presidente

###### **Dra. Maria João Reis Silva de Soares Pais**

Remuneração base de 5.523,24 euros, 14 vezes por ano (opção pelo vencimento de origem)

Despesas de representação de 1.663,39 euros, 12 vezes por ano.

Viatura Automóvel – Rendimento Tributável, 799,53 euros, por ano.

##### Vogais Executivos

###### **Dra. Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva**

Remuneração base de 3.891,47 euros, 14 vezes por ano

Despesas de representação de 1.393,78 euros, 12 vezes por ano.

Viatura Automóvel – Rendimento Tributável, 324,00 euros, por ano.

###### **Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira**

Remuneração base de 3.891,47 euros, 14 vezes por ano

Despesas de representação de 1.393,78 euros, 12 vezes por ano.

Viatura Automóvel – Rendimento Tributável, 799,53 euros, por ano.

###### **Dra. Rita Perez Fernandez da Silva**

Remuneração base de 4.956,75 euros, 14 vezes por ano (opção pelo vencimento de origem)

Despesas de representação de 1.330,88 euros, 12 vezes por ano.

###### **Enf.ª Fernanda Maria da Rosa**

Remuneração base de 3.891,47 euros, 14 vezes por ano

Despesas de representação de 1.393,78 euros, 12 vezes por ano.

Viatura Automóvel – Rendimento Tributável, 359,39 euros, por ano.

Fiscal Único

**BDO & Associados, Lda.**

**Representada por Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias**

Remuneração de 1.214,96 euros (acresce IVA), 12 vezes por ano.

#### **4.1.7. ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL**

Dando continuidade às estratégias desenvolvidas nos anos anteriores, o CHLO continuou a combinar a maximização dos ganhos em saúde com os esforços sustentados na necessidade de reformar práticas económicas, sociais e ambientais que possam conduzir à sustentabilidade do Centro Hospitalar.

Genericamente, essas práticas traduziram-se na melhoria da acessibilidade e da qualidade dos serviços prestados e na eficiência dessa prestação, no controlo do equilíbrio financeiro, na renovação e remodelação das áreas mais degradadas e no reforço dos sistemas de informação.

O acompanhamento destas medidas, suportado numa estrutura de gestão intermédia, adequado a este modelo de funcionamento, é feito através de monitorização mensal de forma a possibilitar correções aos desvios que se considerarem adequadas.

##### **1. Acessibilidade**

Em 2015, o CHLO continuou a dar boa resposta à procura dos utentes no que se refere a necessidades de cuidados hospitalares, através da implementação de melhorias nas boas práticas, nomeadamente na:

- Identificação das especialidades com maiores problemas de acesso procurando, na contratualização com os serviços, encontrar as respostas necessárias para ultrapassar as dificuldades;
- Revisão periódica de listas e monitorização assídua dos indicadores;
- Divulgação, pela equipa (Diretor de Serviço e Administrador Hospitalar da área) a cada momento, dos problemas de cada especialidade promovendo constantes propostas de melhoria, por exemplo, através de protocolos de atividade adicional (Consulta e Cirurgia).

A análise da evolução dos indicadores de acessibilidade não revelou, em 2015, desvios significativos, face a 2014, pelo que consideramos a procura e a espera nos limiares do clinicamente aceitável na generalidade das especialidades existentes (Consulta e Cirurgia), verificando-se, inclusivamente, tempos médios de espera abaixo dos tempos médios para a região. A mesma conclusão poderá ser retirada para os indicadores "Doentes Tratados dentro e fora do Tempo".

As maiores listas de espera cirúrgicas verificam-se nas especialidades de Ortopedia, ORL e Neurologia, sendo que estas também registam os maiores tempos médios de espera (ainda que as especialidades Ortopedia e ORL tenham visto reduzir de 2014 para 2015 este tempo em 9% e 18%, respetivamente e a Neurocirurgia tenha visto aumentar esse tempo de espera em 4%).

Na área da cirurgia do ambulatório, onde foi conseguido um grande avanço nos últimos anos na taxa de ambulatório face à cirurgia convencional, verificaram-se, novamente, resultados ainda mais positivos em relação ao ano anterior.

Relativamente ao acesso às consultas, os principais indicadores que constam dos objetivos do CHLO para 2015 apresentam melhores resultados que os homólogos do ano de 2014. Com efeito, este número apresenta-se superior em 2015 (3,2%), assim como a Lista dos inscritos a aguardar consulta se encontra diminuída em, relação ao final do ano de 2014, (-16,4%).

A especialidade de Imunoalergologia é a que apresenta um tempo médio de espera (229 dias), francamente superior ao tempo médio de espera com prioridade normal (150 dias), com 394 utentes a aguardar a primeira consulta. Contudo de realçar que em relação ao nº utentes a aguardar consulta, o CHLO conseguiu em 2015, reduzir em cerca de 20%, passando de 16.208 para 13.543 utentes.

Continuou-se, em 2015, a promover a articulação do Centro Hospitalar com os Centros de Saúde, tendo em vista a otimização da acessibilidade, em direção para um eventual Sistema Local de Saúde.

Continua-se a aguardar, com expectativa, o desenvolvimento da rede de Cuidados Continuados na região Ocidental de Lisboa, o que permitirá rentabilizar e aproveitar integralmente a capacidade instalada do CHLO.

## **2. Qualidade de cuidados prestados**

No ano de 2015 manteve-se a certificação da Diálise, do Serviço de Imunohemoterapia e dos Serviços Farmacêuticos e iniciou-se ainda o processo de certificação do Centro de Ecografia Cardíaca (HSC) junto da Associação Europeia de Ecocardiografia.

No âmbito da contratualização interna com os Serviços, o Conselho de Administração tem sempre exigido a cada Serviço, não só contratualização na vertente da produção e custos, mas também objetivos mensuráveis nos domínios da qualidade. Nesse sentido, em 2015, os serviços de Cardiologia, Cardiologia Pediátrica, Cirurgia Cardiorácica, Cirurgias Geral I, II e III, Neurocirurgia, Nefrologia,

Neurologia, Gastroenterologia, Anatomia Patológica e Oncologia Médica deram início ao Processo de Acreditação na plataforma @Qredita da Direcção geral de Saúde.

Ainda em 2015, e na sequência do despacho n.º 235-A/2015 do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde que define as áreas de intervenção prioritárias a ser reconhecidas como centros de referência, os serviços de Neurologia e Neurocirurgia, Cardiologia e Cardiologia Pediátrica, Cirurgia Cardiorácica, Nefrologia, Cirurgias Geral I, II e III e Oncologia Médica, apresentaram candidatura a Centro de referência para as áreas de Epilepsia Refratária, Doenças Cardiovasculares: Cardiologia de “intervenção estrutural e Cardiopatias congénitas, Transplantes de Rim e Coração; e Cirurgia do Reto, respetivamente.

Com o Reequipamento do sector de Cardiologia de Intervenção (UNICARV) no HSC que viu renovado e ampliado o seu espaço físico, tendo ainda ganho uma sala nova para o sector de Eletrofisiologia (sala 3), orientada para a realização de atos de diagnóstico e terapêuticas ablativas em eletrofisiologia e a renovação da segunda sala que datava de 1996, onde se realizavam atos de diagnóstico e terapêutica em Cardiologia de Intervenção Coronária e Estrutural melhorou-se, substancialmente, a qualidade e a quantidade dos cuidados de saúde prestados nesta área, agora suportado localmente com equipamento do sector de Imagiologia novo como sejam o AngioTC e a Ressonância Magnética, orientados para o estudo de patologia cardiovascular, mas também com ampla capacidade disponível para dar resposta a outras patologias dos diferentes territórios do corpo.

### **3 . Nível de serviço prestado e eficiência**

A produtividade e a eficiência são, diariamente, medidas e estimuladas no CHLO. Para isso, foram implementados modelos de avaliação de desempenho, suportados em níveis adequados de produtividade e eficiência funcional.

Neste sentido, reveste-se de grande importância a contratualização anual de objetivos de produção assistencial e de resultados financeiros, de forma a aumentar os níveis de eficiência e de desempenho dos serviços. Esta contratualização é acompanhada continuamente pelo Conselho de Administração e respetivas direções de serviços.

### **4 . O CHLO no contexto do SNS**

Como consequência das medidas estruturais do passado recente, nomeadamente, abertura de novos hospitais na área da Grande Lisboa e a baixa da natalidade no país, continua extremamente difícil

rentabilizar o Departamento da Mulher e da Criança, cuja potencial capacidade instalada nunca foi completamente alcançada.

Desde 2009, e por decisão da ARSLVT, o CHLO passou a ter a responsabilidade técnica pela Oncologia Médica do Hospital de Cascais, obrigando ao aumento dos custos com os recursos humanos e medicamentos citostáticos, para além da dispersão geográfica com custos associados aos transportes diários e deslocação de pessoal.

Na área da Psiquiatria de urgência e na vertente de apoio comunitário em consultas, o CHLO continua também a manter a responsabilidade pelos doentes psiquiátricos da zona de Cascais a qual não foi ainda assumida pelo respetivo hospital.

O Serviço de Urgência Polivalente do CHLO, assim como todas as valências clínicas das várias especialidades, continuaram a receber todos os doentes enviados de acordo com as redes de referência, para além de múltiplos doentes de outras regiões de saúde em especialidades cuja elevada diferenciação faz ultrapassar o nível regional como a Cardiologia Pediátrica, a Cirurgia Cardíaca, a Cardiologia de Intervenção, a Transplantação Renal e Cardíaca, a Cirurgia da Epilepsia Refratária, o tratamento das Doenças Desmielinizantes e de HIV/SIDA, a Neurocirurgia e Otoneurologia, entre outras.

Durante o ano de 2015 o CHLO continuou a reforçar as boas relações mantidas com os centros de saúde da sua área, no sentido de oferecer a melhor colaboração possível, tendo passado a efetuar as análises clínicas dos ACE's que lhe estão adstritos.

## **5 . Reforço da gestão**

O CHLO tem vindo a ajustar, sistematicamente, os modelos de gestão previstos no Regulamento Interno, de forma a potenciar a descentralização e responsabilização ao nível produtivo, possibilitando verdadeiros níveis intermédios de gestão de acordo com a complexidade global e sectorial.

Também os investimentos ao nível dos sistemas de informação têm vindo a permitir o melhoramento ao nível dos modelos automatizados de informação *on-line*, que facilita e permitem a análise rigorosa da informação e a possibilidade de serem validados em real-time os dados principais e complementares de produção, indicadores económico financeiros e de qualidade, etc., para além de constituírem um meio eficaz de combate ao desperdício e à fraude.

## **6. Controlo do equilíbrio financeiro**

Em 2015, nada se alterou, relativamente aos anos anteriores. O Governo tinha assumido, no Memorando de Entendimento com a União Europeia, o Banco Central e o Fundo Monetário Internacional, entre outros, o compromisso de melhorar o desempenho e aumentar o rigor na gestão dos hospitais do SNS e continuou assim, exigir rigor. Os documentos e legislação vária que vinham propondo um conjunto de medidas que visavam a rede hospitalar, com o objetivo de garantir a sua sustentabilidade económica e financeira, sem que o acesso e a qualidade fossem postos em causa, mantiveram-se em vigor para 2015, ou seja, a racionalização da despesa e a melhoria da eficiência continuaram a ser afrontadas.

O Conselho de Administração do CHLO, sensível a tais orientações, não deixou de acompanhar essa necessária mudança e implementou diversas medidas focadas na otimização dos custos correntes e na melhoria da eficiência. Atente-se, à evolução desde 2011. Em cenários extremamente desfavoráveis com reduções sistemáticas ao nível dos proveitos do Contrato Programa, exceção feita a 2015 que viu aumentados os proveitos, face a 2014, mesmo assim, são muito interessantes os resultados da sobreposição de indicadores de desempenho vs. Indicadores económicos financeiros:

O conceito de boa governação continuou a ser uma preocupação constante para que sejam salvaguardadas todas as realidades - económico-financeira, social e política - dentro do cumprimento da lei, demais regulamentos e códigos, processos de decisão e de controlo interno. De uma forma geral, podemos concluir que o objetivo principal foi atingido.

Rubrica	Unidade: M€							Var % 14/13	Var % 15/10
	2010	2011	2012	2013	2014	2015			
<b>Custos</b>									
Consumos	98,2	94,6	77,3	77,1	72,6	76,1	4,9%	-22,6%	
Fornecimentos e Serviços Externos	35,5	32,9	29,2	27,5	26,1	26,8	2,6%	-24,4%	
Despesas com Pessoal	119,7	106,6	99,8	103,6	100,6	101,1	0,4%	-15,6%	
Outros Custos Operacionais	12,4	10,6	10,0	8,3	7,4	7,2	-3,2%	-42,3%	
<b>Total Custos Operacionais</b>	<b>265,9</b>	<b>244,7</b>	<b>216,4</b>	<b>216,4</b>	<b>206,7</b>	<b>211,1</b>	<b>2,1%</b>	<b>-20,6%</b>	
<b>Proveitos</b>									
Prestação de Serviços	213,9	200,4	196,0	200,3	195,1	200,7	2,9%	-6,2%	
Outros Proveitos Operacionais	13,5	15,2	11,1	16,5	4,8	3,6	-25,0%	-73,0%	
<b>Total Proveitos Operacionais</b>	<b>227,3</b>	<b>215,7</b>	<b>207,1</b>	<b>216,8</b>	<b>199,9</b>	<b>204,3</b>	<b>2,2%</b>	<b>-10,1%</b>	
<b>EBITDA</b>	<b>-26,2</b>	<b>-18,6</b>	<b>0,6</b>	<b>8,5</b>	<b>0,6</b>	<b>0,4</b>			
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>-38,5</b>	<b>-29,1</b>	<b>-9,3</b>	<b>0,4</b>	<b>-6,8</b>	<b>-6,8</b>			
<b>Resultados Líquidos</b>	<b>-42,1</b>	<b>-9,5</b>	<b>-9,7</b>	<b>1,1</b>	<b>-5,3</b>	<b>-12,8</b>			
<b>Produção</b>									
N.º Consultas	449.821	452.799	463.462	472.032	465.802	462.107	-0,8%	2,7%	
N.º Cirurgias	23.719	23.620	24.669	23.878	22.697	23.743	4,6%	0,1%	
<b>Quadro de Pessoal</b>									
N.º de Médicos	674	652	610	571	522	502	-3,8%	-25,5%	
N.º de Enfermeiros	1.390	1.353	1.289	1.231	1.207	1.235	2,3%	-11,2%	
<b>Total de Funcionários</b>	<b>4.331</b>	<b>4.203</b>	<b>4.058</b>	<b>3.863</b>	<b>3.741</b>	<b>3.807</b>	<b>1,8%</b>	<b>-12,1%</b>	

Resumidamente, com menos recursos médicos o CHLO tratou, em 2015, mais doentes. Se, por um lado, as linhas de produção associadas à intervenção cirúrgica vinham a ter uma evolução com sentido algo decrescente, em 2015, inverteram o crescimento. Mesmo assim, os ganhos em Dias de Espera em Lista que se traduzem em resultados muito abaixo do tempo médio para a região aumentaram 6 dias. Por outro lado, as linhas de produção de consultas efetuadas registaram, também, uma evolução muito positiva.

Tudo visto e ponderado, a melhor articulação das diversas especialidades cirúrgicas face aos tempo disponíveis de bloco operatório, bem como uma gestão mais eficiente das equipas, no caso das cirurgias, o alargamento dos horários das consultas, a sua marcação por hora, a adesão ao programa de "Consulta a tempo e horas" (objetivos também contratualizados com os Serviços), permitiram trazer, ainda, ganhos de eficiência a que o centro hospitalar não estava habituado.

Uma nota para justificar o crescimento de 3,5 milhões na rubrica de Consumos. Apesar das medidas no sentido de levar à redução da despesa com o medicamento, certo é que os medicamentos inovadores introduzidos no mercado em 2015 e, bem assim, os novos dispositivos médicos, com justificados ganhos em saúde, levaram a este resultado.

No final, podemos dizer que a alavanca fundamental desta mudança era, sem sombra de dúvida, a mudança estrutural de mentalidades e de práticas. O foco estaria em tudo o que pode ser repensado,

reestudado. E isso é tanto mais verdade quanto as diversas medidas que têm vindo a ser implementadas permitiram resultados económicos, acima apontados, significativamente, mais favoráveis.

O Conselho de Administração continua a competir pelo equilíbrio pragmático, certo e seguro que este caminho não é uma questão de moda nem um paliativo de ocasião. Mas nada está garantido, se o esforço não for contínuo. Tratando-se de um processo complexo, haverá que continuar a envolver toda a organização e os vários serviços, para que os valores orçamentados para 2016 possam ser uma realidade e o equilíbrio económico garantido, uma vez mais. No que respeita à capacidade do CHLO para liquidar o seu passivo antigo, o Conselho de Administração e a tutela continuam a equacionar diferentes cenários económicos possíveis e mais adequados, para promover essa sustentabilidade.

## **7. Reforço dos sistemas de informação e de comunicação**

Com a crescente informatização dos exames complementares de diagnóstico médico verificado nos últimos tempos no CHLO, foi realizado em 2015 um investimento na área de armazenamento de imagem médica. Foi assim possível dotar o Centro Hospitalar de capacidade de armazenamento de imagem médica nos novos equipamentos instalados recentemente, permitindo a consulta imediata pelos médicos de imagens de exames efetuados à vários anos.

O novo equipamento de armazenamento de imagem, com redundância entre os centros de dados do HAFX e o do HSC, possibilitou uma maior rapidez na consulta de exames e um mais rápido e eficiente atendimento do doente.

Na continuação de substituição de equipamentos críticos descontinuados, foi efetuada a aquisição de um novo equipamento central de distribuição de comunicações de dados, existente no Centro de Dados principal no HAFX. Este novo equipamento, além de diminuir o risco operacional face ao antigo, permitiu dotar o CHLO de larguras de banda de comunicações de dados várias vezes superiores às que existiam, de maneira a permitir um melhor desempenho e utilização dos sistemas informáticos em todo o Centro Hospitalar.

O serviço de Oftalmologia começou a utilizar uma aplicação informática. A informatização deste serviço, que estava bastante dependente de papel, permitiu, através da aplicação, a requisição de exames e a sua subsequente consulta pelo médico.

#### **4.1.8. VIABILIDADE DO CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DO BOM GOVERNO (RCM N.º 49/2077, DE 28 DE MARÇO)**

O Centro Hospitalar tem cumprido com todos os princípios de Bom Governo que lhe são aplicáveis.

#### **4.1.9. EXISTÊNCIA DO CÓDIGO DE ÉTICA**

O Código de Ética no Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, foi aprovado em 13 de Dezembro de 2012 e corresponde, não só ao cumprimento dos dispositivos legais aplicáveis, designadamente a Resolução de Conselho de Ministro 49/2007, mas também a um instrumento que visa a realização dos objetivos e da missão da instituição.

Este Código estabelece um conjunto de princípios de orientação da atividade hospitalar e de regras de natureza ética e deontológica destinadas a orientar os colaboradores do CHLO no desempenho das suas funções, de modo a que as possam exercer com elevados padrões de qualidade e em linha com os objetivos e missão do CHLO na prestação de cuidados de saúde.

O Código de Ética do CHLO encontra-se em processo de revisão e actualização, ao abrigo do Despacho nº 9456-C/2014 do Ministério da Saúde.

No cumprimento do Decreto-Lei 8 n.º 97/1995 de 10 de Maio, possui uma Comissão de Ética com as seguintes competências:

- Pronunciar-se sobre todas as questões que envolvam valores morais dentro da Instituição, nomeadamente o respeito pelos direitos e dignidade dos doentes;
- Zelar pela observância de padrões éticos no acesso aos cuidados, de diagnóstico e tratamento e no respeito pela confidencialidade;
- Pronunciar-se sobre práticas corretas de investigação e ensino que envolvam doentes ou tenham impacto nos princípios morais porque se rege a sociedade e as práticas profissionais.

Em todas as suas atividades, o CHLO respeita os princípios da Ética já enunciados anteriormente:

- Humanização e não discriminação;
- Respeito pela dignidade individual de cada doente;
- Promoção da saúde na comunidade;
- Atualização face aos avanços da investigação e da ciência;
- Excelência técnico-profissional;
- Ética profissional;
- Promoção da multidisciplinaridade;
- Respeito pelo ambiente

## 4.2. DESCRIÇÃO DA EVOLUÇÃO DA TAXA MÉDIA ANUAL DE FINANCIAMENTO

Não aplicável em 2015. Inexistência de Passivo Remunerado e Custos e Perdas Financeiras.

### TAXA MÉDIA ANUAL DE FINANCIAMENTO

(milhares de euros)

	2013	2014	2015
Passivo Remunerado	,0	,0	,0
Custos e Perdas Financeiras	,0	,0	,0
Taxa média Anual de Financiamento	0,0%	0,0%	0,0%

## 5 CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação/Referência ao Ponto do Relatório
	S	N	N.A.		
<b>Objectivos de Gestão/Planos de Actividade e Orçamento:</b>					
Objectivo 1 - Redução do Custo efetivo com trabalho extraordinário	X			100%	Ponto 5.1.
Objectivo 2 - Cumprimento metas do Orçamento Económico (EBITDA >0)	X			100%	Ponto 5.1.
Objectivo 3 - Acréscimo da dívida vencida <0		X			Ponto 5.1.
Objectivo 4 - Percentagem de Proventos Operacionais extra Contrato Programa no total dos proventos Opera	X			90%	Ponto 5.1.
<b>Gestão do Risco Financeiro</b>					
			X		
Limites de Crescimento do Endividamento	X			0%	Ponto 5.2.
Evolução do PMP a fornecedores		X		+41 dias	Ponto 5.3.1
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	X			20 825 438,35 €	Ponto 5.3.
<b>Recomendações do acionista na última aprovação de contas:</b>					
					Aguarda-se a aprovação do Relatório de Gestão e Contas de 2014
<b>Remunerações:</b>					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 41.º da Lei 82-B/2014	X				Ponto 5.5.
Órgãos sociais - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2015	X				Ponto 5.5.
Auditor Externo - reduções e reversões remuneratórias nos termos do art.º 75.º da Lei 82-B/2014	X				Ponto 5.5.
Restantes trabalhadores - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2015	X				Ponto 7.4.
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 39.º da Lei 82-B/2014	X				Ponto 7.4.
<b>Complementos de reforma - n.º 3 do artigo 78.º da Lei n.º 82-B/2014</b>					
Suspensão do pagamento de complemento de reforma, nos casos em que as empresas apresentem resultados líquidos negativos nos três últimos exercícios (2014, 2013 e 2012)			X		
<b>Artigo 32.º do EGP</b>					
Não utilização de cartões de crédito	X				
Não reembolso de despesas de representação pessoal	X				
<b>Despesas não documentadas - n.º 2 do artigo 16.º do DL n.º 133/2013</b>					
Proibição de realização de despesas não documentadas	X				
<b>Promoção da Igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014</b>					
Elaboração e divulgação do relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens		X			
<b>Contratação Pública</b>					
Aplicação da normas de contratação pública pela empresa	X				Ponto 5.7.
Aplicação da normas de contratação pública pelas participadas		X			
Contratos submetidos a visto prévio do TC	X			62 contratos 28.599.191,05€ (s/IVA)	Ponto 5.7.
<b>Prevenção da Corrupção - n.º 1 do artigo 46.º do DL n.º 133/2013</b>					
Elaboração e divulgação do relatório anual	X			<a href="http://www.chlo.min-saude.pt/Downloads_HSA/CHLO/Organograma/RelP/anoCompucaoInfConexas_2015.pdf">http://www.chlo.min-saude.pt/Downloads_HSA/CHLO/Organograma/RelP/anoCompucaoInfConexas_2015.pdf</a>	
<b>Auditorias do Tribunal de Contas</b>					
Recomendações			X		
<b>Parque Automóvel</b>					
N.º Maturas	X			-5,3%	Ponto 5.9.
Gastos com viaturas	X			18 viaturas	Ponto 5.9.
	X			85 760,66 €	Ponto 5.9.
<b>Gastos Operacionais das Empresas Públicas (artigo 61.º da Lei 82-B/2014)</b>					
	X				Ponto 5.9.
<b>Redução de Trabalhadores (artigo 60.º da Lei 82-B/2014)</b>					
N.º de trabalhadores	X			+66/ +1,8%	Ponto 5.9.
Volume de Negócios/N.º de Trabalhadores				+0,6%	Ponto 5.9.
N.º de cargos dirigentes	X			+1 / +4,5%	Ponto 5.9.
<b>Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 125.º da Lei 82-B/2014/artigo 28.º do DL 133/2013)</b>					
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	X				
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	X				

## 5.1. OBJETIVOS DE GESTÃO

O CHLO tem os seguintes Objetivos de Gestão – Desempenho Económico-Financeiro - que se traduz num incentivo institucional associado ao Contrato Programa:

### **Objetivo 1: Redução do Custo efetivo com trabalho extraordinário**

A redução da despesa com trabalho extraordinário ascendeu a -6,7%, comparativamente ao ano de 2014, ultrapassando o objetivo estabelecido, apresentado um desvio favorável de 11,3%, face ao orçamento.

### **Objetivo 2: Cumprimento metas do Orçamento Económico (EBITDA >0)**

Em 2015 manteve-se a política de contínua implementação de medidas no sentido de maiores níveis de eficiência e eficácia.

Mesmo assim, o acentuado esforço no controlo e contenção de custos em todos os agregados principais, CMV/MC e FSE e dos Gastos com Pessoal, originou um desvio desfavorável de 4,9%, 4,9% e 0,8%, respetivamente, de alguma forma justificado pela: a) introdução no mercado de medicamentos inovadores extremamente onerosos, face a outros geralmente prescritos; b) acréscimo dos custos com os transportes por via de nova regulamentação legal, nomeadamente pela Portaria 28-A/2015 de 28 de Fevereiro; c) pela reposição salarial e demais orientações da Tutela, no que se refere ao cálculo e registo da estimativa de férias e subsídio de férias de 2015.

Contudo, a realização dos Proveitos superou os valores orçamentados em cerca de 2,7%. Para esta evolução contribuíram as Adendas ao Contrato Programa.

Tudo visto e ponderado, o CHLO terminou o exercício económico de 2015 com a meta global do Orçamento Económico (EBITDA > 0).

### **Objetivo 3: Acréscimo da dívida vencida <0**

O acréscimo de dívida foi de 6,5 milhões de euros, pelo que o objetivo não foi atingido. Para este aumento contribuiu evolução negativa das disponibilidades de tesouraria.

### **Objetivo 4: Percentagem de Proveitos Operacionais extra Contrato Programa no total dos proveitos Operacionais.**

O montante de proveitos operacionais extra Contrato Programa atingiu 19,6 milhões de euros, 9,6 %, quando o objetivo era 10,7%. Em igual período do ano anterior essa a percentagem atingida foi de 8,8%

Tudo visto e ponderado, para um incentivo global associado aos Objectivos de Qualidade e Eficiência, que se traduziria no montante de 8.961.470,19 euros, o CHLO atingiu o valor de 8.203.461,96 euros, correspondente a 91,5%.

## 5.2. LIMITES DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO

A inexistência de Passivo Remunerado e Custos e Perdas Financeiras, é transcrita nos quadros seguintes:

Anos	2011	2012	2013	2014	2015
Encargos Financeiros (euros)	2.600	257	0	0	0
Taxa média Anual de Financiamento (%)	1,8%	2,5%			

(euros)

Passivo Remunerado	2014	2015	Var. Absol.	Var. (%)
Passivo não corrente	0	0	0	
Financiamentos obtidos	0	0	0	
Passivo corrente	0	0	0	
Financiamentos obtidos	0	0	0	
<b>Total Passivo Remunerado</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	

## 5.3. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO A FORNECEDORES E ATRASOS NOS PAGAMENTOS (“ARREARS”)

Apesar de todo o esforço, para dar continuidade à política de redução de dívidas junto dos fornecedores externos, o valor dos *arrears* passaram de 15,3 milhões de euros para 20,8 milhões de euros.

### 5.3.1. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES NOS TERMOS DA RCM 34/2008 COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELO DESPACHO 9870/2009

PMP	2015	2014	Var. 15/14	
			Var. Absol.	Var. (%)
Prazo (dias)	268	227	41	18,1%

Verificou-se uma variação do Prazo Médio de Pagamentos de 227 dias em 2014 para 268 dias em 2015. Apesar de todos os esforços concentrados na redução deste prazo, não foi possível a diminuição do mesmo devido a evolução desfavorável dos recebimentos.

### 5.3.2. MAPA DA POSIÇÃO A 31/12/2015 DOS PAGAMENTOS EM ATRASO, NOS TERMOS DO DL 65-A/2011, DE 17/MAIO

(euros)

Dividas Vencidas	0-90 dias	Valor das dividas vencidas de acordo com o Art.1º DL 65-A/2011			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	21.921.752	5.389.297	12.992.350	6.838.960	4.704.002
Aquisições de Capital	688.699	50.025	469.868	206.196	38.293
<b>Total</b>	<b>22.610.451</b>	<b>5.439.322</b>	<b>13.462.218</b>	<b>7.045.156</b>	<b>4.742.295</b>

### 5.4. RECOMENDAÇÕES DO ACCIONISTA

Aguarda-se a aprovação do Relatório de Gestão e Contas de 2014.

## 5.5. REMUNERAÇÕES

### 5.5.1 ÓRGÃOS SOCIAIS

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mandato	Cargo	Nome	Designação		OPRL	
			Forma	Data	Entidade	Pagadora (O/D)
2014-2016	Presidente	Dr.ª Maria João Reis Silva de Soares Pais			CHLO	O
	Vogal Executivo	Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva			CHLO	D
	Vogal Executivo	Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	Resolução n.º 36/2013 DR n.º253	31/12/2013 (*)	CHLO	D
	Vogal Executivo	Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva (Directora Clínica)			CHLO	O
	Vogal Executivo	Enf.ª Fernanda Maria da Rosa (Enfermeira Directora)			CHLO	D

(\*) Produz efeitos a partir de 01/01/2014

Nota: OPRL: Opção pela Remuneração Lugar de Origem; O/D: Origem/Destino

(euros)

Nome	EGP			
	Fixado (S/N)	Classificação (A/B/C)*	Remuneração mensal bruto	
			Vencimento mensal	Despesas Representação
Dr.ª Maria João Reis Silva de Soares Pais	N	B	5.523,24	1.663,39
Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva	S	B	3.891,47	1.393,78
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	S	B	3.891,47	1.393,78
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	N	B	4.956,75	1.330,88
Enf.ª Fernanda Maria da Rosa	S	B	3.891,47	1.393,78

Nota: EGP: Estatuto do Gestor Público

\*Classificação atribuída ao CHLO (RCM n.º 36/12 de 26 de Março)

(euros)

Nome	Remuneração anual					
	Variável	Fixa**	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)= (1)-(2)+(3)
Dr.ª Maria João Reis Silva de Soares Pais		97.286,04	97.286,04	12.258,04	1.945,72	86.973,72
Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva		71.205,94	71.205,94	8.971,95	1.424,12	63.658,11
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira		71.205,94	71.205,94	8.971,95	1.424,12	63.658,11
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva		85.365,06	85.365,06	10.299,97	1.707,30	76.772,39
Enf.ª Fernanda Maria da Rosa		71.205,94	71.205,94	8.971,95	1.424,12	63.658,11

Redução anos anteriores: refere remunerações regularizadas no ano em referência pertencentes a anos anteriores

\* Indicar os motivos subjacentes a este procedimento

\*\* Inclui a remuneração + despesas de representação (sem reduções)

(euros)

Nome	Benefícios Sociais							
	Sub. Refeição		Regime de Protecção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Outros	
	Valor/Dia	Montante pago Ano	Identificar	Valor			Identificar	Valor
Dr.ª Maria João Reis Silva de Soares Pais	4,27	969,29	ADSE/CGA	11.707,39				
Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva	4,27	1.046,15	ADSE/CGA	8.100,37				
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	4,27	1.071,77	Seg. Social	6.837,31				
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	4,27	1.088,85	ADSE/CGA	10.286,37				
Enf.ª Fernanda Maria da Rosa	4,27	982,10	ADSE/CGA	8.093,25				

(euros)

Nome	Gastos com Comunicações Móveis		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Dr.ª Maria João Reis Silva de Soares Pais	80,00	805,40	
Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva	80,00	907,68	
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	80,00	763,28	
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	80,00	784,98	
Enf.ª Fernanda Maria da Rosa	80,00	586,71	

(euros)

Nome	Encargos com viaturas								
	Vatura atribuída (S/N)	Celebração de contrato(S/N)	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	N.º Prestações Contratuais Remanescentes
Dr.ª Maria João Reis Silva de Soares Pais	S	S		Leasing Financeiro	2006	2010			
Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva	S	S		Aquisição	2003				
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	S	S		Leasing Financeiro	2006	2010			
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	N	N A							
Enf.ª Fernanda Maria da Rosa	S	S		Leasing Financeiro	2004	2007			

(1) Aquisição ALD/Leasing ou Outra

(euros)

Nome	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a viaturas				Observações
		Combustível	Portagens	Outras reparações	Seguro	
Dr.ª Maria João Reis Silva de Soares Pais	486,43	1.396,58	150,05	1.036,61	456,26	
Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva	389,15	2.093,28	876,60	1.240,00	363,91	
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	389,15	1.218,38	967,60	588,43	456,26	
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Enf.ª Fernanda Maria da Rosa	389,15	1.711,56	732,30	306,58	363,91	

## 5.5.2. FISCALIZAÇÃO

### FISCAL ÚNICO

Mandato	Cargo	Identificação			Designação			N.º Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	N.º de Inscrição na OROC	N.º de Inscrição na CMM	Forma	Data	Contratada	
2014-2016	Electivo	BDO & Associados, Lda Representada por Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias	SROC n.º 29 ROC n.º 725	1122	Despacho n.º 328/14- SET	03/03/2014	10/03/2014	3
	Suplente	Dr. João Paulo Torres Cunha Ferreira	ROC n.º 956					

(euros)

Nome	Remuneração Anual 2015 (a)			
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)= (1)-(2)+(3)
BDO & Associados, Lda	16.681,44	2.524,43	316,88	14.473,89

(a) Não inclui IVA

## 5.6. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ARTIGO 32.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO

Nenhum elemento do Órgão de Gestão usufrui de cartões de crédito ou outro instrumento de pagamento para a realização de despesas ao serviço da empresa, ou de reembolso de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

## 5.7. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Foram observados os procedimentos de formação de contratos legalmente tipificados, nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro. Destacando-se a este nível a submissão a visto prévio do Tribunal de Contas de contratos de valor igual ou superior a 350.000 euros.

## 5.8. SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS E PARQUE DE VEÍCULOS DO ESTADO

As aquisições ao abrigo de CPAs promovidos pela central de compras da saúde (SPMS) são, regra geral, obrigatórias, não carecendo de adesão, ainda que também integrem o Sistema Nacional de Compras Públicas. Ao nível dos medicamentos, do Plano de Compras de 2015 constavam 43 milhões de euros de

aquisições ao abrigo de acordos quadro promovidos pela SPMS. Quanto ao mais, o CHLO é uma "entidade voluntária aderente".

No ano de 2015 não se verificou a aquisição de veículos.

## 5.9. MEDIDAS DE REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS

Embora se tenha mantido uma política de contenção de custos, o aumento verificado no CMVMC, foi principalmente influenciado pela despesa registada com medicamentos inovadores, introduzidos no Mercado em 2015, e os novos dispositivos médicos com justificados ganhos em saúde.

No entanto, as medidas implementadas no sentido da melhoria contínua dos níveis de eficiência, dando cumprimento às orientações do acionista, continuam a revelar reduções significativas nos Gastos operacionais na ordem dos 19,5% (variação 2010/2015).

- Medidas no âmbito da redução dos **gastos com comunicações** – renegociação dos contratos conseguindo diminuir a despesa em 65,7% face a 2010;
- Medidas no âmbito das **deslocações e ajudas de custo**: embora historicamente despesa de valor residual, em 2015 apresentaram, respetivamente uma redução de 38,5% e um aumento de 8,8%, face a 2010. Este aumento é consequência das deslocações de pessoal médico para integrar júris de concurso em outras instituições

(milhares de euros)

PRC	Meta	2015	2014	2013	2012	2011	2010	Var. Absol.	Var. %	Var. Absol.	Var. %
								2015/2014		2015/2010	
(1) CMVMC	69.232,1	76.089,2	72.561,3	77.050,6	77.320,0	94.645,7	98.246,8	3.527,9	4,9%	-22.157,6	-22,6%
(2) FSE	25.825,9	26.808,6	26.139,4	27.481,2	29.240,0	32.909,8	35.476,1	669,1	2,6%	-8.667,5	-24,4%
(3) Gastos com pessoal	104.168,3	101.055,7	100.634,1	103.632,1	99.814,6	106.556,6	119.732,0	421,6	0,4%	-18.676,3	-15,6%
{4} Gastos Operacionais = (1)+(2)+(3)	199.226,3	203.953,5	199.334,8	208.163,9	206.374,6	234.112,2	253.454,9	4.518,7	2,3%	-49.501,4	-19,5%
(5) Volume Negócios (VN)	197.531,7	202.374,5	197.577,8	214.379,9	205.538,1	213.946,6	226.015,3	4.796,7	2,4%	-23.640,8	-10,5%
Peso dos Gastos /VN (%) = (4)/(5)	100,0%	100,8%	100,9%	97,1%	100,4%	109,4%	112,1%				
<b>Lei OE 2015 - Art.º 61 n.º3</b>											
Comunicações (FSE)	em linha com 2014	203,4	255,0	323,6	427,0	464,8	593,0	-51,6	-20,2%	-389,6	-65,7%
Deslocações/Estadas (FSE)	em linha com 2014	12,3	19,7	9,2	8,1	12,2	20,1	-7,4	-37,5%	-7,7	-38,5%
Ajudas de custo (Gastos com Pessoal)	em linha com 2014	13,0	9,6	3,4	4,7	12,7	11,9	3,3	34,5%	1,1	8,8%
Número Trabalhadores	3.879	3.830	3.763	3.887	4.080	4.228	n.a	67	1,8%	n.a	n.a
N.º de Efetivos	3.857	3.807	3.741	3.863	4.058	4.203	n.a	66	1,8%	n.a	n.a
N. Cargos de Direção	22	23	22	24	22	25	n.a	1	4,5%	n.a	n.a
N.º Trabalhadores/Cargos Direção	175,3	166,5	174,0	162,0	185,5	169,1		-5	-2,6%		
<b>Viaturas</b>											
N.º Viaturas	menor 2014	18	19	19	n.a	n.a	n.a	-1	-5,3%	n.a	n.a
Gastos com viaturas	menor 2014	85,8	132,1	189,8	n.a	n.a	n.a	-104,0	-35,1%	n.a	n.a

\*Meta OE

## 5.10. PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO

Foi dado cumprimento ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado.

## 5.11. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/A	Data Atualização	
<b>Estatutos</b>	S		
<b>Caracterização da Empresa</b>	S		
<b>Função de tutela e accionista</b>	S		
<b>Modelo Governo / Ident. Órgãos Sociais:</b>			
Identificação dos órgãos sociais	S		
Estatuto remuneratório fixado	S		
Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S		
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S		
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos sociais	S		
<b>Esforço Financeiro Público</b>	N.A		
<b>Ficha síntese</b>	S		
<b>Informação Financeira histórica e actual</b>	S		
<b>Princípios de Bom governo</b>			
Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	S		
Transações Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	S		
Outras transacções	S		
Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios:			
Económico	S		
Social	S		
Ambiental	S		
Avaliação do cumprimento dos PBG	S		
Código de Ética	S		

Legenda:

S - Sim

N - Não

N.A - Não Aplicável

# 6

## GRELHA DE VALIDAÇÃO DAS BOAS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO ADOTADAS EM 2015

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
<b>I</b>	<b>Síntese (Sumário Executivo)</b>	X		X		3	
<b>II</b>	<b>Missão, Objetivos e Políticas</b>	X		X		5	
1.	Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa.	X		X		5	
2.	Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida	X		X		6	
3.	Indicação dos objetivos e do grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar.	X		X		11	
4.	Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa.	X		X		12	
5.	Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios setoriais	X		X		14	
<b>III</b>	<b>Estrutura de Capital</b>	X		X		14	
1.	Estrutura de capital	X		X		14	
2.	Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.	X		X		14	
3.	Acordos parassociais.	X		X		14	N/A
<b>IV</b>	<b>Participações Sociais e Obrigações detidas</b>	X		X		15	N/A
1.	Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades.	X		X		15	N/A
2.	A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional.	X		X		15	
3.	Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.	X		X		15	N/A
4.	Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade.	X		X		15	N/A
<b>V</b>	<b>Órgãos Sociais e Comissões</b>	X		X		16	
<b>A.</b>	<b>Mesa da Assembleia Geral</b>	X		X		16	N/A
1.	Composição da mesa AG, mandato e remuneração.	X		X		16	N/A
2.	Identificação das deliberações acionistas.	X		X		16	N/A
<b>B.</b>	<b>Administração e Supervisão</b>	X		X		16	
1.	Modelo de governo adotado	X		X		16	
2.	Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros.	X		X		17	
3.	Composição, duração do mandato, número de membros efetivos.	X		X		17	
4.	Identificação dos membros executivos e não executivos do CA e identificação dos membros independentes do CGS.	X		X		18	N/A

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
5.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do CA	X		X		18	
6.	Declaração de cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-Geral de Finanças (IGF), de quaisquer participações patrimoniais que detenham na entidade.	X		X		25	
7.	Identificação de relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração.	X		X		25	
8.	Organogramas relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais.	X		X		26	
9.	Funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.	X		X		26	
10.	Comissões existentes no órgão de administração ou supervisão.	X		X		27	
<b>C.</b>	<b>Fiscalização</b>	X		X		36	
1.	Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado	X		X		36	
2.	Identificação dos membros da Fiscalização	X		X		37	N/A
3.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	X		X		37	
4.	Funcionamento da fiscalização.	X		X		38	N/A
<b>D.</b>	<b>Revisor Oficial de Contas</b>	X		X		38	N/A
1.	Identificação do ROC, SROC.	X		X		38	N/A
2.	Indicação das limitações, legais	X		X		38	N/A
3.	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo.	X		X		38	N/A
4.	Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à sociedade.	X		X		38	N/A
<b>E.</b>	<b>Auditor Externo</b>	X		X		38	N/A
1.	Identificação.	X		X		38	N/A
2.	Política e periodicidade da rotação	X		X		38	N/A
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados.	X		X		38	N/A
4.	Indicação do montante da remuneração anual paga.	X		X		38	N/A
<b>VI.</b>	<b>Organização Interna</b>	<b>X</b>		<b>X</b>		<b>39</b>	
<b>A.</b>	<b>Estatutos e Comunicações</b>	X		X		39	
1.	Alteração dos estatutos da sociedade - Regras aplicáveis	X		X		39	
2.	Comunicação de irregularidades.	X		X		39	
3.	Indicação das políticas antifraude.	X		X		40	
<b>B.</b>	<b>Controlo interno e gestão de riscos</b>	X		X		43	
1.	Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI).	X		X		43	
2.	Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou SCI.	X		X		44	
3.	Principais medidas adotadas na política de risco.	X		X		44	

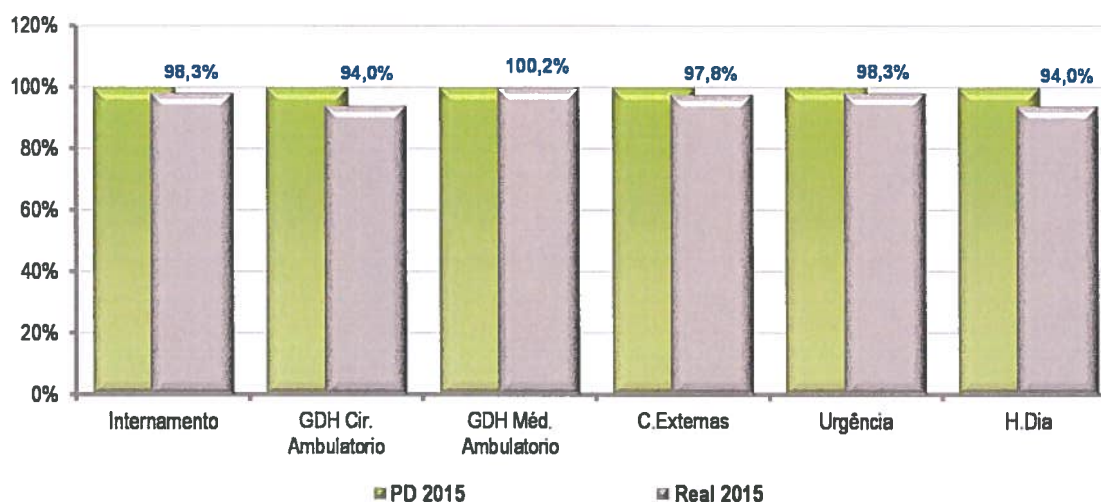
	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
4.	Relações de dependência hierárquica e/ou funcional.	X		X		45	
5.	Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.	X		X		45	
6.	Identificação principais tipos de riscos.	X		X		45	
7.	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.	X		X		46	
8.	Elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade.	X		X		47	N/A
<b>C.</b>	<b>Regulamentos e Códigos</b>	X		X		48	
1.	Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos.	X		X		48	
2.	Códigos de conduta e de Código de Ética.	X		X		48	
3.	Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCC).	X		X		49	
<b>D.</b>	<b>Deveres especiais de informação</b>	X		X		50	
1.	Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a empresa se encontra sujeita.	X		X		50	
2.	Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência a que a empresa se encontra sujeita	X		X		51	
<b>E.</b>	<b>Sítio de Internet</b>	X		X		51	
1.	Indicação do(s) endereço(s) e divulgação da informação disponibilizada.	X		X		51	
<b>F.</b>	<b>Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral</b>	X		X		52	
1.	Referência ao contrato celebrado com a entidade pública que tenha confiado à empresa a prestação de um serviço público ou de interesse geral	X		X		52	
2.	Exposição das propostas de contratualização da prestação de serviço público	X		X		53	
<b>VII</b>	<b>Remunerações</b>	<b>X</b>		<b>X</b>		<b>53</b>	
<b>A.</b>	<b>Competência para a Determinação</b>	X		X		53	
1.	Competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade.	X		X		53	
2.	Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a entidade.	X		X		54	
3.	Declaração dos membros do órgão de administração a referir que estes se abstêm de interferir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses.	X		X		54	
<b>B.</b>	<b>Comissão de Fixação de Remunerações</b>	X		X		54	N/A
	Composição.	X		X		54	N/A
<b>C.</b>	<b>Estrutura das Remunerações</b>	X		X		54	
1.	Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.	X		X		54	
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada.	X		X		55	

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
3.	Componente variável da remuneração e critérios de atribuição.	X		X		55	N/A
4.	Diferimento do pagamento da componente variável.	X		X		55	N/A
5.	Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio.	X		X		55	N/A
6.	Regimes complementares de pensões.	X		X		55	N/A
<b>D.</b>	<b>Divulgação das Remunerações</b>	X		X		55	
1.	Indicação do montante anual da remuneração auferida.	X		X		57	
2.	Montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo.	X		X		57	N/A
3.	Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios.	X		X		57	N/A
4.	Indemnizações pagas a ex-administradores executivos.	X		X		57	N/A
5.	Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da sociedade.	X		X		57	
6.	Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral.	X		X		58	N/A
<b>VIII</b>	<b>Transações com partes Relacionadas e Outras</b>	X		X		<b>58</b>	
1.	Mecanismos implementados para controlo de transações com partes relacionadas.	X		X		58	N/A
2.	Informação sobre outras transações.	X		X		58	
<b>IX</b>	<b>Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental</b>	X		X		60	
1.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.	X		X		60	
2.	Políticas prosseguidas.	X		X		60	
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial: a) Responsabilidade social b) Responsabilidade ambiental c) Igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres d) Princípio da Igualdade do Género e) Políticas de Valorização Profissional f) Responsabilidade Económica	X		X		65	
<b>X</b>	<b>Avaliação do Governo Societário</b>	X		X		68	
1.	Cumprimento das Recomendações	X		X		68	
2.	Outras informações	X		X		72	

## 7 ACTIVIDADE GLOBAL EM 2015

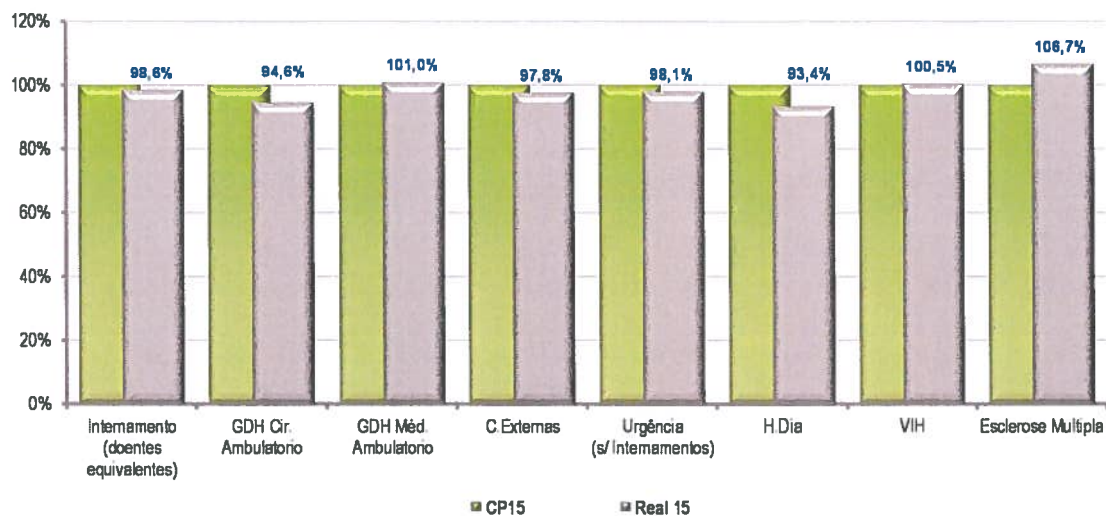
### 7.1. TAXA DE EXECUÇÃO

Da análise às principais linhas de produção do CHLO, no que diz respeito aos objetivos fixados para o ano 2015 e à sua realização, verificou-se que a produção apresentou uma taxa de execução de 100,2 % nos Gdh's Médicos de ambulatório, 98,3% na Urgência e Internamento, 97,8% nas Consultas Externas e 94% Gdh's cirúrgicos ambulatório e Hospital de dia.



Em relação ao previsto no âmbito do Contrato Programa e também analisando as principais linhas de produção verificou-se que a Esclerose Múltipla, Gdh's Médicos de ambulatório e VIH superaram o previsto 6,7%, 1,0% e 0,5%, respetivamente.

No Internamento a taxa de execução atingiu produção próxima dos 99 %, na Consulta Externa e Urgência a realização foi na ordem dos 98% enquanto que os Gdh's cirúrgicos de ambulatório e o Hospital de Dia executaram, respectivamente, 94,6% e 93,4%.



## 7.2. INDICADORES GLOBAIS POR LINHA DE ATIVIDADE

A atividade assistencial registou, face ao período homólogo, um decréscimo de produção no Hospital de Dia em 6,3%, nas Urgências em 1,7%, nas Consultas Externas em 0,8% e no Internamento em 0,1%. Por sua vez, verificou-se um aumento de 9,3% nos Gdh's Cirúrgicos de ambulatório, 4,6% no número total de Doentes Intervencionados e de 2,6 % nos Gdh's Médicos de ambulatório.

## INTERNAMENTO

	2014	2015	Δ%
<b>Lotação</b>	<b>805</b>	<b>782</b>	<b>-2,9%</b>
N.º Camas sem Berçário	795	782	-1,6%
<b>Berçário</b>	<b>28</b>	<b>28</b>	<b>0,0%</b>
<b>Doentes Saídos sem transf. Internas</b>	<b>27.221</b>	<b>27.198</b>	<b>-0,1%</b>
Doentes Saídos sem Berçário*	25.155	25.043	-0,4%
Doentes Saídos Berçário	2.066	2.155	4,3%
<b>Doentes Saídos com transf. Internas</b>	<b>35.080</b>	<b>35.024</b>	<b>-0,2%</b>
Doentes Saídos sem Berçário	32.922	32.808	-0,3%
Doentes Saídos Berçário	2.158	2.216	2,7%
<b>Demora média (dias)</b>	<b>9,3</b>	<b>9,5</b>	<b>0,2</b>
<b>Taxa de Ocupação</b>	<b>80,3%</b>	<b>83,8%</b>	<b>3,5pp</b>
<b>Doentes Saídos / Cama</b>	<b>31,6</b>	<b>31,8</b>	<b>0,2</b>

\* Inclui doentes com recurso ao exterior

## BLOCO OPERATÓRIO

	2014	2015	Δ%
<b>Total de Intervenções</b>	<b>23.878</b>	<b>23.743</b>	<b>-0,6%</b>
Cirurgia Convencional	9.650	9.039	-6,3%
<b>Cirurgia de Ambulatório</b>	<b>9.364</b>	<b>9.701</b>	<b>3,6%</b>
Cirurgia Urgente	4.864	5.003	2,9%
<b>Total de Doentes Intervencionados</b>	<b>18.666</b>	<b>19.528</b>	<b>4,6%</b>
Cirurgia Convencional	7.210	7.335	1,7%
<b>Cirurgia de Ambulatório</b>	<b>7.228</b>	<b>7.674</b>	<b>6,2%</b>
Cirurgia Urgente	4.228	4.519	6,9%

## GDH AMBULATÓRIO

	2014	2015	Δ%
<b>Cirúrgicos</b>	<b>6.656</b>	<b>7.277</b>	<b>9,3%</b>
<b>Médicos</b>	<b>9.386</b>	<b>9.633</b>	<b>2,6%</b>

## CONSULTA EXTERNA

	2014	2015	Δ%
<b>Consultas Realizadas</b>	<b>465.802</b>	<b>462.107</b>	<b>-0,8%</b>
N.º de Primeiras Consultas	105.271	108.481	3,0%
Primeiras Consultas / Total	22,6%	23,5%	3,9%

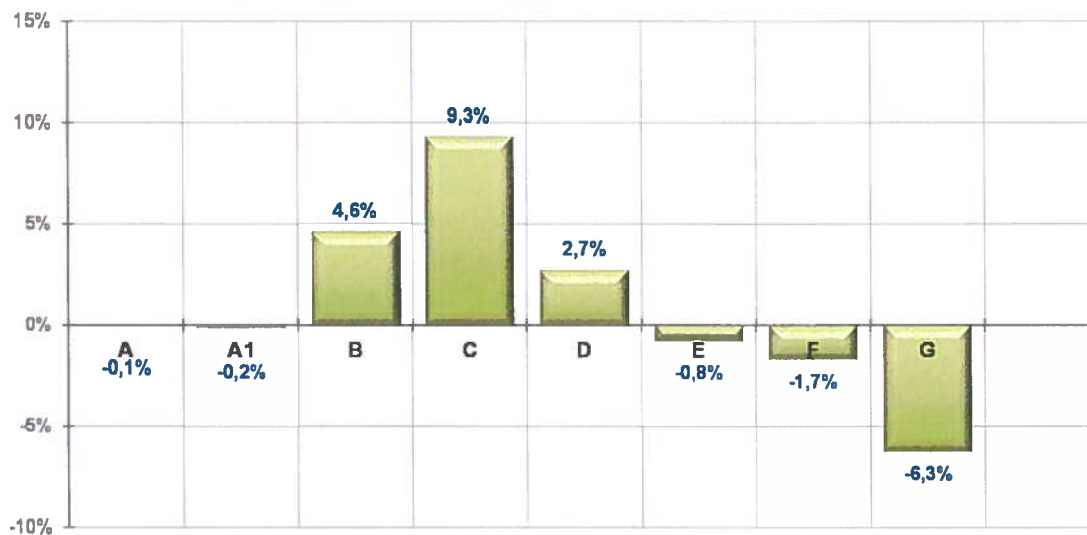
## URGÊNCIA

	2014	2015	Δ%
<b>Doentes Entrados</b>	<b>153.831</b>	<b>151.222</b>	<b>-1,7%</b>
Urgência Geral	86.890	84.057	-3,3%
Urgência Pediátrica	34.105	33.278	-2,4%
Urgência Obstétrica	15.267	15.355	0,6%
Urgência Oftalmologia	8.514	9.025	6,0%
Urgência Otorrino	9.055	9.507	5,0%

## HOSPITAL DE DIA

	2014	2015	Δ%
<b>Sessões (não inclui diálise e quimio)</b>	<b>22.482</b>	<b>21.075</b>	<b>-6,3%</b>
Psiquiatria	5.246	5.196	-1,0%
Pedopsiquiatria	2.817	2.144	-23,9%
Imunohemoterapia	4.167	4.165	0,0%
Pediatria	262	235	-10,3%
Pneumologia	267	258	-3,4%
Outras	9.356	8.778	-6,2%
Infeciologia	304	288	-5,3%
Infeciologia Pediátrica	63	11	-82,5%
<b>Hemodiálise</b>	<b>8.839</b>	<b>8.693</b>	<b>-1,7%</b>

**Actividade Global - Var % 2015/2014**



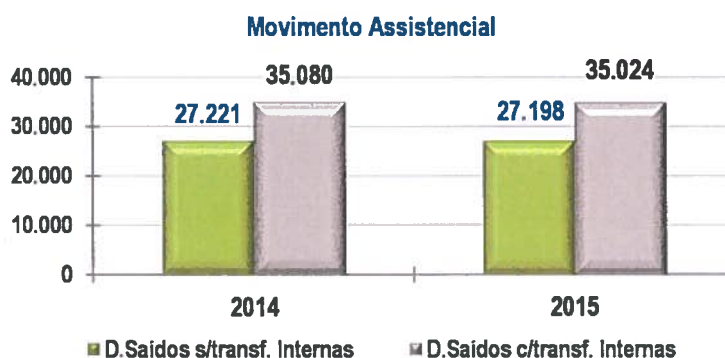
- A – Doentes Sidos do Internamento sem Transferência. Internas
- A1 – Doentes Sidos do Internamento com Transferência. Internas
- B – Bloco Operatório - Doentes Intervencionados
- C - GDH's Cirúrgicos de Ambulatório
- D – GDH's Médicos Ambulatório
- E – Consulta Externa
- F – Urgência
- G – Hospital de Dia

## 7.2.1. INTERNAMENTO

### MOVIMENTO ASSISTENCIAL E ALGUNS INDICADORES DO INTERNAMENTO

	2014	2015	Δ%
<b>Lotação</b>	795	782	-1,6%
<b>Berçário</b>	28	28	0,0%
<b>Total de Doentes Saídos sem transf. Internas</b>	27.221	27.198	-0,1%
Doentes saídos sem Berçário*	25.155	25.043	-0,4%
Doentes Saídos Berçário	2.066	2.155	4,3%
<b>Total de Doentes Saídos com transf. Internas</b>	35.080	35.024	-0,2%
Doentes saídos sem Berçário*	32.922	32.808	-0,3%
Doentes Saídos Berçário	2.158	2.216	2,7%
<b>Total Dias Internamento</b>	238.816	243.005	1,8%
Dias de Internam. sem Berçário	233.028	237.075	1,7%
Dias Internam. Berçário	5.788	5.930	2,5%
<i>Demora média (dias)</i>	9,3	9,5	0,2
<i>Taxa ocupação (%)</i>	80,3%	83,8%	3,5pp
<i>Doentes Saídos / Cama</i>	31,6	31,8	0,2

\* Inclui doentes com recurso ao exterior



Em 2015 o CHLO registou uma ligeira diminuição no número de doentes saídos representando um decréscimo de produção inferior a 0,1% no agregado do internamento.

O Berçário com 2.155 altas registou um acréscimo de 4,3% em relação a 2014.

### DOENTES SAÍDOS POR GDHS - 2014/2015

	N.º Doentes	Dias Internam.	Demora Média	N.º Doentes	Dias Internam.	Demora Média	N.º Doentes	Dias Internam.	Demora Média
	2014			2015			Δ % 2015/2014		
<b>GDH Médicos</b>	<b>16.193</b>	<b>137.970</b>	<b>8,5</b>	<b>15.870</b>	<b>138.697</b>	<b>8,7</b>	<b>-2,0%</b>	<b>0,5%</b>	<b>2,6%</b>
<b>GDH Cirúrgicos</b>	<b>10.801</b>	<b>105.067</b>	<b>9,7</b>	<b>10.844</b>	<b>105.303</b>	<b>9,7</b>	<b>0,4%</b>	<b>0,2%</b>	<b>-0,2%</b>
Urgentes	3.622	56.320	15,5	3.809	57.830	15,2	5,2%	2,7%	-2,4%
Programados	7.179	48.747	6,8	7.035	47.473	6,7	-2,0%	-2,6%	-0,6%
<b>Total GDHs</b>	<b>26.994</b>	<b>243.037</b>	<b>9,0</b>	<b>26.714</b>	<b>244.000</b>	<b>9,1</b>	<b>-1,0%</b>	<b>0,4%</b>	<b>1,4%</b>

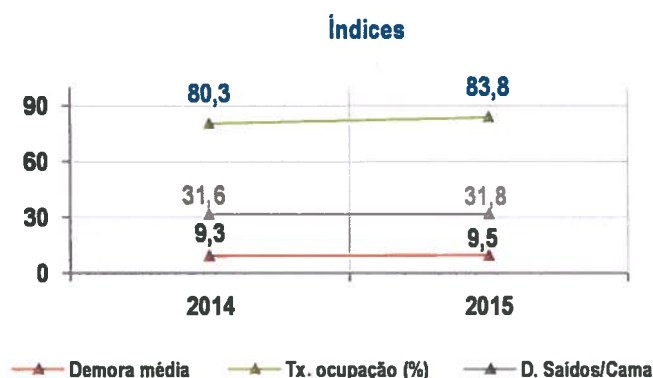
Nota: Inclui GDH não facturáveis  
Fonte: Base de dados WEBGDH

O número total de altas registadas no CHLO em 2015 gerou 26.714 GDH'S, dos quais 59,4% dizem respeito a Gdh's Médicos e 40,6% a Gdh's Cirúrgicos.

### LOTAÇÃO E TAXA DE OCUPAÇÃO 2015

Especialidades	2015	% Ocup.	Especialidades	2015	% Ocup.
Cardiologia	35	80,6%	Neurologia	16	86,1%
Cardiologia Pediátrica	8	64,2%	Oftalmologia	2	43,2%
Cirurgia Cardiorrástica	33	80,7%	Unidade Oncológica	3	100,7%
Cirurgia Geral	95	74,8%	Ortopedia	43	100,7%
Cirurgia Vasculár	14	87,2%	Otorrinolaringologia	11	104,5%
Cirurgia Plástica	21	70,5%	Pediatria	21	58,9%
Endocrinologia e Nutrição	6	69,2%	Pneumologia	19	74,0%
Gastroenterologia	12	91,5%	Reumatologia	4	80,8%
Ginecologia/Obstetrícia	59	62,8%	Urologia	19	73,6%
Hematologia	10	90,4%	U.C.I.C	17	86,3%
Infeciologia	26	67,7%	Unid. Cuid. Intens. Coronária	5	88,7%
Medicina Interna	164	96,8%	U.C.I.P	16	87,3%
Nefrologia	27	92,8%	Unid. Cuid. Intens. Cardiorrásticos	13	86,8%
Neurocirurgia	25	94,9%	Unid. Cuid. Intens. Neonatais	14	78,4%
Neurotraumatologia	19	89,5%	Psiquiatria (Agudos)	25	92,5%
<b>TOTAL GERAL 2014</b>	<b>795</b>				<b>80,3%</b>
<b>TOTAL GERAL 2015</b>	<b>782</b>				<b>83,8%</b>

A taxa de Ocupação global do CHLO manteve-se em nível bastante favorável situando-se na ordem de 84%.



A demora média global, 9,5 dias, registou um acréscimo de 0,2 dias em relação a 2014.

A partir de 1 de Janeiro de 2015, para o agrupamento de episódios de internamento em Grupos de Diagnósticos Homogéneos (GDH), entrou em vigor a versão de agrupador de GDH All Patient Refined DRG (APR), em substituição do agrupador até então em vigor (All Patient DRG 27 – AP 27).

A produção que no agrupador AP 27 era agrupada num único GDH com um determinado peso relativo e que traduzia a média da severidade dos episódios agrupados nesse GDH, com o agrupador de tipo APR esses mesmos episódios são distribuídos por 4 níveis de severidade e 4 níveis de risco de mortalidade (nível 1: Menor; nível 2: Moderado; nível 3: Major; nível 4: Extremo).

O agrupador de tipo APR mantém as mesmas Grandes Categorias de Diagnóstico (GCD) e cria subclasses em cada GDH, tendo em consideração as diferenças existentes nos doentes quanto à severidade da doença e ao risco de mortalidade. A severidade da doença é entendida como a extensão de uma descompensação fisiológica ou da perda de funções de um órgão e o risco de mortalidade é entendido como a probabilidade de ocorrer a morte do doente.

O quadro seguinte inclui as 15 patologias mais frequentes no ano 2015, segundo Grupos de Diagnóstico, em que se reflete o peso da área materno-infantil, logo seguido das patologias do aparelho circulatório e do coração.

15 GDHS MAIS FREQUENTES - 2015

GDH	Tipo	Designação	Nível Severidade	Nº Doentes Saldos	Demora Média
640	M	Recém-nascido, peso ao nascer > 2499g, normal ou com outros problemas	1	1 450	2,6
			2	525	2,9
			3	38	4,2
			<b>Total</b>	<b>2.013</b>	<b>2,7</b>
560	M	Parto vaginal	1	1 231	2,8
			2	327	3,6
			3	21	6,1
			<b>Total</b>	<b>1.579</b>	<b>3,0</b>
139	M	Outras pneumonias	1	83	6,6
			2	448	10,7
			3	374	14,2
			4	38	16,6
			<b>Total</b>	<b>943</b>	<b>11,9</b>
175	C	Procedimentos cardiovasculares percutâneos sem enfarte agudo do miocárdio	1	530	1,5
			2	116	5,0
			3	48	9,3
			4	16	34,4
			<b>Total</b>	<b>710</b>	<b>3,3</b>
463	M	Infeções do rim e/ou vias urinárias	1	64	7,7
			2	334	10,5
			3	250	13,2
			4	22	23,3
			<b>Total</b>	<b>670</b>	<b>11,7</b>
540	C	Parto por cesariana	1	434	4,4
			2	204	6,0
			3	28	11,6
			<b>Total</b>	<b>666</b>	<b>5,2</b>
194	M	Insuficiência cardíaca	1	36	6,6
			2	331	9,0
			3	253	12,7
			4	33	18,4
			<b>Total</b>	<b>653</b>	<b>10,8</b>
45	M	Acidente vascular cerebral e/ou oclusão pré-cerebral com enfarte	1	98	9,3
			2	309	12,2
			3	110	17,4
			4	10	19,3
			<b>Total</b>	<b>527</b>	<b>12,9</b>
115	M	Outros diagnósticos do ouvido, nariz, boca, garganta, cabeça/face	1	360	2,0
			2	76	2,4
			3	15	2,1
			4	1	105,0
			<b>Total</b>	<b>452</b>	<b>2,3</b>
163	C	Procedimentos nas válvulas cardíacas, sem cateterismo cardíaco	1	173	12,2
			2	183	15,6
			3	32	30,4
			4	11	45,1
			<b>Total</b>	<b>399</b>	<b>16,1</b>
174	C	Procedimentos cardiovasculares percutâneos com enfarte agudo do miocárdio	1	252	4,1
			2	102	5,9
			3	14	5,9
			4	9	17,6
			<b>Total</b>	<b>377</b>	<b>5,0</b>
173	C	Outros procedimentos vasculares	1	154	3,9
			2	122	8,9
			3	77	22,6
			4	10	45,5
			<b>Total</b>	<b>363</b>	<b>10,7</b>
98	C	Outros procedimentos no ouvido, nariz, boca e/ou garganta	1	306	3,5
			2	50	4,6
			3	4	3,8
			4	1	23,0
			<b>Total</b>	<b>361</b>	<b>3,7</b>
144	M	Sinais, sintomas e/ou diagnósticos minor respiratórios	1	43	6,6
			2	178	11,1
			3	123	13,4
			4	6	17,7
			<b>Total</b>	<b>350</b>	<b>11,4</b>
263	C	Colecistectomia laparoscópica	1	236	3,7
			2	70	5,4
			3	10	27,5
			<b>Total</b>	<b>316</b>	<b>4,8</b>

Tipo GDH: M: Médico/C: Cirurgico

Nível Severidade; nível 1: menor; nível 2: Moderado; nível 3: Major; nível 4: Extremo

Fonte: CHLO-Base Dados WEBGDH

A nível do Contrato Programa, os valores de ICM normalizados fixaram-se em 2015, quer para o internamento cirúrgico quer para o médico, em 1,1201.

O Índice de *case-mix* global do CHLO é substancialmente influenciado pelo peso das valências da área materno-infantil e não de uma subespecialização no conjunto global da sua produção.

## 7.2.2. BLOCO OPERATÓRIO

O Centro Hospitalar dispõe de três blocos operatórios centrais, o Bloco I com quatro salas, o Bloco II com sete salas e o Bloco III com cinco salas operatórias, que são utilizadas para a cirurgia convencional. O HSFX ainda dispõe de 3 salas para as especialidades de Obstetrícia/Ginecologia. No HEM, existem ainda mais seis salas de Bloco, duas da Unidade de Cirurgia do Ambulatório (UCA), duas que constituem o Bloco de Oftalmologia e duas salas de Bloco de Dermatologia.

O Serviço de Urgência Geral utiliza o Bloco I.

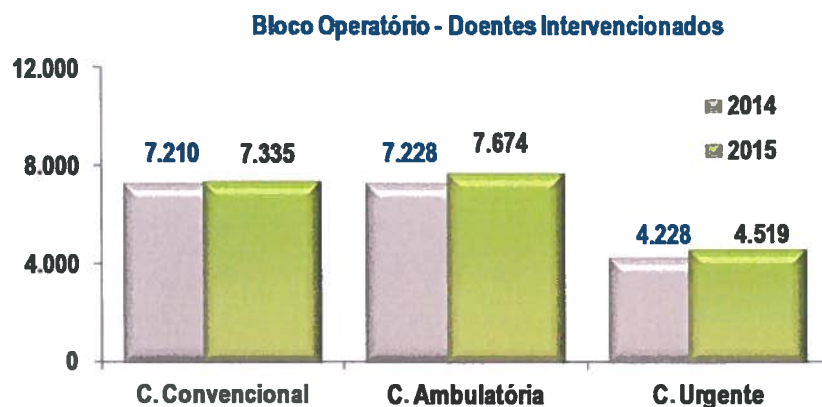
### MOVIMENTO CIRÚRGICO - N.º DE DOENTES INTERVENCIADOS

	2014	2015	Δ%
<b>Total Geral</b>	<b>18.666</b>	<b>19.528</b>	<b>4,6%</b>
Cirurgia Convencional	7.210	7.335	1,7%
Cirurgia Ambulatória	7.228	7.674	6,2%
Cirurgia de Urgência	4.228	4.519	6,9%
<i>% Cirurg Programada/Total</i>	77,3%	76,9%	-0,4 pp
<i>% Cirurg Ambulatório/Programada</i>	50,1%	51,1%	1,0 pp

**Nota:** Cirurg. Programada = C. Convencional + C. Ambulatório

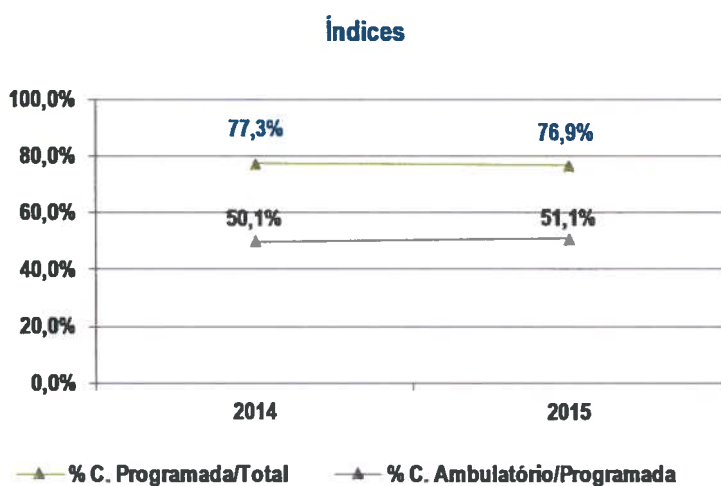
Em Dezembro de 2015, a atividade cirúrgica registou, face ao período homólogo, um aumento de 4,6% no total de doentes intervencionados, passando de 18.666 doentes para 19.528.

A Cirurgia Urgente, a Cirurgia Convencional e a Cirurgia de Ambulatório registaram, face ao período homólogo, um aumento de doentes intervencionados de 6,9%, 1,7% e 6,2%, respetivamente.



Verificou-se um acréscimo na taxa de ambulatorização que passou de 50,1% em 2014 para 51,1% em 2015.

A Cirurgia Programada constituiu 76,9% do movimento cirúrgico do CHLO, no ano 2015.



## MOVIMENTO CIRÚRGICO POR ESPECIALIDADES

	N.º Doentes Intervencionados		
	2014	2015	Δ%
<b>Especialidades</b>	<b>18.666</b>	<b>19.528</b>	<b>4,6%</b>
<b>Cirurgia Geral</b>	<b>4.225</b>	<b>4.109</b>	<b>-2,7%</b>
Urgente	851	839	-1,4%
Convencional	2.187	2.068	-5,4%
Ambulatório	1.187	1.202	1,3%
<b>Cirurgia Vascular</b>	<b>369</b>	<b>514</b>	<b>39,3%</b>
Urgente	35	27	-22,9%
Convencional	283	353	24,7%
Ambulatório	51	134	162,7%
<b>Cirurgia Plástica</b>	<b>1.723</b>	<b>1.795</b>	<b>4,2%</b>
Urgente	121	152	25,6%
Convencional	469	477	1,7%
Ambulatório	1.133	1.166	2,9%
<b>Cirurgia Cardiorácica</b>	<b>1.017</b>	<b>1.070</b>	<b>5,2%</b>
Urgente	223	300	34,5%
Convencional	775	766	-1,2%
Ambulatório	19	4	-78,9%
<b>Dermatologia</b>	<b>1.056</b>	<b>922</b>	<b>-12,7%</b>
Ambulatório	1.056	922	-12,7%
<b>Estomatologia</b>	<b>89</b>	<b>90</b>	<b>1,1%</b>
Ambulatório	89	90	1,1%
<b>Ginecologia</b>	<b>565</b>	<b>650</b>	<b>15,0%</b>
Urgente	29	34	17,2%
Convencional	303	361	19,1%
Ambulatório	233	255	9,4%
<b>Obstetrícia</b>	<b>2.420</b>	<b>2.514</b>	<b>3,9%</b>
Urgente	2.309	2.378	3,0%
Convencional	111	136	22,5%
<b>Neurocirurgia</b>	<b>1.394</b>	<b>1.378</b>	<b>-1,1%</b>
Urgente	327	378	15,6%
Convencional	775	738	-4,8%
Ambulatório	292	262	-10,3%
<b>Oftalmologia</b>	<b>2.538</b>	<b>2.880</b>	<b>13,5%</b>
Urgente		1	
Convencional	41	33	-19,5%
Ambulatório	2.497	2.846	14,0%
<b>Ortopedia</b>	<b>1.069</b>	<b>1.160</b>	<b>8,5%</b>
Urgente	136	151	11,0%
Convencional	716	794	10,9%
Ambulatório	217	215	-0,9%
<b>Otorrinolaringologia</b>	<b>1.131</b>	<b>1.332</b>	<b>17,8%</b>
Urgente	69	99	43,5%
Convencional	796	865	8,7%
Ambulatório	266	368	38,3%
<b>Urologia</b>	<b>1.070</b>	<b>1.114</b>	<b>4,1%</b>
Urgente	124	160	29,0%
Convencional	753	744	-1,2%
Ambulatório	193	210	8,8%

Em 2015, observando o movimento nos diferentes Serviços/Especialidades (doentes intervencionados), a atividade cirúrgica registou, face ao período homólogo, um crescimento de 4,6%, passando de 18.666 doentes para 19.528.

De salientar o acréscimo de produção nas especialidades de Cirurgia Vascular (39,3%), ORL (17,8%), Ginecologia (15,2%) e Oftalmologia (13,5%).

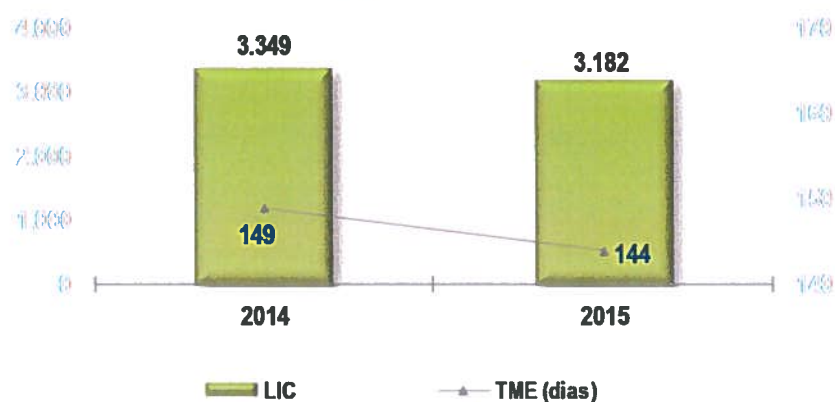
Destacou-se o aumento verificado de Cirurgias de Ambulatório nas especialidades de Oftalmologia (2.497 para 2.846), ORL (266 para 368), de Cirurgia Vascular (51 para 134) e Cirurgia Plástica (1.133 para 1.166).

Em relação à produção de Cirurgia Convencional, referem-se as especialidades que registaram acréscimo da atividade: Cirurgia Vascular (283 para 353), Ortopedia (716 para 794), ORL (796 para 865), Ginecologia (303 para 361) e Obstetrícia (111 para 136).

#### 7.2.2.1. LISTA DE INSCRITOS PARA CIRURGIA E TEMPO MÉDIO DE ESPERA PARA CIRURGIA

Em 2015 verificou-se um decréscimo de 5% do número de doentes em Lista de Inscritos para Cirurgia (LIC), passando de 3.349 doentes inscritos em 2014 para 3.182 em 2015, e o Tempo médio de espera (TME), tendência que se tem vindo a verificar, apresenta uma redução de 5 dias, passando de 149 dias em 2014 para 144 em 2015.

**Evolução da Lista de Inscritos para Cirurgia e do Tempo Médio de Espera**



**DOENTES OPERADOS DENTRO DO TEMPO MÁXIMO DE RESPOSTA GARANTIDO (EM DIAS) POR NÍVEL DE PRIORIDADE  
(não inclui doentes oncológicos)**

Unidade Hospitalar	Especialidades	Normal		Prioritário		Muito prioritário		Urgência Diferida	
		TMRG	% Doentes operados dentro do TMRG	TMRG	% Doentes operados dentro do TMRG	TMRG	% Doentes operados dentro do TMRG	TMRG	% Doentes operados dentro do TMRG
Hospital Egas Moniz	CHLO - HEM Cirurgia Plástica e Rec	270	94,7%	60	99,9%	15		3	
	CHLO - HEM Oftalmologia	270	98,9%	60	83,3%	15	72,9%	3	80,0%
	CHLO - HEM Neurocirurgia	270	91,2%	60	92,9%	15	98,3%	3	90,2%
	CHLO - HEM ORL	270	90,4%	60	92,1%	15	93,3%	3	85,7%
	CHLO - HEM Estomatologia	270	100,0%	60		15		3	
	CHLO - HEM Cirurgia Geral II	270	93,9%	60	88,9%	15	99,2%	3	
	CHLO - HEM Urologia	270	98,6%	60	100,0%	15	100,0%	3	90,3%
	CHLO - HEM Cirurgia Vascular	270	75,4%	60	93,3%	15	100,0%	3	92,5%
	CHLO - HEM UTGO	270	50,9%	60		15		3	
	CHLO - HEM Dermatologia	270	100,0%	60		15		3	
Hospital São Francisco Xavier	CHLO - HSFX Cirurgia Geral I	270	97,2%	60	93,9%	15	100%	3	100,0%
	CHLO - HSFX Ginecologia	270	64,9%	60	45,5%	15	20%	3	100,0%
	CHLO - HSFX Ortopedia	270	86,0%	60	87,5%	15	50%	3	85,5%
Hospital Santa Cruz	CHLO - HSC Cirurgia Geral III	270	95,9%	60	94,6%	15	100%	3	100,0%
	CHLO - HSC Cirurgia Cardiotorácica	270	90,6%	60	93,8%	15	79%	3	100,0%
	CHLO - HSC Cirurgia Card. Pediátrica	270	90,5%	60	98,3%	15	100%	3	

Para o indicador “Doentes Tratados dentro do TMRG”, o CHLO apresenta uma percentagem bastante aceitável, ainda que não tenha atingido os 100%.

**PERCENTAGEM DE DOENTES CIRÚRGICOS EM LIC DENTRO DO TMRG**

Grupo de Patologia	TMRG Dias Seguidos	N. Inscritos LIC 2014	N. Inscritos LIC 2015	N. Inscritos LIC ≤ TMRG 2014	N. Inscritos LIC ≤ TMRG 2015	% Doentes operados dentro do TMRG - 2014	% Doentes operados dentro do TMRG - 2015
Normal	270	3.150	2.914	2.774	2.544	88,1%	87,3%
Normal Oncologia	60	41	47	40	45	97,6%	95,7%
Prioritário	60	129	179	69	99	53,5%	55,3%
Prioritário Oncologia	45	15	15	8	15	53,3%	100,0%
Muito Prioritário	15	4	18	1	8	25,0%	44,4%
Muito Prioritário Oncologia	15	4	1	0	0	0,0%	0,0%
Urgência Diferida	3	6	8	0	4	0,0%	50,0%
Urgência Diferida Oncologia	3	0	0	0	0	-	-
<b>Total</b>		<b>3.349</b>	<b>3.182</b>	<b>2.892</b>	<b>2.715</b>	<b>86,4%</b>	<b>85,3%</b>

O CHLO apresenta uma percentagem de Doentes em LIC dentro do TMRG de 85,3% e de 95,2% de doentes cirúrgicos (neoplasias malignas) tratados em tempo adequado (apenas -0,1% face ao objetivo de 95,3%).

### 7.2.3. BLOCO DE PARTOS

O Bloco de Partos/ Urgência Obstétrica do HSFX/CHLO tem 3 salas cirúrgicas dedicadas.

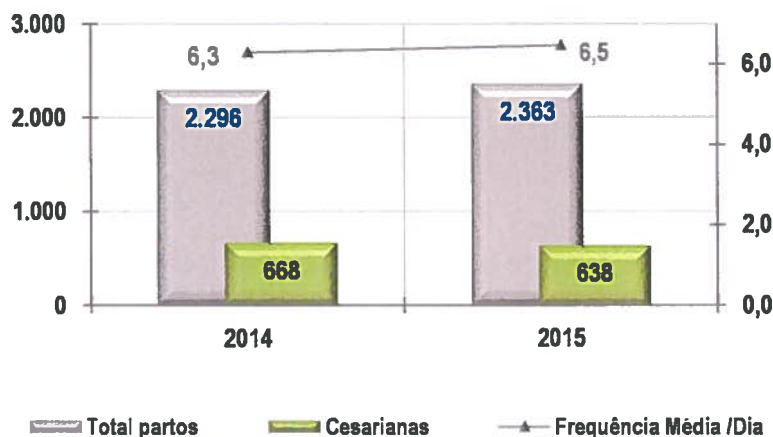
O total de partos em 2015 foi de 2.363, registando um acréscimo de 2,9% em relação ao período homólogo.

#### MOVIMENTO ASSISTENCIAL E INDICADORES DE ACTIVIDADE

	2014	2015	Δ%
<b>Partos ocorridos</b>	<b>2.296</b>	<b>2.363</b>	<b>2,9%</b>
Eutócicos	1.214	1.257	3,5%
Distócicos	414	468	13,0%
Cesarianas	668	638	-4,5%
<i>% Cesarianas</i>	<b>29,1%</b>	<b>27,0%</b>	<b>-2,1 pp</b>
<i>Frequência Média/Dia</i>	<b>6,3</b>	<b>6,5</b>	<b>2,9%</b>

Os partos Eutócicos e Distócicos apresentaram um aumento de 3,5% e 13% respetivamente. Com uma variação homóloga de cesarianas de -4,5%, verificou-se uma diminuição da respetiva taxa para 27% em relação ao total de partos (29,1% em 2014).

#### Indicadores de Actividade - Bloco de Partos



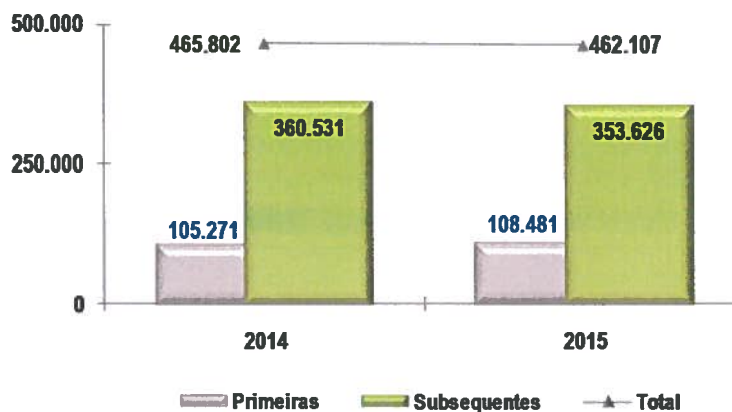
#### 7.2.4. CONSULTA EXTERNA

O número total de Consultas Externas realizadas em 2015 foi de 462.107, o que representa um ligeiro decréscimo de 0,8% em relação ao período homólogo. Destacam-se as primeiras consultas onde se verificou um acréscimo de 3,0%. Com efeito, o peso das primeiras no total de consultas passa de 22,6% em 2014 para 23,5% em 2015.

#### MOVIMENTO ASSISTENCIAL E INDICADORES DE ACTIVIDADE

	2014	2015	Δ%
<b>Consultas Externas</b>	<b>465.802</b>	<b>462.107</b>	-0,8%
Primeiras	105.271	108.481	3,0%
Subsequentes	360.531	353.626	-1,9%
<i>% Primeiras/Total</i>	22,6%	23,5%	0,9pp

#### Movimento das Consultas Externas



## PRODUÇÃO DA CONSULTA EXTERNA POR ESPECIALIDADE

Especialidades	2014	2015	Δ%	Especialidades	2014	2015	Δ%
Anestesiologia	10.933	11.519	5,4%	MFR	9.469	9.849	4,0%
C. Plást. e Reconstrutiva	9.274	9.546	2,9%	Nefrologia	20.187	19.698	-2,4%
Cardiologia	31.567	30.937	-2,0%	Neurocirurgia	11.119	11.599	4,3%
Cardiologia Pediátrica	5.788	6.089	5,2%	Neurologia	10.624	11.231	5,7%
Cirurgia Cardiotorácica	4.350	4.371	0,5%	Obstetrícia	9.248	9.550	3,3%
Cirurgia Geral	28.819	27.399	-4,9%	Oftalmologia	32.864	26.892	-18,2%
Cirurgia Vascular	5.816	7.685	32,1%	Oncologia Médica	25.779	25.833	0,2%
Dermatologia	16.270	15.911	-2,2%	Ortopedia	15.596	16.426	5,3%
Endocrinologia	17.554	18.217	3,8%	Otorrinolaringologia	23.790	24.714	3,9%
Estomatologia	12.733	12.743	0,1%	Patologia Clínica	26.610	24.895	-6,4%
Gastroenterologia	9.200	9.532	3,6%	Pediatria	8.376	8.568	2,3%
Genética Médica	538	435	-19,1%	Pedopsiquiatria	9.821	9.325	-5,1%
Ginecologia	5.805	7.098	22,3%	Pneumologia	11.052	12.078	9,3%
Hematologia	7.150	8.014	12,1%	Psiquiatria	17.410	17.109	-1,7%
Imunoalergologia	2.852	2.579	-9,6%	Reumatologia	11.486	10.820	-5,8%
Imuno-hemoterapia	2.854	3.217	12,7%	Saúde Ocupacional	1.402	1.087	-22,5%
Infeciologia	10.791	12.108	12,2%	Urologia	11.095	10.518	-5,2%
Medicina	27.580	24.515	-11,1%				
<b>Total Geral</b>					<b>465.802</b>	<b>462.107</b>	<b>-0,8%</b>

Na evolução do número de consultas por especialidade, de referir o aumento das consultas de Cirurgia Vascular (32,1%), de Ginecologia (22,3%), Imuno-hemoterapia (12,7%), Infeciologia (12,2%), Hematologia (12,1%), Pneumologia (9,3%), Neurologia (5,7%) e Ortopedia (5,3%).

As variações negativas, principalmente influenciados pela saída e aposentação de alguns médicos, registaram-se nas especialidades de Oftalmologia (18,2%), Medicina Interna (11,1%), Imunoalergologia (9,6%), Patologia Clínica (6,4%), Reumatologia (5,8%), Urologia (5,2%) e Pedopsiquiatria (5,1%).

### 7.2.4.1. CONSULTA A TEMPO E HORAS (CTH)

#### N.º DE PEDIDOS EFECTUADOS PELO CTH VS CONSULTAS REALIZADAS

Especialidades	N.º de pedidos CTH		Δ%	Consultas Realizadas		Δ%
	2014	2015		2014	2015	
Anestesiologia	126	152	20,6%	74	81	9,5%
Cardiologia	1.021	1.017	-0,4%	753	689	-8,5%
Cardiologia Pediátrica	115	146	27,0%	60	80	33,3%
Cirurgia Geral	2.374	2.272	-4,3%	1.862	1.713	-8,0%
Cirurgia Obesidade	97	195	101,0%	74	84	13,5%
Cirurgia Plástica Rec.	809	810	0,1%	592	652	10,1%
Cirurgia Vascular	1.564	1.638	4,7%	980	1.444	47,3%
Dermatologia	6.928	6.858	-1,0%	4.982	4.824	-3,2%
Endocrinologia	2.005	1.902	-5,1%	1.188	1.348	13,5%
Estomatologia	2.851	3.318	16,4%	1.960	2.219	13,2%
Gastroenterologia	1.060	1.051	-0,8%	661	628	-5,0%
Genética Médica	59	62	5,1%	42	41	-2,4%
Ginecologia	1.380	1.340	-2,9%	953	1.052	10,4%
Hematologia Clínica	656	650	-0,9%	316	438	38,6%
Imunoalergologia	499	491	-1,6%	200	227	13,5%
Infecciologia	93	144	54,8%	64	94	46,9%
Medicina Interna	142	298	109,9%	93	193	107,5%
MFR	137	163	19,0%	111	105	-5,4%
Nefrologia	444	479	7,9%	265	261	-1,5%
Neurocirurgia	2.396	2.568	7,2%	2.049	2.135	4,2%
Neurologia	848	908	7,1%	680	682	0,3%
Obstetrícia	1.874	2.174	16,0%	1.438	1.693	17,7%
Oftalmologia	6.539	6.643	1,6%	4.303	3.169	-26,4%
Oncologia Médica	52	53	1,9%	27	26	-3,7%
ORL	2.504	2.759	10,2%	1.989	2.233	12,3%
Ortopedia	1.690	1.849	9,4%	1.063	1.152	8,4%
Pediatria	903	966	7,0%	615	702	14,1%
Pedopsiquiatria	425	367	-13,6%	272	254	-6,6%
Pneumologia	658	735	11,7%	264	378	43,2%
Psiquiatria	885	905	2,3%	390	431	10,5%
Reumatologia	976	1.129	15,7%	625	747	19,5%
Urologia	1.016	983	-3,2%	631	757	20,0%
<b>Total Geral</b>	<b>43.126</b>	<b>45.025</b>	<b>4,4%</b>	<b>29.576</b>	<b>30.532</b>	<b>3,2%</b>

O número de pedidos de consultas via CTH foi de 45.025 e apresentou, em 2015, um acréscimo de 4,4% face ao período homólogo.

Representando 30% dos pedidos, as especialidades de Dermatologia e a Oftalmologia são as que apresentam o maior número de pedidos em 2015, seguindo-se a Estomatologia com 7,4% e todas as restantes que no seu conjunto representam cerca de 62,5% dos pedidos.

As especialidades que registaram um aumento no número de pedidos via CTH, face a 2014, foram: Estomatologia (467), Obstetrícia (300), ORL (255), Neurocirurgia (172), Ortopedia (159), Medicina Interna (156) e Reumatologia (153).

O número de consultas que foram realizadas via pedido CTH, regista uma variação positiva de 3,2% em relação a 2014.

## PRINCIPAIS INDICADORES

Indicador	2014	2015
% de Consultas via CTH	28,2%	28,2%
% 1as Consultas realizadas dentro do TMRG	80,4%	79,0%
% 1as Consultas realizadas fora do TMRG	19,6%	21,0%
Tempo médio de avaliação do pedido e marcação da consulta (dias)	5,9	5,9

## 7.2.5. URGÊNCIA

### MOVIMENTO ASSISTENCIAL E INDICADORES DE ACTIVIDADE

	2014	2015	Δ%		2014	2015	Δ%
<b>Doentes Entrados</b>				<b>% Doentes Internados</b>			
Urgência Geral	86.890	84.057	-3,3%	Urgência Geral	11,0%	11,1%	0,1pp
Pediátrica	34.105	33.278	-2,4%	Pediátrica	2,2%	1,9%	-0,3pp
Obstétrica/Ginecológica	15.267	15.355	0,6%	Obstétrica/Ginecológica	15,0%	15,2%	0,2pp
Oftalmologia	8.514	9.025	6,0%	Oftalmologia	0,3%	0,4%	0,1pp
Otorrinolaringologia	9.055	9.507	5,0%	Otorrinolaringologia	1,4%	1,4%	0,0pp
<b>Doentes Internados</b>				<b>Frequência Média / Dia</b>			
Urgência Geral	9.541	9.329	-2,2%	Urgência Geral	238	230	-3,3%
Pediátrica	757	620	-18,1%	Pediátrica	93	91	-2,4%
Obstétrica/Ginecológica	2.283	2.335	2,3%	Obstétrica/Ginecológica	42	42	0,6%
Oftalmologia	28	32	14,3%	Oftalmologia	34	36	6,0%
Otorrinolaringologia	130	137	5,4%	Otorrinolaringologia	36	38	5,0%
<b>TOTAL GERAL D. ENTRADOS</b>	<b>153.831</b>	<b>151.222</b>	<b>-1,7%</b>				
<i>Freq. Média / Dia</i>	<b>443,0</b>	<b>437,1</b>	<b>-1,3%</b>				
<b>Doentes Internados</b>	<b>12.739</b>	<b>12.453</b>	<b>-2,2%</b>				
<b>% Doentes Internados</b>	<b>8,3%</b>	<b>8,2%</b>	<b>-0,1pp</b>				

Os Serviços de Urgência registaram um decréscimo de 1,7% em relação ao período homólogo, passando de 153.831 para 151.222 doentes entrados. A média diária de entradas passou de 443 para 437 doentes.

### **Urgência Geral**

No âmbito da Urgência Geral, o número total de doentes entrados em 2015 foi de 84.057, o que representa um decréscimo de 3,3% face a 2014. A média diária foi de 230 doentes.

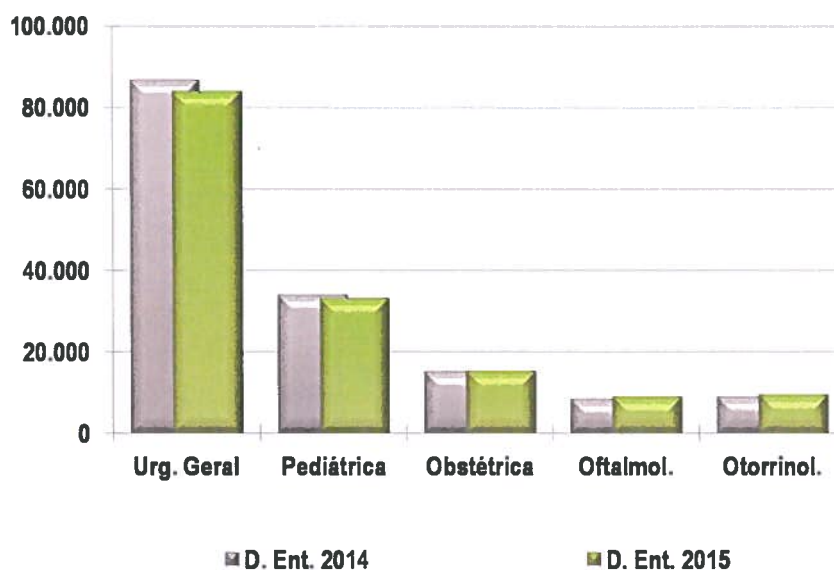
O número de doentes internados foi de 9.329 (-2,2% face ao período homólogo), mantendo-se a percentagem de Internamento na ordem dos 11%.

### **Urgência Oftalmológica**

Na Urgência Oftalmológica foram atendidos 9.025 doentes, verificando-se um acréscimo de 6,0% relativamente ao ano anterior. A funcionar de segunda a sexta-feira entre as 08.00h e as 20.00h, foram atendidos nesta Urgência em média 36 doentes por dia.

### **Urgência de Otorrinolaringologia**

Na Urgência de ORL foram atendidos 9.507 doentes, o que representa um acréscimo de 5% relativamente ao ano de 2014. Também funciona de segunda a sexta-feira, entre as 08.00h e as 20.00h e o número de doentes socorridos por dia foi de 38 doentes.



### Urgência Pediátrica

A Urgência Pediátrica funciona diariamente entre as 09.00h e as 22.00h. Após este período colaboram com a urgência do Hospital Dona Estefânia.

Foram observadas 33.278 crianças durante o ano de 2015, que geraram 620 internamentos, verificando-se um decréscimo de 2,4% no total de entradas na Urgência. A taxa de internamento situou-se em 1,9% e o número de crianças observadas representaram um afluxo médio diário de 91 crianças.

### Urgência Obstétrica/Ginecológica

Em 2015 o número de doentes observados foi de 15.355, tendo-se verificado um ligeiro acréscimo de 0,6% em relação ao ano anterior. A frequência média diária foi de 42 urgências.

### 7.2.6. HOSPITAL DE DIA

O n.º de sessões em Hospital de Dia apresentou um decréscimo de 6,3% em relação ao período homólogo, passando de 22.482 sessões para 21.075 em 2015.

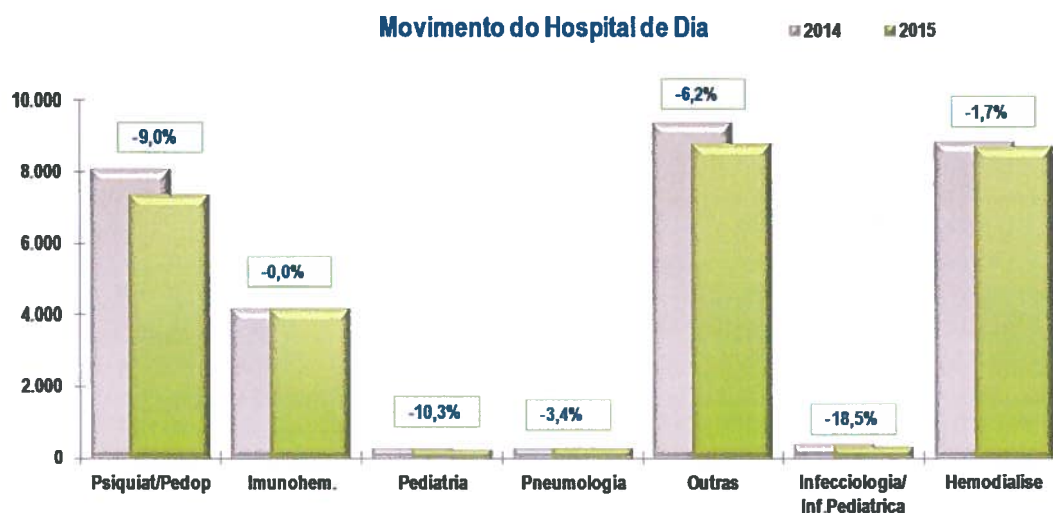
De entre as especialidades que contribuíram para este comportamento, destacam-se as reduções de 23,9% nas sessões de hospital de dia de Pedopsiquiatria e 6,2% no total de "Outras sessões" designadamente de Terapêuticas de Suporte (-12,1%), e Hematologia (-23,0%).

No que se refere à Hemodiálise, verificou-se um decréscimo de 1,7% passando de 8.839 para 8.693 sessões.

## HOSPITAL DE DIA

	2014	2015	Δ%
<b>Sessões (não inclui diálise e quimio)</b>	<b>22.482</b>	<b>21.075</b>	<b>-6,3%</b>
Psiquiatria*	5.246	5.196	-1,0%
Pedopsiquiatria	2.817	2.144	-23,9%
Imunohemoterapia	4.167	4.165	0,0%
Pediatria	262	235	-10,3%
Pneumologia	267	258	-3,4%
Outras	9.356	8.778	-6,2%
Cardiologia e Espec Médicas	1.517	1.520	0,2%
Gastroenterologia	945	863	-8,7%
Reumatologia	559	478	-14,5%
Neurologia	956	1.053	10,1%
Terapêuticas Suporte	4.446	3.910	-12,1%
Cardiologia Pediátrica	1	0	-100,0%
Cirurgia Geral	56	39	-30,4%
Anestesia/Dor	9	4	-55,6%
Estudos Clínicos	0	243	
Hematologia	867	668	-23,0%
Infecciologia	304	288	-5,3%
Infecciologia Pediátrica	63	11	-82,5%
<b>Hemodiálise</b>	<b>8.839</b>	<b>8.693</b>	<b>-1,7%</b>

\* N.º Sessões de 2014 atualizadas



## 7.2.7. GDH's MÉDICOS DE AMBULATÓRIO

Os GDH's Médicos de Ambulatório, no global, apresentam um aumento de 2,7% face ao período homólogo.

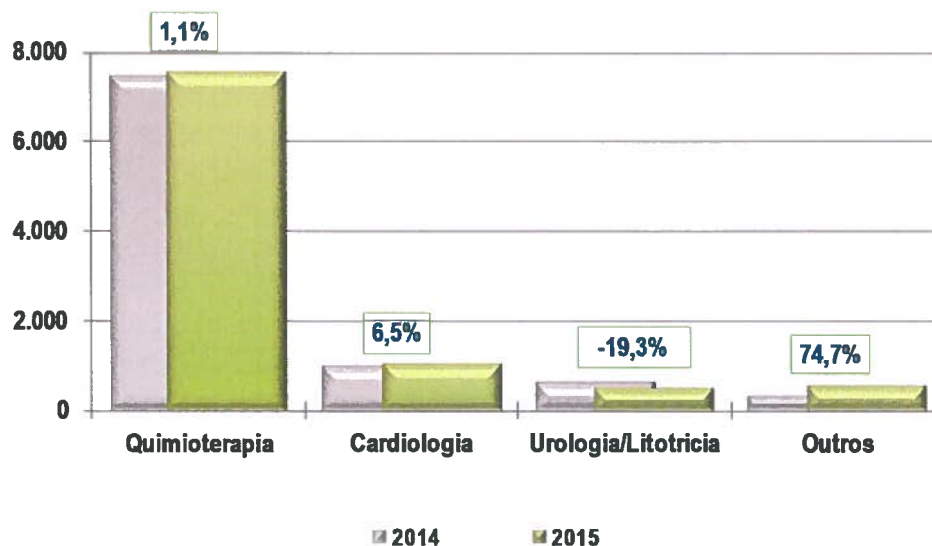
Os GDHs de quimioterapia apresentam um acréscimo de 1,1%. De referir o acréscimo de 9,2% na produção de GDHs de outra atividade.

### GDH MÉDICOS DE AMBULATÓRIO

	2014*	2015	Δ%
<b>TOTAL</b>	<b>9.377</b>	<b>9.633</b>	<b>2,7%</b>
<b>Quimioterapia</b>	<b>7.484</b>	<b>7.565</b>	<b>1,1%</b>
<b>Outros</b>	<b>1.893</b>	<b>2.068</b>	<b>9,2%</b>
Cardiologia	975	1.038	6,5%
Urologia/Litotricia	610	492	-19,3%
Outros	308	538	74,7%

\* N.º GDHs de 2014 atualizados

### GDH Médicos Ambulatório



## 7.2.8. MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA

Nos Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica destacam-se os acréscimos verificados na Imuno hemoterapia-Testes laboratoriais (28,2%), Técnicas Neurológicas (15,4%), Medicina Nuclear (6,5%) e Obstetrícia/Ginecologia (6,1%).

### MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA

Especialidades	2014*	2015	Δ%
<b>Imagiologia</b>	<b>291.626</b>	<b>293.229</b>	<b>0,5%</b>
<b>Patologia Clínica</b>	<b>3.282.767</b>	<b>3.329.596</b>	<b>1,4%</b>
Colheitas	175.068	169.755	-3,0%
Análises	3.107.699	3.159.841	1,7%
<b>Anatomia Patológica</b>	<b>33.344</b>	<b>33.228</b>	<b>-0,3%</b>
<b>Imuno Hemoterapia</b>			
Testes Laboratoriais	288.704	370.255	28,2%
Unidades transfundidas	13.307	11.626	-12,6%
<b>Medicina Física e Reabilitação</b>	<b>362.100</b>	<b>342.957</b>	<b>-5,3%</b>
<b>Técnicas Gastroenterológicas</b>	<b>17.692</b>	<b>16.437</b>	<b>-7,1%</b>
<b>Técnicas Peumológicas</b>	<b>19.163</b>	<b>13.361</b>	<b>-30,3%</b>
<b>Técnicas Cardiológicas</b>	<b>68.252</b>	<b>70.154</b>	<b>2,8%</b>
<b>Obstetrícia/Ginecologia</b>	<b>12.279</b>	<b>13.029</b>	<b>6,1%</b>
<b>Medicina Nuclear</b>	<b>3.426</b>	<b>3.650</b>	<b>6,5%</b>
<b>Técnicas Neurológicas</b>	<b>2.315</b>	<b>2.672</b>	<b>15,4%</b>
<b>Técnicas Oftalmológicas</b>	<b>41.860</b>	<b>42.256</b>	<b>0,9%</b>
<b>Técnicas de ORL</b>	<b>10.710</b>	<b>10.438</b>	<b>-2,5%</b>
<b>Técnicas Urológicas</b>	<b>4.621</b>	<b>4.071</b>	<b>-11,9%</b>
<b>Técnicas Reumatologia</b>	<b>2.399</b>	<b>2.331</b>	<b>-2,8%</b>
<b>Técnicas de Dermatologia</b>	<b>4.571</b>	<b>4.692</b>	<b>2,6%</b>

\* N.º exames de 2014 atualizados

## 7.3. DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO

### 7.3.1. ANÁLISE ECONÓMICA

Os Proveitos Totais, no exercício de 2015, registaram um ligeiro decréscimo de 0,2 %, passando de 206,5 para 206,1 milhões de euros.

Os Custos Totais verificados em 2015 ascenderam os 218,8 milhões de euros, representando um acréscimo de 3,3% em relação a 2014.

#### SÍNTESE DE INDICADORES

<i>( euros )</i>			
SITUAÇÃO ECONÓMICA	2014	2015	Δ%
Proveitos Operacionais	199.932.211	204.320.983	<b>2,2%</b>
Custos Operacionais	206.732.586	211.117.149	<b>2,1%</b>
Resultados Operacionais	-6.800.376	-6.796.166	<b>0,1%</b>
Resultado Líquido	-5.344.567	-12.764.246	<b>-58,1%</b>

O montante dos Proveitos Operacionais, principalmente influenciado pelo aumento da verba proveniente de Adenda ao Contrato Programa (cerca de 4,4 milhões de euros), registou um acréscimo de 2,2% face ao exercício anterior, ascendendo a 204,3 milhões de euros.

Apesar do contínuo esforço no controlo e contenção de despesa, a evolução de Proveitos Operacionais, foi responsável para a obtenção de um Resultado Operacional que registou valores na mesma ordem do ano de 2014, 6,8 milhões de euros negativos.

Em termos de grandes agregados, a evolução ocorrida ao nível dos proveitos sintetiza-se no quadro seguinte:

#### PROVEITOS TOTAIS

<i>( euros )</i>			
Rubrica	2014	2015	Δ%
<b>PROVEITOS</b>			
Proveitos Operacionais	199.932.211	204.320.983	<b>2,2%</b>
Prestação de Serviços	195.092.721	200.692.132	<b>2,9%</b>
Outros Proveitos Operacionais	4.839.489	3.628.851	<b>-25,0%</b>
Proveitos e Ganhos Financeiros	431.345	115.841	<b>-73,1%</b>
Proveitos e Ganhos Extraordinários	6.148.763	1.634.627	<b>-73,4%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>206.512.319</b>	<b>206.071.451</b>	<b>-0,2%</b>

O total de Proveitos atingiu 206,1 milhões de euros representando um ligeiro decréscimo de 0,2%.

A Prestação de Serviços apresentou um acréscimo de 2,9%. Para além do acréscimo de verbas provenientes da Adenda ao Contrato Programa, este comportamento foi influenciado pelos valores registados em “Outras entidades responsáveis”.

As verbas de compensação registadas em 2014 por conta do programa de rescisão por mútuo acordo, influenciaram a evolução desfavorável de Outros Proveitos Operacionais em 2015.

Os Proveitos e Ganhos extraordinários apresentaram um acentuado decréscimo em resultado da substancial redução da correcção da facturação reportada a exercícios anteriores.

No que se refere à evolução dos custos, o quadro seguinte evidencia a evolução síntese dos diversos agregados:

#### CUSTOS TOTAIS

Rubrica	2014	2015	<i>(euros)</i> Δ%
<b>CUSTOS TOTAIS</b>			
Custos Operacionais	206.732.586	211.117.149	2,1%
<i>Cash Costs</i>	199.361.367	203.968.080	2,3%
Amortizações / Provisões	7.371.219	7.149.069	-3,0%
Custos e Perdas Financeiras	209.722	31.023	-85,2%
Custos e Perdas Extraordinárias	4.890.896	7.664.622	56,7%
<b>TOTAL</b>	<b>211.833.204</b>	<b>218.812.793</b>	<b>3,3%</b>

Os Custos Operacionais totalizaram 211,1 milhões de euros e registaram um aumento de 2,1% face ao exercício anterior. Os “*Cash Costs*” também apresentaram um aumento de 2,3% e os Custos Totais de 218,8 milhões de euros um aumento de 3,3% face a 2014.

O esforço na contenção dos custos não se encontra espelhado nesta evolução devido principalmente ao efeito da introdução no mercado de medicamentos inovadores extremamente onerosos, ao acréscimo dos custos com os transportes por via de nova regulamentação legal, nomeadamente pela Portaria 28-A/2015 de 28 de Fevereiro e à reposição salarial e demais orientações da Tutela, no que se refere ao cálculo e registo da estimativa de férias e subsídio de férias de 2015.

A evolução dos Custos não desembolsáveis (Amortizações e Provisões) registaram uma diminuição de 3,0% e passaram de 7,4 milhões de euros para 7,1 milhões de euros.

A conjugação dos Proveitos e Custos conduz aos seguintes agregados de resultados:

## RESULTADOS

	<i>(euros)</i>		
	2014	2015	Δ%
Resultado Operacional	-6.800.376	-6.796.166	0,1%
EBITDA	570.843	352.903	-38,2%
Resultados Financeiros	221.623	84.819	61,7%
Resultados Extraordinários	1.257.867	-6.029.995	-579,4%
Resultado Líquido	-5.344.567	-12.764.246	-58,1%

O EBITDA apresenta uma ligeira diminuição, passando de 0,6 milhões de euros em 2014 para cerca de 0,4 milhões de euros em 2015.

Análise dos principais agregados de custos:

## CONSUMOS

	<i>(euros)</i>		
Rubrica	2014	2015	Δ%
Produtos Farmacêuticos	48.232.888	50.700.846	5,1%
Material Consumo Clínico	23.192.723	24.179.963	4,3%
Produtos Alimentares	28.672	28.016	-2,3%
Material Consumo Hoteleiro	345.180	397.899	15,3%
Material Consumo Administrativo	346.126	336.898	-2,7%
Material Manutenção Conserv.	415.676	445.579	7,2%
<b>TOTAL</b>	<b>72.561.266</b>	<b>76.089.200</b>	<b>4,9%</b>

O Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas ascendeu em 2015 a 76,1 milhões de euros e registou um acréscimo de 4,9% em relação a 2014.

Os Produtos Farmacêuticos que representam 66,6% e o Material de Consumo Clínico 31,8%, principais agregados do custo de materiais consumidos, apresentaram um acréscimo de 5,1% e 4,3%, respetivamente.

### CONSUMOS - PRODUTOS FARMACÊUTICOS

(euros)

Rubrica	2014	2015	Δ%
Medicamentos	43.901.023	46.472.913	5,9%
Reagentes e Produtos Diagnóstico	4.293.085	4.193.209	-2,3%
Outros Produtos Farmacêuticos	38.780	34.724	-10,5%
<b>TOTAL</b>	<b>48.232.888</b>	<b>50.700.846</b>	<b>5,1%</b>

O montante dos consumos registados nos medicamentos, apresentou um aumento na ordem dos 6% ascendendo a cerca de 46,5 milhões de euros. Este substancial acréscimo nos custos deve-se essencialmente à entrada de medicamentos inovadores a preços elevados, comparativamente aos que eram geralmente prescritos.

### CONSUMOS - MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO

(euros)

Rubrica	2014	2015	Δ%
Mat. Cons. Clínico - de Penso	417.158	436.734	4,7%
Mat. Cons. Clínico - Artigos Cir.	1.757.836	1.801.081	2,5%
Mat. Cons. Clínico - de Tratam.	10.303.416	10.872.131	5,5%
Mat. Cons. Clínico - de Electrom.	203.065	156.511	-22,9%
Mat. Cons. Clínico - de Laboratór.	363.793	451.852	24,2%
Mat. Cons. Clínico - Próteses	6.175.076	6.438.575	4,3%
Mat. Cons. Clínico - Osteosintese	1.412.954	1.179.743	-16,5%
Mat. Cons. Clínico - Outro M.C.	2.559.425	2.843.335	11,1%
<b>TOTAL</b>	<b>23.192.723</b>	<b>24.179.963</b>	<b>4,3%</b>

O material de consumo clínico apresentou um aumento em relação ao ano anterior de 4,3%. Para este aumento contribuiu principalmente o incremento verificado no consumo de material de tratamento (5,5%) e próteses (4,3%).

## FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

(euros)

Rubrica	2014	2015	Δ%
Subcontratos	5.888.659	6.444.382	9,4%
Fornecimentos e Serviços	20.250.786	20.364.205	0,6%
Fornecimentos e Serviços I	6.290.793	5.908.196	-6,1%
Fornecimentos e Serviços II	883.334	931.400	5,4%
Fornecimentos e Serviços III	12.979.689	13.429.877	3,5%
Outros Fornecimentos e Serviços	96.969	94.732	-2,3%
<b>TOTAL</b>	<b>26.139.445</b>	<b>26.808.587</b>	<b>2,6%</b>

Representando cerca de 12% dos Custos Totais, os Fornecimentos e Serviços Externos registaram um acréscimo de 2,6%, passando de 26,1 para 26,8 milhões de euros. Esta evolução é fundamentalmente o reflexo do aumento dos Subcontratos (9,4%) e dos Fornecimentos e Serviços III (3,5%).

## SUBCONTRATOS

(euros)

Rubrica	2014	2015	Δ%
Assistência ambulatória	308.384	277.276	-10,1%
Meios Compl. Diagnóstico	1.310.354	1.548.292	18,2%
Patologia Clínica	460.728	520.052	12,9%
Anatomia Patológica	16.921	12.720	-24,8%
Imagiologia	371.635	426.821	14,8%
Radiologia Convencional	14.719	2.698	-81,7%
TAC	167.150	193.858	16,0%
Ecografias	21.743	36.452	67,6%
Ressonâncias Magnéticas	158.671	180.490	13,8%
Mamografia	2.641	401	-84,8%
Angiografia	6.711	12.922	92,5%
Cardiologia	0	53	-
Medicina Nuclear	141.477	191.719	35,5%
Gastroenterologia	19.155	45.996	140,1%
Pneumologia	6.451	7.332	13,6%
Outros	293.986	343.098	16,7%
Meios Compl. Terapêutica	2.452.162	2.285.198	-6,8%
Medicina Física e Reabilitação	0	1.042	-
Cuidados Respiratórios Domiciliários	54.871	404.400	637,0%
Unidades Terapêuticas de Sangue	2.409.213	1.867.108	-22,5%
Outros	24.192	12.586	-48,0%
Internamentos e Transporte Doentes	1.259.390	1.700.507	35,0%
Assistência no estrangeiro	14.655	5.366	-63,4%
Outr. trab. executados no exterior	543.714	627.744	15,5%
<b>TOTAL</b>	<b>5.888.659</b>	<b>6.444.382</b>	<b>9,4%</b>

Os Subcontratos apresentaram um aumento de 9,4%. Os Meios Complementares de Diagnóstico requisitados ao exterior registaram um aumento de 18%, que resulta, fundamentalmente, do maior recurso a exames de Medicina Nuclear (35,5%) de Imagiologia (14,8%) e de Patologia Clínica (12,9%).

Os Meios Complementares de Terapêutica, apesar do substancial aumento de Cuidados respiratórios, que não eram debitados pela ARSLVT em 2014, registaram um decréscimo de 6,8%, tendo para o efeito contribuído principalmente a redução da despesa com Unidades terapêuticas de Sangue (-22,5%).

O recurso ao Internamento e transporte de doentes, este último em consequência de nova regulamentação legal, apresentaram um incremento na ordem de 35%.

Por outro lado, embora com contrapartida nos Proveitos, o impacto da necessidade de recurso ao exterior para a realização de cirurgias, contempladas na rubrica "Outros trabalhos executados no exterior", registou um aumento de 15,5%.

### FORNECIMENTOS E SERVIÇOS I

Rubrica	2014	2015	$\Delta\%$
Electricidade	1.749.539	1.900.494	8,6%
Combustíveis	3.066.542	2.363.270	-22,9%
Viaturas	57.512	48.207	-16,2%
Outros	3.009.031	2.315.063	-23,1%
Água	516.708	685.094	32,6%
Ferramentas e Utensílios	0	10.616	-
Livros Document Técnica	2.440	6.387	161,7%
Rendas e Alugueres	955.564	942.337	-1,4%
<b>TOTAL</b>	<b>6.290.793</b>	<b>5.908.196</b>	<b>-6,1%</b>

O decréscimo de 6,1% registado nos Fornecimentos e Serviços I deve-se, fundamentalmente, a uma diminuição de 22,9% no custo dos Combustíveis, designadamente de gás (cogeração).

### FORNECIMENTOS E SERVIÇOS II

Rubrica	2014	2015	$\Delta\%$
Comunicação	255.014	203.416	-20,2%
Seguros	14.974	7.859	-47,5%
Transp. de Mercadorias	40	0	-100,0%
Deslocações e Estadas	19.744	12.342	-37,5%
Honorários	593.562	707.783	19,2%
<b>TOTAL</b>	<b>883.334</b>	<b>931.400</b>	<b>5,4%</b>

Nos Fornecimentos e Serviços II verificou-se um aumento de 5,4%. Neste agregado destaca-se o aumento de 19,2% nos custos com Honorários, que teve como contrapartida a redução da despesa no recurso em Serviços Técnicos de Recursos Humanos.

### FORNECIMENTOS E SERVIÇOS III

*(euros)*

Rubrica	2014	2015	Δ%
Contencioso Notariado	51.860	57.919	11,7%
Conserv. e Reparação	4.140.137	4.330.537	4,6%
Public. e Propaganda	8.981	10.872	21,1%
Limp., Higiene e Conforto	2.363.351	2.597.816	9,9%
Vigilância e Segurança	861.715	774.118	-10,2%
Trab. Especializ. - Informática	172.179	87.303	-49,3%
Trab. Especializ. - Alimentação	2.070.763	2.049.775	-1,0%
Trab. Especializ. - Lavandaria	545.989	602.870	10,4%
Trab. Especializ. - Serv. Tecn. RH	2.179.095	1.959.054	-10,1%
Outros Trab. Especializ.	585.618	959.614	63,9%
<b>TOTAL</b>	<b>12.979.689</b>	<b>13.429.877</b>	<b>3,5%</b>

Os Fornecimentos e Serviços III registaram um acréscimo de 3,5%, passando de cerca de 13,0 para 13,4 milhões de euros. Para o efeito, contribuíram os aumentos de 63,9% na rubrica de Outros Trabalhos Especializados, 9,9% na Limpeza Higiene e Conforto e 10,4% na Lavandaria. Por outro lado, verificou-se uma redução de 10,2% na Vigilância e Segurança e 10,1% na despesa com Serviços Técnicos de Recursos Humanos.

### DESPESAS COM PESSOAL

*(euros)*

Rubrica	2014	2015	Δ%
Remunerações Órgãos Direcção	319.249	354.295	11,0%
Remunerações Base do Pessoal	58.390.170	59.601.184	2,1%
Suplementos de Remunerações	11.524.359	11.290.175	-2,0%
Prestações Sociais Directas	88.767	77.527	-12,7%
Subsídios de Férias e Natal	10.176.550	10.434.470	2,5%
Pensões	472.572	175.647	-62,8%
Encargos sobre Remunerações	18.434.242	18.293.992	-0,8%
Seguros e Acidentes de Trabalho	410.439	461.916	12,5%
Encargos Sociais Voluntários	112.265	105.644	-5,9%
Outros Custos com Pessoal	705.498	260.896	-63,0%
<b>TOTAL</b>	<b>100.634.110</b>	<b>101.055.746</b>	<b>0,4%</b>

As Despesas com o Pessoal ascenderam a 101,1 milhões de euros. Esta rubrica que representa 46% dos Custos Totais apresentou um ligeiro aumento (0,4%) face ao ano anterior.

Destaca-se a evolução homóloga das rubricas de maior peso:

- Remunerações Base de Pessoal verificou um acréscimo de 2,1%. Esta evolução desfavorável é consequência da reposição salarial e demais orientações da Tutela, no que se refere ao cálculo e registo da estimativa de férias e subsídio de férias de 2015.
- Suplementos de remuneração decréscimo de 2,0%, realçando-se neste agregado a diminuição do Trabalho Extraordinário em 6,7% (-7,1% em Horas extraordinárias e -5,0% em Prevenções).

#### ENCARGOS COM O DECRETO LEI 62/79

Rubrica	(euros)		
	2014	2015	Δ%
1 - Ordenados e Salários (a)	58.709.419	59.955.479	2,1%
2 - Horas Extraordinárias	4.094.646	3.803.281	-7,1%
3 - Prevenções	939.436	892.184	-5,0%
4 - Noites e Suplementos	2.664.140	2.668.252	0,2%
5 - Decreto Lei 62/79 - (2)+(3)+(4)	7.698.222	7.363.717	-4,3%
<b>% DL 62/79/Ord. e Salários - (5)/(1)</b>	<b>13,1%</b>	<b>12,3%</b>	

(a) Inclui c/ 641- Remuneração dos órgãos directivos

De acordo com as disposições legais estabelecidas, os encargos com remunerações suplementares ascenderam a 7,4 milhões de euros e registaram um decréscimo de 4,3 %, A despesa na rubrica Horas extraordinárias foi a que mais contribui para a contenção neste grupo, registando uma quebra de 7,1% face a 2014.

## DECRETO LEI 62/79 - DISTRIBUIÇÃO POR GRUPOS PROFISSIONAIS

(euros)

Rubrica	2014	2015	Δ%
<b>1 - Ordenados e Salários</b>	<b>58.709.419</b>	<b>59.955.479</b>	<b>2,1%</b>
Médicos	23.663.146	24.655.172	4,2%
Enfermeiros	18.314.124	18.729.174	2,3%
Outro Pessoal <sup>(a)</sup>	16.732.150	16.571.134	-1,0%
<b>2 - Horas Extraordinárias</b>	<b>4.094.646</b>	<b>3.803.281</b>	<b>-7,1%</b>
Médicos	3.855.970	3.460.696	-10,3%
Enfermeiros	52.763	109.873	108,2%
Outro Pessoal	185.914	232.712	25,2%
<b>3 - Prevenções</b>	<b>939.436</b>	<b>892.184</b>	<b>-5,0%</b>
Médicos	551.455	518.961	-5,9%
Enfermeiros	231.026	228.988	-0,9%
Outro Pessoal	156.954	144.235	-8,1%
<b>4 - Noites e Suplementos</b>	<b>2.664.140</b>	<b>2.668.252</b>	<b>0,2%</b>
Médicos	459.493	469.483	2,2%
Enfermeiros	1.615.916	1.629.929	0,9%
Outro Pessoal	588.731	568.841	-3,4%
<b>5 - Decreto Lei 62/79 - (2)+(3)+(4)</b>	<b>7.698.222</b>	<b>7.363.717</b>	<b>-4,3%</b>
Médicos	4.866.918	4.449.140	-8,6%
Enfermeiros	1.899.706	1.968.790	3,6%
Outro Pessoal	931.599	945.787	1,5%
<b>6 - % Dec Lei 62/79 nos ordenados</b>			
Médicos	<b>20,6%</b>	<b>18,0%</b>	
Enfermeiros	<b>10,4%</b>	<b>10,5%</b>	
Outro Pessoal	<b>5,6%</b>	<b>5,7%</b>	

(a) Inclui c/ 641 - Remuneração dos órgãos directivos

Com maior peso nos custos com Horas Extraordinárias, o grupo profissional dos médicos auferiu cerca de 91% do seu valor total, tendo registado uma diminuição de 10,3% relativamente a 2014.

Nas Prevenções, em que o encargo gerado pelos médicos atinge 58,2% do total despendido com este tipo de remuneração, verificou-se uma redução de cerca de 6%.

A rubrica Noites e Suplementos registou um ligeiro aumento de 0,2% em relação a 2014 e é o pessoal de enfermagem que gera o maior encargo que atinge cerca de 61% do total deste tipo de remuneração.

## PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Rubrica	2014	2015	(euros) Δ%
<b>Prestações de Serviços</b>			
Internamento	81.421.257	68.565.322	-15,8%
Consulta Externa	50.180.160	52.474.898	4,6%
Urgência	14.535.162	14.862.004	2,2%
Hospital de Dia	1.067.513	1.130.870	5,9%
Meios Complem. de Diag. e Terap.	5.437.120	5.973.318	9,9%
<b>Outras Prestações de Serviços de Saúde</b>			
Visitas domiciliárias	10.758	8.606	-20,0%
GDH Ambulatório	15.199.866	17.617.374	15,9%
GDH Cirúrgicos	10.276.796	12.085.120	17,6%
GDH Médicos	4.923.070	5.532.253	12,4%
Programas verticais	402.034	470.344	17,0%
Outras Prestações de Serviços de Saúde	4.333.069	6.774.462	56,3%
<b>Outras Prestações de Serviços</b>	8.740.997	9.545.117	9,2%
<b>Sub-total</b>	<b>181.327.936</b>	<b>177.422.314</b>	<b>-2,2%</b>
<b>Incentivos Institucionais</b>	8.777.569	8.203.462	-6,5%
<b>Adendas/Verba Convergência</b>	4.987.217	15.066.357	202,1%
<b>TOTAL</b>	<b>195.092.721</b>	<b>200.692.133</b>	<b>2,9%</b>

O Total de Prestações de Serviços registou um acréscimo de 2,9% face ao ano anterior, ascendendo a 200,7 milhões de euros.

As principais linhas de produção, com exceção da linha de produção do Internamento, apresentaram um acréscimo em relação a 2014. O Internamento, que representa cerca de 34% do total das Prestações de Serviço registou um decréscimo de 15,8% que é, fundamentalmente, consequência da redução dos preços unitários finais nas linhas de produção do Contrato Programa. Os preços ajustados ao novo ICM resultaram numa diminuição de 18,0% no preço unitário do Internamento Programado e de 15,4% no Cirúrgico Urgente.

A Consulta Externa, com um peso de 26% no total das Prestações de Serviço, registou um aumento de 4,6%.

Os GDH's de ambulatório, os Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica, o Hospital de dia e a Urgência também registaram um acréscimo de 15,9%, 9,9%, 5,9% e 2,2% respetivamente.

O montante global do Contrato Programa celebrado com a ACSS para 2015 ascendeu a 179,2 milhões de euros, incluindo verbas de convergência e incentivos institucionais.

A valorização da produção associada ao Contrato Programa registou uma execução de 98,3%.

### 7.3.2. ANÁLISE FINANCEIRA

#### RUBRICAS DO BALANÇO

*(euros)*

	2014	2015	Δ%
Ativo Total Líquido	468.137.423	443.739.271	-5,2%
Imobilizado Líquido	58.936.347	56.861.463	-3,5%
Investimentos Financeiros	0	19.278	-
Ativo Circulante Líquido	409.201.076	386.858.530	-5,5%
Existências Líquidas	6.709.105	15.309.527	128,2%
Créditos médio e longo prazo	5.701.614	5.565.777	-2,4%
Créditos curto prazo	322.565.512	305.987.484	-5,1%
Disponibilidades	935.491	122.480	-86,9%
Acréscimos e Diferimentos			
Acréscimos de proveitos	73.254.455	59.872.262	-18,3%
Custos diferidos	34.899	1.000	-97,1%
Fundos Próprios	24.516.571	6.617.127	-73,0%
Passivo	443.620.852	437.122.144	-1,5%
Provisões	5.687.545	8.950.551	57,4%
Passivo de curto prazo	425.937.775	416.636.447	-2,2%
Acréscimos e Diferimentos			
Acréscimos de custos	15.694.962	16.126.022	2,7%
Proveitos diferidos	1.988.115	4.359.675	119,3%

O total do Ativo Líquido atingiu, em 2015, o montante de 443,7 milhões de euros, registando uma redução de 5,2% relativamente a 31 de Dezembro de 2014. Esta evolução é consequência da redução significativa do Activo Circulante Líquido 5,5%, relativamente ao período homólogo, ascendendo ao montante de 386,8 milhões de euros.

A rubrica de Existências registou um substancial acréscimo fruto do aumento dos medicamentos da Hepatite C.

A rubrica das disponibilidades regista uma significativa variação negativa resultante do Despacho nº29/2015 da Secretaria de Estado da Saúde que determina que as entidades do Ministério da Saúde devam utilizar todos os meios financeiros disponíveis, de forma a não gerar qualquer saldo de gerência a 31 de Dezembro de 2015.

As correções de exercícios anteriores registados em Resultados Transitados, bem como os resultados negativos registados no exercício originaram uma variação desfavorável de 73% nos Fundos Próprios.

## BALANÇOS COMPARADOS - ATIVO

(euros)

	2015		2014		Δ %
	Valor	% Aplic	Valor	% Aplic	2015-2014
<b>ATIVO</b>					
<b>IMOBILIZADO</b>					
Imobilizado Incorpóreo Bruto	1.148.888,04	0,3%	1.148.888,04	0,2%	0,0%
Amortizações Acumuladas	1.148.888,04		1.148.888,04		0,0%
Imobilizado Corpóreo Bruto	178.622.731,75	40,3%	175.855.330,23	37,6%	1,6%
Imobilizado Corpóreo	175.392.917,00	39,5%	173.860.492,68	37,1%	0,9%
Imobilizado em Curso corpóreo	3.229.814,75	0,7%	1.994.837,55	0,4%	61,9%
Amortizações Acumuladas	121.761.268,75		116.918.983,29		4,1%
<b>Imobilizado Corpóreo Líquido</b>	<b>56.861.463,00</b>	<b>12,8%</b>	<b>58.936.346,94</b>	<b>12,6%</b>	<b>-3,5%</b>
Total de imobilizado bruto	179.771.619,79	40,5%	177.004.218,27	37,8%	1,6%
Total de Amortizações acumuladas	122.910.156,79		118.067.871,33		4,1%
<b>Total de imobilizado Líquido</b>	<b>56.861.463,00</b>	<b>12,8%</b>	<b>58.936.346,94</b>	<b>12,6%</b>	<b>-3,5%</b>
<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>	<b>19.278,30</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>	<b>-</b>
<b>EXISTÊNCIAS</b>					
Matérias-primas, subsid. e consumo	15.422.355,64	3,5%	6.821.933,51	1,5%	126,1%
Provisões p/ depreciação de existências	112.828,46		112.828,46		0,0%
<b>Total das existências Líquidas</b>	<b>15.309.527,18</b>	<b>3,5%</b>	<b>6.709.105,05</b>	<b>1,4%</b>	<b>128,2%</b>
<b>CREDITOS A TERCEIROS - Médio e longo prazo</b>	<b>5.565.776,88</b>	<b>1,3%</b>	<b>5.701.613,78</b>	<b>1,2%</b>	<b>-2,4%</b>
<b>CREDITOS A TERCEIROS - Curto prazo</b>					
Clientes	289.035.615,49	65,1%	307.415.318,67	65,7%	-6,0%
Clientes e utentes cobrança duvidosa	6.906.973,15	1,6%	5.901.804,04	1,3%	17,0%
Adiantamentos a fornecedores	217.031,13	0,0%	211.134,31	0,0%	2,8%
Estado e outros entes públicos	308.779,52	0,1%	508.861,77	0,1%	-39,3%
Outros devedores	15.572.404,16	3,5%	14.430.197,73	3,1%	7,9%
Provisões p/ Clientes Cob. Duvidosa	6.053.319,11		5.901.804,04		2,6%
<b>Total Créditos Curto Prazo</b>	<b>305.987.484,34</b>	<b>69,0%</b>	<b>322.565.512,48</b>	<b>68,9%</b>	<b>-5,1%</b>
Contas no Tesouro	56.785,80	0,0%	706.691,30	0,2%	-92,0%
Depósitos em instituições financeiras	59.580,37	0,0%	225.185,41	0,0%	-73,5%
Caixa	6.113,53	0,0%	3.614,24	0,0%	69,2%
<b>Total de Disponibilidades</b>	<b>122.479,70</b>	<b>0,0%</b>	<b>935.490,95</b>	<b>0,2%</b>	<b>-86,9%</b>
<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>					
Acréscimos de proveitos	59.872.261,79	13,5%	73.254.455,11	15,6%	-18,3%
Custos diferidos	1.000,00	0,0%	34.899,12	0,0%	-97,1%
<b>Total acréscimos e diferimentos</b>	<b>59.873.261,79</b>	<b>13,5%</b>	<b>73.289.354,23</b>	<b>15,7%</b>	<b>-18,3%</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>443.739.271,19</b>	<b>100,0%</b>	<b>468.137.423,43</b>	<b>100,0%</b>	<b>-5,2%</b>

## BALANÇOS COMPARADOS - FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

(euros)

	2015		2014		Δ %
	Valor	% Aplic	Valor	% Aplic	2015-2014
<b>FUNDO PATRIMONIAL</b>					
Fundo Patrimonial	133.293.333,33	30,0%	126.860.000,00	27,1%	5,1%
Reservas	45.769.505,07	10,3%	45.723.138,16	9,8%	0,1%
Resultados Transitados	-159.681.464,81	-36,0%	-142.721.999,20	-30,5%	11,9%
Resultado Líquido do Exercício	-12.764.246,32	-2,9%	-5.344.567,47	-1,1%	138,8%
<b>Total de Fundo Patrimonial</b>	<b>6.617.127,27</b>	<b>1,5%</b>	<b>24.516.571,49</b>	<b>5,2%</b>	<b>-73,0%</b>
<b>PASSIVO</b>					
<b>Provisões para outros riscos e encargos</b>	<b>8.950.551,31</b>	<b>2,0%</b>	<b>5.687.544,65</b>	<b>1,2%</b>	<b>57,4%</b>
Adiantamentos de clientes	314.359.563,98	70,8%	340.889.212,55	72,8%	-7,8%
Fornecedores c/c	78.357.931,18	17,7%	65.378.729,66	14,0%	19,9%
Fornecedores - Facturas recepção e conferência	1.304.272,09	0,3%	3.463.928,54	0,7%	-62,3%
Fornecedores de imobilizado c/c	2.515.198,95	0,6%	428.361,59	0,1%	487,2%
Estado e outros entes públicos	3.557.141,95	0,8%	3.486.821,37	0,7%	2,0%
Outros credores	7.591.787,52	1,7%	6.603.177,01	1,4%	15,0%
<b>Total de Débitos de curto prazo</b>	<b>407.685.895,67</b>	<b>91,9%</b>	<b>420.250.230,72</b>	<b>89,8%</b>	<b>-3,0%</b>
<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>					
Acréscimos de custos	16.126.022,38	3,6%	15.694.962,00	3,4%	2,7%
Proveitos diferidos	4.359.674,56	1,0%	1.988.114,57	0,4%	119,3%
<b>Total acréscimos e diferimentos</b>	<b>20.485.696,94</b>	<b>4,6%</b>	<b>17.683.076,57</b>	<b>3,8%</b>	<b>15,8%</b>
<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>437.122.143,92</b>	<b>98,5%</b>	<b>443.620.851,94</b>	<b>94,8%</b>	<b>-1,5%</b>
<b>TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO</b>	<b>443.739.271,19</b>	<b>100,0%</b>	<b>468.137.423,43</b>	<b>100,0%</b>	<b>-5,2%</b>

## APLICAÇÕES DE FUNDOS

## ORIGENS DE FUNDOS

	2014	2015	Δ%		2014	2015	Δ%
<b>Ativo Fixo</b>				<b>Capital Próprio</b>			
Imobilizado líquido	58.936.347	56.880.741	-3,5%	Fundo Patrimonial	24.516.571	6.617.127	-73,0%
<b>Ativo Circulante</b>	<b>409.201.076</b>	<b>386.858.530</b>	<b>-5,5%</b>	<b>Capital Alheio</b>			
Existências	6.709.105	15.309.527	128,2%	Exigível de curto prazo	443.620.852	437.122.144	-1,5%
Realizável	401.556.480	371.426.523	-7,5%				
Disponível	935.491	122.480	-86,9%				
<b>Total aplicações</b>	<b>468.137.423</b>	<b>443.739.271</b>	<b>-5,2%</b>	<b>Total Origens</b>	<b>468.137.423</b>	<b>443.739.271</b>	<b>-5,2%</b>

Apesar do montante de investimento ter registado um aumento em relação ao ano transacto, ainda não foi suficiente para compensar as amortizações ocorridas, tendo a variação do Ativo Imobilizado líquido apresentado um decréscimo de 3,5%.

O Ativo Realizável apresenta um decréscimo de 7,5% devido a uma diminuição dos créditos a receber a curto prazo, conforme já anteriormente referido.

O Ativo Disponível diminuiu em 86,9% resultante da diminuição das disponibilidades, como consequência de um aumento dos valores pagos.

O Exigível a Curto Prazo apresenta um decréscimo de 1,5%, resultante da validação da faturação pela ACSS.

## RÁCIOS

	2014	2015
<b>Rácios de Liquidez</b>		
. Liquidez Geral	0,92	0,89
. Liquidez Reduzida	0,91	0,85
. Liquidez Imediata	0,00	0,00
<b>Rácios de Autonomia Financeira, Solvabilidade e Endividamento</b>		
. Autonomia Financeira	0,05	0,01
. Solvabilidade	1,06	1,02
. Endividamento	0,95	0,99
<b>Prazo Medio (dias)</b>		
. Pagamento	227	268
<b>Equilíbrio Financeiro</b>		
. Fundo Maneio	-34.419.775	-50.263.614

Na análise aos rácios financeiros, é de realçar:

- ♦ O rácio de liquidez geral apresenta um decréscimo refletindo a diminuição do ativo circulante sobre o passivo de curto prazo;
- ♦ A situação de tesouraria, apresente um decréscimo refletido no indicador de liquidez reduzida, revela que persistem problemas ao nível da capacidade do CHLO em solver os compromissos de curto prazo;
- ♦ A liquidez imediata não sofreu qualquer alteração face ao período homólogo e continua a revelar que os meios monetários disponíveis não são suficientes para liquidar o exigível de curto prazo;
- ♦ O rácio da autonomia financeira mostra que o capital próprio financiou 5% e 1% do ativo total em 2014 e 2015 respetivamente;
- ♦ A análise da solvabilidade revela que ainda existem ativos suficientes para liquidar o passivo exigível;
- ♦ O grau de endividamento evidencia que o passivo exigível representa 95% e 99% do total do ativo líquido em 2014 e 2015, respetivamente;
- ♦ O fundo de maneiio indica que, em 2014 e em 2015 os capitais permanentes não foram suficientes para cobrir o imobilizado líquido.

### 7.3.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

(euros)

Designação	Orçamento 2015	Real 2015	Taxa Execução (%)
<b>CUSTOS</b>	<b>207.178.489</b>	<b>218.812.793</b>	<b>105,6%</b>
CMVMC(Consumos)	69.232.083	76.089.200	109,9%
Fornecimentos e Serviços Externos	25.825.924	26.808.587	103,8%
Custos c/ Pessoal	104.168.307	101.055.746	97,0%
Outros Custos Operacionais	7.740.921	7.163.616	92,5%
Custos Financeiros	209.722	31.023	14,8%
Custos Extraordinários	1.533	7.664.622	
Custos Operacionais Cash	199.600.707	203.968.080	102,2%
Custos Operacionais	206.967.234	211.117.149	102,0%
<b>PROVEITOS</b>	<b>200.697.806</b>	<b>206.071.452</b>	<b>102,7%</b>
Vendas/Prestação de Serviços	195.046.657	200.692.133	102,9%
Outros Proveitos Operacionais	4.839.490	3.628.851	75,0%
Proveitos Financeiros	402.751	115.841	28,8%
Proveitos Extraordinários	408.908	1.634.627	399,8%
<b>RESULTADOS OPERACIONAIS</b>	<b>-7.081.087</b>	<b>-6.796.166</b>	
<b>EBITDA</b>	<b>285.440</b>	<b>352.903</b>	
<b>RESULTADO LIQUIDO</b>	<b>-6.480.684</b>	<b>-12.764.246</b>	

Apesar do acentuado esforço no controlo e contenção de custos, a nível orçamental, o montante total dos Custos em 2015 apresentou uma taxa de execução de 105,6%.

Em termos de grande agregados os consumos, devido fundamentalmente à entrada de medicamentos inovadores a preços elevados, comparativamente aos que eram geralmente prescritos, apresentaram uma taxa de execução na ordem dos 110%.

Os Fornecimentos e Serviços Externos, principalmente influenciados pelo comportamento de despesas ocorridas tendo em consideração imperativos legais, tais como a nova regulamentação de transportes, acentuado aumento das taxas afetas à faturação da Água, aumentos dos preços de energia, superaram o previsto em 3,8%.

As despesas com pessoal registaram uma taxa de execução de 97%.

A realização dos Proveitos superou em 2,7% os valores orçamentados. Para esta evolução destacaram-se as contribuições das Adendas ao Contrato Programa e as correcções efectuadas na facturação de exercícios anteriores.

### 7.3.4. INVESTIMENTO

O Investimento total realizado em 2015 ascendeu na ordem de 4,8 milhões de euros.

#### INVESTIMENTO

(euros)

	2014		2015		Δ %
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	
<b>Imobilizado Corpóreo</b>	<b>1.221.074</b>	<b>94,2%</b>	<b>3.522.033</b>	<b>74,0%</b>	<b>188,4%</b>
Edifícios e Outras construções	427.180	32,9%	26.023	0,5%	-93,9%
Equipamento Básico	<b>545.405</b>	42,1%	<b>3.097.616</b>	65,1%	467,9%
Médico-Cirúrgico	240.206	18,5%	1.565.854	32,9%	551,9%
de Imagiologia	80.734	6,2%	626.624	13,2%	676,2%
de Laboratório	49.441	3,8%	26.805	0,6%	-45,8%
Mobiliário Hospitalar	25.354	2,0%	290.504	6,1%	1045,8%
Desinfecção e esterilização	22.725	1,8%	58.934	1,2%	159,3%
de Hotelaria	107.459	8,3%	420.653	8,8%	291,5%
Outro	19.485	1,5%	108.241	2,3%	455,5%
Equipamento de transporte	0	0,0%	0	0,0%	-
Ferramentas e Utensílios de desgaste rápido	0	0,0%	381	0,0%	-
Equipamento Administrativo	17.183	1,3%	22.064	0,5%	28,4%
Equipamento Informático	231.307	17,8%	375.950	7,9%	62,5%
Taras e Vasilhame	0	0,0%	0	0,0%	-
Outras	0	0,0%	0	0,0%	-
<b>Imobilizado em Curso corpóreo</b>	<b>75.672</b>	<b>5,8%</b>	<b>1.234.977</b>	<b>26,0%</b>	<b>1532,0%</b>
<b>Imobilizado Incorpóreo</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>-</b>
Despesas de instalação	0	0,0%	0	0,0%	-
Despesas investigação e desenvolvimento	0	0,0%	0	0,0%	-
<b>TOTAL INVESTIMENTO</b>	<b>1.296.747</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.757.011</b>	<b>100,0%</b>	<b>266,8%</b>

Realçam-se os investimentos realizados em equipamento médico-cirúrgico e equipamento de imagiologia onde se investiram montantes na ordem de 2,2 milhões de euros, bem como as obras em curso que registaram o valor de 1,2 milhões de euros.

## 7.4. RECURSOS HUMANOS

No que respeita ao número de Recursos Humanos, o ano de 2015 inverte a tendência verificada nos anos anteriores, com um aumento de profissionais ao serviço do CHLO, em efetividade de funções, apresentando o CHLO mais 66 elementos que no período homólogo de 2014. Este aumento corresponde, em grande parte, ao aumento de número de Internos atribuídos ao CHLO no início do ano de 2015, contabilizando-se mais 42 do que em 2014; também nos Enfermeiros, Assistentes Operacionais e Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica se verificou um aumento do número de profissionais, com um acréscimo de 28, 14 e 5 profissionais, respetivamente. No pessoal médico (especialistas), ao contrário, verificou-se uma diminuição de 20 profissionais, pelas saídas por rescisão e sobretudo, por aposentação, sem substituição.

Não obstante a manutenção da política de restrições de admissão de novos recursos humanos, criou-se uma possibilidade de contratação através do Despacho n.º 342-C/2015, que permite a admissão imediata de RH (apenas sujeita a ratificação ministerial) em duas circunstâncias distintas:

- Substituição temporária de profissionais ausentes;
- Admissão de profissionais para Serviços de Urgência.

Com base nesta legislação foram, sobretudo, admitidos Enfermeiros e Assistentes Operacionais.

No que concerne à política de cortes salariais, a Lei n.º 82-B/2014, 31 de Dezembro, prevê para o ano de 2015, a aplicação de cortes salariais a todos os trabalhadores com remunerações superiores a 1.500€ (semelhantes aos já aplicados no ano anterior), embora com a reversão de 20% do valor total do corte efetuado em 2014.

A aplicação destas medidas, ao longo do ano de 2015, resultou nos indicadores abaixo mencionados:

- a) Aumento de 66 profissionais, cerca de 1,8%, face a 2014;
- b) Aumento da despesa com pessoal de 0,4%, onde se englobam todos os custos previstos na Conta 64.

### 7.4.1. EVOLUÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS POR GRUPOS PROFISSIONAIS

No final do ano 2015, o CHLO tinha a exercer funções 3.807 trabalhadores, dos quais 972 são homens e 2.835 são mulheres, evidenciando-se uma predominância do sexo feminino (74,5%) em todos os grupos profissionais, com exceção do pessoal de Informática.

#### GRUPOS PROFISSIONAIS POR VÍNCULO

Grupos de Pessoal	2014				2015				Δ%			
	F. Púb.	C. I. T.	P. S.	Total	F. Púb.	C. I. T.	P. S.	Total	F. Púb.	C. I. T.	P. S.	Total
Dirigente	13	9		22	14	9	-	23	8%	0%		4,5%
Médico	305	217		522	269	233	-	502	-12%	7%		-3,8%
Internato Médico	345	0		345	387	-	-	387	12%			12,2%
Téc. Sup. Saúde	19	10		29	19	10	-	29	0%	0%		0,0%
Téc. Superior	18	61	1	80	16	63	-	79	-11%	3%		-1,3%
Enfermagem	484	678	45	1.207	459	746	30	1.235	-5%	10%	-33%	2,3%
Informática	5	8		13	4	9	-	13	-20%	13%		0,0%
Docente	1	1	1	3	1	1	1	3	0%	0%		0,0%
Téc. Diag. Terap.	181	111	22	314	180	114	25	319	-1%	3%	14%	1,6%
Assistente Técnico	108	284		392	103	286	-	389	-5%	1%		-0,8%
Assistente Operacional	372	436	3	811	348	476	1	825	-6%	9%		1,7%
Outro Pessoal		1	2	3		1	2	3	100%	100%		0,0%
<b>TOTAL</b>	<b>1.851</b>	<b>1.816</b>	<b>74</b>	<b>3.741</b>	<b>1.800</b>	<b>1.948</b>	<b>59</b>	<b>3.807</b>	<b>-3%</b>	<b>7%</b>	<b>-20%</b>	<b>1,8%</b>

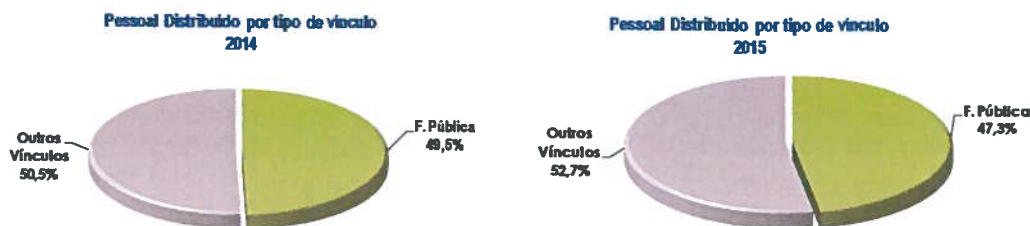
Obs.: Não inclui médicos do Internato em estágio no CHLO

O n.º de Médicos e Internato Médico em 2014 foi retificado.

Pela análise do quadro, verifica-se que os grupos profissionais (sobretudo) responsáveis pelo aumento de efetivos são os Médicos Internos (+42), Enfermeiros (+28), Assistentes Operacionais (+14) e TDT's (+5). Este aumento do número de efetivos justifica-se pela necessidade de uma resposta mais adequada, face ao acréscimo de atividade, designadamente em períodos de maior afluência, nomeadamente, o Serviço de Urgência e alguns Serviços de Internamento Médico, e às exigências, cada vez maiores, da qualidade assistencial.

Para os restantes grupos profissionais, ou se manteve o mesmo número de efetivos face a 2014 ou apenas se verificaram decréscimos com menor expressão.

Tal como em anos anteriores, a concentração do maior número de efetivos situa-se nos grupos de pessoal de Enfermagem, Médico e Assistente Operacional, representando cerca de 68% do total de profissionais do CHLO.



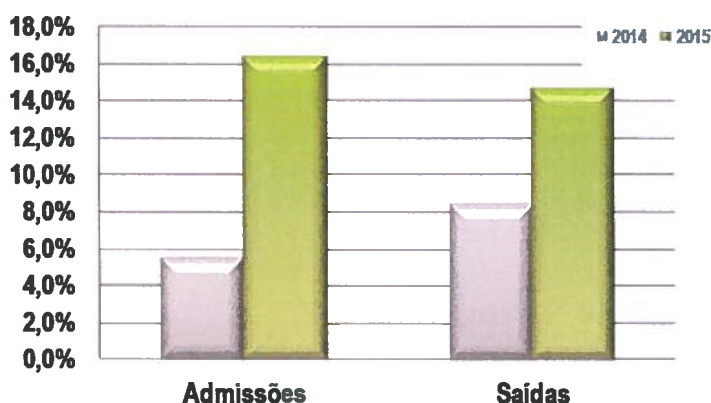
Quanto à natureza do vínculo, 1.800 colaboradores detêm uma relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato em funções pública (47,3%) do total de colaboradores, e 2.007 são abrangidos por outros tipos de vínculo, nomeadamente, contratos individuais de trabalho e prestações de serviço em nome individual, correspondentes a 52,7% dos efetivos.

#### 7.4.2. MOBILIDADE DE PESSOAL

O quadro seguinte possibilita analisar a mobilidade, por grupos profissionais:

#### MOBILIDADE DE PESSOAL

Grupos Profissionais	Saídas		Δ%	Admissões		Δ%
	2014	2015		2014	2015	
Dirigente	4	1	-75,0%	2	2	0,0%
Médico	233	234	0,4%	233	256	9,9%
Téc. Sup. Saúde	3	2	-33,3%	1	2	0,0%
Téc. Superior	6	6	0,0%	3	5	0,0%
Enfermagem	108	171	58,3%	84	199	136,9%
Informática	0	1	0,0%	0	1	0,0%
Docente	0	0	0,0%	0	0	
Téc. Diag. Terap.	15	24	60,0%	13	29	123,1%
Assistente Técnico	33	16	-51,5%	12	13	8,3%
Assistente Operacional	103	101	-1,9%	35	115	228,6%
Outro Pessoal	0		0,0%	0		0,0%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>505</b>	<b>556</b>	<b>10,1%</b>	<b>383</b>	<b>622</b>	<b>62,4%</b>
<b>% Admissões</b>				<b>10,2%</b>	<b>16,3%</b>	<b>59,6%</b>
<b>% Saídas</b>				<b>13,5%</b>	<b>14,6%</b>	<b>8,2%</b>



Analisando os dados referentes à mobilidade de pessoal, constatamos que o número de saídas é menor (556) quo número de admissões (622), o que justifica o aumento de efetivos verificado ao longo do ano de 2015, invertendo a tendência de anos anteriores.

No que se refere às admissões, registou-se um acréscimo de 62,4%, relativamente a 2014, sendo que este facto se relaciona, sobretudo, com:

- ✓ Internos atribuídos ao CHLO no início de 2015 (inseridos no grupo de pessoal em formação pré-carreira);
- ✓ Admissão de trabalhadores, nos diversos Grupos Profissionais, em substituição das saídas ocorridas durante o ano de 2015, nomeadamente nos grupos profissionais Médico, Enfermagem e Assistentes Operacionais.

Quanto às saídas verificou-se um aumento de 10% relativamente ao ano 2014, com um total de 556 saídas. Este aumento justifica-se, principalmente, pelos seguintes fatores:

- ✓ Aposentações (40);
- ✓ Elevado número de rescisões de contrato, principalmente, nos grupos profissionais de Enfermagem e Assistente Operacional, onde se verifica uma grande dificuldade de fixação destes profissionais, pela baixa remuneração associada ao tipo de funções em questão.

### 7.4.3. ABSENTISMO

No ano de 2015, a taxa de absentismo apresenta um aumento significativo face ao ano de 2014, apresentando um total de 84.284 dias de ausência (+12.336 dias de ausência que em 2014), correspondente a um aumento de 13,5%.

A taxa de absentismo do CHLO em 2015 foi de 9,9%, face a 8,7% em 2014, correspondente a um acréscimo de 12.336 dias de ausência. O grupo de pessoal Médico, foi o que mais contribuiu para esta evolução percentual, com uma taxa de absentismo de 14,1%, equivalente a 17.957 dias de ausência, seguido do Assistentes Operacionais e Pessoal de Enfermagem, com uma taxa de absentismo de 10,4% e 10,2%, com 21.841 e 31.240 dias de ausência, respetivamente.

Em 2015, o absentismo por doença representa cerca de 38% do total de faltas ao serviço, equivalente a 31.957 dias de ausência. A proteção na parentalidade é a segunda responsável, apresentando uma taxa de absentismo de 35,7%, - 30.125 dias de ausência - claramente indicadora de uma população jovem, nomeadamente, no grupo profissional dos Enfermeiros. De realçar um aumento de cerca de 25% face a 2014, dos dias de ausência motivados por proteção na parentalidade.

A soma das ausências por doença e proteção na parentalidade corresponde a cerca de 74% do total de faltas em 2015 no CHLO.

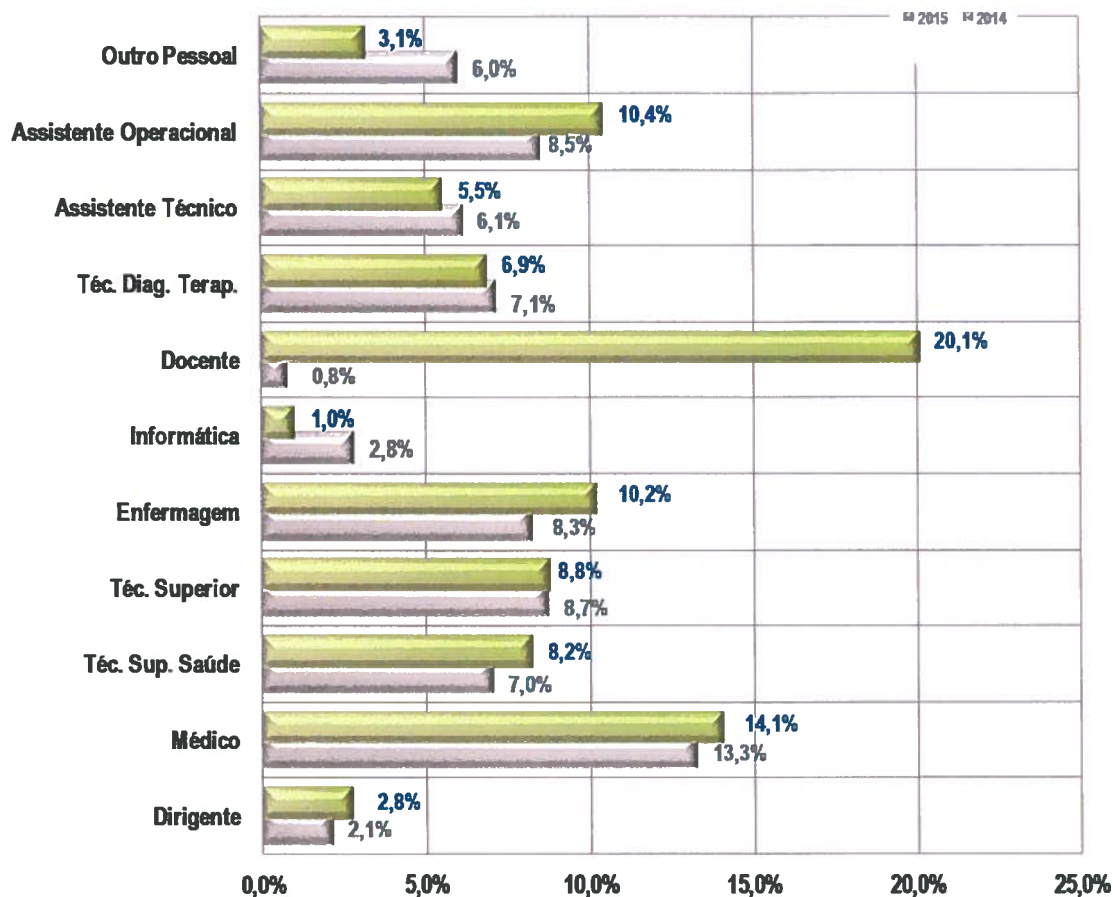
#### ABSENTISMO POR GRUPOS PROFISSIONAIS

Grupos de Pessoal	Dias de Ausência			Tx de Absentismo		
	2014	2015	Δ%	2014	2015	Δ%
Dirigente	116	161	38,8%	2,1%	2,8%	30,1%
Médico	17.230	17.957	4,2%	13,3%	14,1%	6,2%
Téc. Sup. Saúde	509	607	19,3%	7,0%	8,2%	16,9%
Téc. Superior	1.718	1.758	2,3%	8,7%	8,8%	0,3%
Enfermagem	23.902	31.240	30,7%	8,3%	10,2%	23,6%
Informática	91	32	-64,8%	2,8%	1,0%	-65,5%
Docente	4	102	2450,0%	0,8%	20,1%	2399,8%
Téc. Diag. Terap.	5.188	5.145	-0,8%	7,1%	6,9%	-3,4%
Assistente Técnico	6.002	5.433	-9,5%	6,1%	5,5%	-10,6%
Assistente Operacional	17.173	21.841	27,2%	8,5%	10,4%	22,3%
Outro Pessoal	15	8	-46,7%	6,0%	3,1%	-47,7%
<b>TOTAL</b>	<b>71.948</b>	<b>84.284</b>	<b>17,1%</b>	<b>8,7%</b>	<b>9,9%</b>	<b>13,5%</b>

*Taxa de Absentismo =*

*Nº de Faltas / (Dias de Trabalho \* Nº de Efetivos) \* 100*

#### Taxa de Absentismo 2014/2015



#### 7.4.4. ESTRUTURA ETÁRIA

Em termos de Estrutura Etária do CHLO em 2015, verifica-se que cerca 61% dos colaboradores têm menos de 45 anos. É na faixa etária entre os 30-34 anos que se situa o maior número de elementos, com 729 efetivos correspondentes a cerca de 19% dos efetivos.

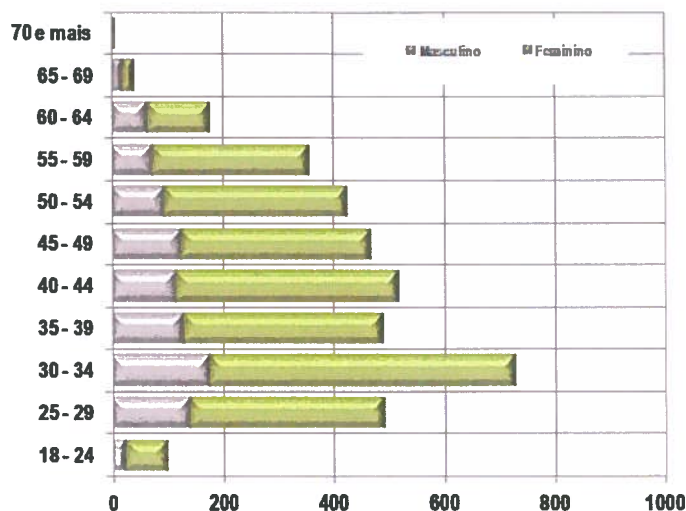
Em 2015, com idade superior a 59 anos, registam-se 222 colaboradores, cerca de 5,8% do total de profissionais, um valor ligeiramente superior ao registado em 2014 (5,22%).

## DISTRIBUIÇÃO POR ESCALÕES ETÁRIOS

Escalaão Etário	Masculino			Feminino			Total			%	
	2014	2015	Δ%	2014	2015	Δ%	2014	2015	Δ%	2014	2015
18 - 24	10	25	150,0%	28	74	164,3%	38	99	160,5%	1,0%	2,6%
25 - 29	144	141	-2,1%	368	353	-4,1%	512	494	-3,5%	13,7%	13,0%
30 - 34	182	176	-3,3%	544	553	1,7%	726	729	0,4%	19,4%	19,1%
35 - 39	134	129	-3,7%	365	362	-0,8%	499	491	-1,6%	13,3%	12,9%
40 - 44	122	115	-5,7%	410	403	-1,7%	532	518	-2,6%	14,2%	13,6%
45 - 49	114	124	8,8%	348	345	-0,9%	462	469	1,5%	12,3%	12,3%
50 - 54	106	97	-8,5%	334	329	-1,5%	440	426	-3,2%	11,8%	11,2%
55 - 59	76	76	0,0%	261	283	8,4%	337	359	6,5%	9,0%	9,4%
60 - 64	61	66	8,2%	98	111	13,3%	159	177	11,3%	4,3%	4,6%
65 - 69	18	21	16,7%	15	21	40,0%	33	42	27,3%	0,9%	1,1%
70 e mais	2	2	0,0%	1	1	0,0%	3	3		0,1%	0,1%
<b>TOTAL</b>	<b>969</b>	<b>972</b>	<b>0,3%</b>	<b>2.772</b>	<b>2.835</b>	<b>2,3%</b>	<b>3.741</b>	<b>3.807</b>	<b>1,8%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Resumindo, da análise da estrutura etária do CHLO, conclui-se que estamos perante um efetivo, maioritariamente jovem, dado que 48% dos efetivos tem menos de 40 anos.

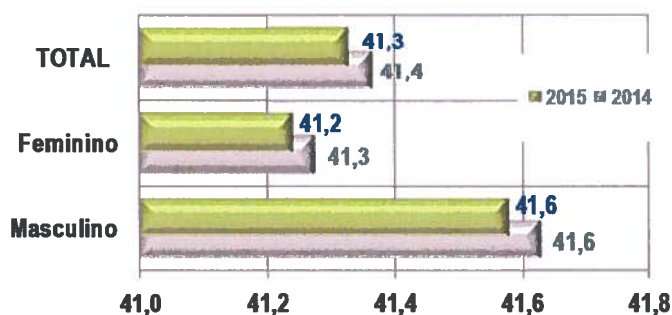
Distribuição Etária por Sexo - 2015



Quanto à distribuição etária por sexo, o grupo com maior dimensão é sem dúvida o grupo do sexo feminino, com 2.835 efetivos, correspondentes a 74,5% dos colaboradores do CHLO. O escalaão etário com maior população feminina encontra-se entre os 30 – 34 anos, com 553 elementos.

### IDADE MÉDIA POR SEXOS

	2014	2015	Δ%
Masculino	41,6	41,6	-0,1%
Feminino	41,3	41,2	-0,1%
TOTAL	41,4	41,3	-0,1%



No que se refere à idade média dos colaboradores do CHLO, esta situa-se nos 41,3 anos, com a diminuição de 0,1 anos, relativamente a 2014.

### 7.4.5. FORMAÇÃO

Contrariamente ao registado no ano anterior, verificamos um acréscimo significativo na promoção de formação no CHLO, como podemos observar nos dados do quadro seguinte.

	2014	2015	Δ%
N.º Acções	49	130	165,3%
N.º Total Formandos (internos+externos)	874	2.914	233,4%
Volume Formação	9.266	17.296	86,7%

Recorrendo à mobilização interna de profissionais do CHLO como formadores (formadores internos eventuais) conseguimos dar uma resposta mais abrangente a necessidades específicas e/ou transversais identificadas nos vários grupos.

Tendo em conta as restrições financeiras e redução de pessoal em diversas áreas que criaram constrangimentos diversos na atividade de formação, o recurso a formadores externos manteve-se

apenas pontualmente e restringiu-se a matérias específicas consideradas como prioritárias, como por exemplo a formação em Reanimação Pediátrica, destinada a Médicos e Enfermeiros da área da Pediatria e a formação básica em Cuidados Paliativos que abrangeu para além de Médicos e Enfermeiros, Técnicos de Serviço Social, Fisioterapeutas e Psicólogos.

Relativamente à necessidade de desenvolvimento de competências na área comportamental/relacional e tal como tínhamos feito em anos anteriores, recorremos à colaboração de uma entidade de formação externa que em parceria com o Instituto do Emprego e Formação Profissional e beneficiando de financiamento do Fundo Social Europeu no âmbito do Programa Operacional Potencial Humano (POPH), permitiu o acesso à formação de alguns profissionais através da modalidade de Formação Modular (Unidades de Formação de Curta Duração).

O acréscimo da atividade a que assistimos e como se pode observar nos dados apresentados, ficou a dever-se essencialmente a formação desenvolvida na área de enfermagem.

Ano	Adm. Hosp.	Médicos	Tec. Sup Saude	Enferm.	Tec. Sup	TDT	Ass. Tec.	Ass. Op.	Outros	TOTAL
Formandos internos 2015	2	217	12	2.170	33	30	26	334	16	2.840
Formandos internos 2014	2	125	2	537	21	29	43	34	2	795

Foram abrangidos 766 Enfermeiros em ações realizadas sobre Padrões de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem, formação preconizada pela Ordem dos Enfermeiros (OE) e com a qual se pretende que sejam identificadas áreas com necessidade de melhoria e desenvolvidos projetos de melhoria da qualidade, tendo por referência o enquadramento conceptual e os enunciados descritivos definidos pela OE.

Na formação sobre Padrão Nacional Único/S. Clínico Normalizado, (apresentação do aplicativo), que visa a uniformização dos procedimentos dos registos de enfermagem para normalização da informação participaram também 649 enfermeiros.

Na formação promovida na área de Reanimação, certificada pelo Conselho Português e Europeu de Ressuscitação (CPR/ERC) foram abrangidos 253 profissionais, na maioria Médicos e Enfermeiros.

#### **7.4.5.1 FORMAÇÃO PRÉ-GRADUADA**

Em 2015, o CHLO manteve a participação no ensino pré-graduado, com base em protocolo com a Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa. Participou igualmente no ensino pré-graduado de algumas Universidades Privadas com as quais estabeleceu igualmente protocolo.

#### **7.4.5.2. FORMAÇÃO PÓS-GRADUADA - INTERNATO**

A formação de médicos é um importante contributo para a evolução técnica e sustentabilidade científica dos serviços de saúde.

Neste âmbito, o CHLO assegurou, em 2015, a continuação dos Internatos Médicos de Especialização e do Ano Comum, colaborou também na formação de internos de outras instituições do SNS, das Forças Armadas e das Regiões Autónomas.

O CHLO mantém ainda protocolos com os PALOP para formação de Médicos em estágios correspondentes às várias especialidades médicas.

### **7.5. SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO**

Em 2015 foi realizado um investimento na área de armazenamento de imagem médica, dotando o Centro Hospitalar de novos equipamentos com capacidade de armazenamento de imagem médica, permitindo a consulta imediata pelos médicos de imagens médicas de exames efetuados há vários anos. O novo equipamento, com redundância entre os centros de dados do HAFX e o do HSC, possibilitou uma maior rapidez na consulta de exames e um mais rápido e eficiente atendimento do doente.

Na continuação de substituição de equipamentos críticos descontinuados, foi efetuada a aquisição de um novo equipamento central de distribuição de comunicações de dados. Este novo equipamento, além de diminuir o risco operacional face ao antigo, permitiu dotar o CHLO de larguras de banda de comunicações de dados superiores às que existiam e um melhor desempenho e utilização dos sistemas informáticos em todo o Centro Hospitalar.

A informatização do serviço de Oftalmologia, que estava bastante dependente de papel, permitiu, através de uma aplicação, a requisição de exames e a sua subsequente consulta pelo médico.

Por último, o SSTI continuou o seu apoio funcional aos vários serviços do CHLO, de maneira a difundir a utilização de sistemas de informação no Centro.

## 7.6. INVESTIGAÇÃO CLÍNICA

No Ano de 2015 deram entrada 28 Ensaio Clínicos e 15 Adendas, foram autorizados 22 mais 8 do ano anterior.

Destacaram-se durante o ano de 2015 as seguintes atividades:

- Apoio de Secretariado e Monitorização dos ensaios em curso e início de novos estudos autorizados pelo CA;
- Apoio à apresentação de trabalhos científicos em reuniões nacionais e internacionais;
- Apoio à Publicação de artigos científicos em revistas conceituadas das várias especialidades;
- Apoio a Cursos de pós graduação;
- Disponibilização de Consultoria científica na área da Estatística, com apoio de um consultor.
- Renovação de contrato com a Revista British Medical Journal Case Reports para publicação de trabalhos científicos;
- Realização de dois Encontros Científicos do CHLO;
- Dois Cursos de Formação em Investigação Clínica e Publicação Científica com um total de 45 participantes.

## 7.7. COMISSÃO DE HUMANIZAÇÃO E QUALIDADE DOS SERVIÇOS

A operacionalização das atividades atribuídas à Comissão de Humanização e Qualidade dos Serviços é assegurada no CHLO pelo Departamento de Qualidade.

Durante o ano 2015 destacaram-se as seguintes atividades:

### Organizacional:

- Promulgação do Regulamento da Comissão de Qualidade e Segurança;
- Regulamento de orientação ao desenho da documentação para reformulação dos modelos de Consentimento Informado à luz da NOC respetiva e a sua atualização;
- Questionários de avaliação da satisfação dos utentes do HSC;
- Participação no Programa SINAS, quando aplicável;

### Qualidade e Segurança:

- Formação no âmbito das regras de segurança interna;
- Segurança na prescrição de medicamentos (sistema de alertas em uso, Ex: prescrição antibióticos);
- Segurança Cirúrgica – ainda influenciada pelos registos imperfeitos de procedimentos obstétricos, em fase de rectificação, atingiu 91,2%;

- Prevenção de quedas – política de análise e gestão de risco inserida na monitorização diária dos doentes internados;

#### Aplicação das NOC's da DGS:

- Divulgação das NOC através da Intranet e junto dos serviços
- Auditorias ao grau de cumprimento da NOC 1/2015 e NOC 15/2013;
- Destaque para algumas auditorias internas realizadas nos hospitais do CHLO:
  - Precauções básicas em Controlo da Infecção;
  - Higiene das mãos nos serviços de internamento e consulta externa;
  - Qualidade da limpeza por parte da empresa;
  - Técnicas endoscópicas;
  - Indicação para cateterização vesical;
  - Prescrição e Duração da Antibioterapia;

#### Outras atividades:

- Realização de dois cursos para formação de auditores internos (médicos e enfermeiros).

## **7.8. COMISSÃO DE ÉTICA**

Durante o ano de 2015, salientam-se as seguintes atividades:

- Foram emitidos 92 pedidos de pareceres. Destes, 82 por estarem completos e de acordo com as Normas da Comissão de Ética para a Saúde (CES) foram submetidos a apreciação: 51 registos observacionais/projetos de investigação clínica, 10 estudos conducentes a provas académicas, 21 adendas/emendas a estudos aprovados anteriormente;
- Apreciaram-se 1136 justificações para autorização de utilização de medicamentos que não fazem parte do Formulário Hospitalar Nacional de Medicamentos (FHNM) ou cuja aplicação não está ainda aprovada pelo INFARMED;
- Participação no seminário Outono/Inverno da RedÉtica- Partilha, Cooperação, Identidade, organizado pela ARSLV.

## **7.9. GRUPO DE COORDENAÇÃO LOCAL DE PREVENÇÃO E CONTROLO DE INFEÇÃO E RESISTÊNCIAS AOS ANTIMICROBIANOS (GCL-PPCIRA)**

No âmbito das competências que lhe são atribuídas, o GCL-PPCIRA realizou diversas atividades ao longo de 2015, das quais destaca-se:

### **Vigilância Epidemiológica**

- Vigilância epidemiológica de incidência da infeção associada aos cuidados de saúde: infeção nosocomial e microrganismos epidemiologicamente significativos;
- Vigilância epidemiológica das resistências aos antimicrobianos;
- Vigilância epidemiológica da infeção do local cirúrgico e da infeção em UCI – Hospital in Europe Link for Infection Control through Surveillance (HELICS) - Programa de Prevenção e Controlo de Infeção e Resistência aos antimicrobianos (PPCIRA);
- Vigilância epidemiológica na UCI Neonatal - (PPCIRA);
- Vigilância epidemiológica da infeção nosocomial da corrente sanguínea - (PPCIRA);
- Apresentação de resultados da vigilância epidemiológica realizada com publicação *online*.

### **Formação / Acompanhamento Clínico**

- Organização, coordenação e participação em ações de formação interna, em colaboração com Departamento de Formação do CHLO (Plano anual de Formação),
- Integração de novos Enfermeiros, políticas do GCL-PPCIRA.
- Colaboração em estágios da especialidade médica e com instituições de cursos de ensino pós-graduado, nomeadamente, Escolas Superiores de Enfermagem;
- Elaboração e implementação, com os serviços envolvidos, do Plano de Contingência para o Middle East Respiratory Syndrome (MERS);
- Orientação das práticas clínicas;
- Continuação da elaboração ou atualização de recomendações e normas para o manual de prevenção e controlo de infeção do CHLO;
- Emissão de pareceres em prevenção e controlo de infeção.
- Participação, como oradores convidados:
  - Comemoração promovida pelo DGS aquando da Semana do Antibiótico, Lisboa, 17 de Novembro;

### **Auditoria de estrutura, processo e resultado**

- Campanha das Precauções Básicas em Controlo de Infeção (PBCI) – Direcção Geral de Saúde e Organização Mundial de Saúde;
- Auditorias internas a indicadores de estrutura, processo e resultado.

### **Colaboração em atividades de gestão de materiais e equipamentos**

- Júri de concursos de escolha de material e consumo clínico;
- Projetos de acreditação no CHLO.

## 7.10. SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social, integrado no universo dos Serviços de Apoio à Ação Médica, tem como foco principal o doente e a sua reintegração na comunidade. O trabalho com os *stakeholders* formais e informais na promoção da cidadania e reparação de disfunções procura fomentar a mudança na responsabilização, integração social e bem-estar, construindo respostas personalizadas que assentem no respeito pelos valores da dignidade humana e justiça social com o impacto no equilíbrio ambiental.

Nos serviços de ação médica, essencialmente nos serviços de internamento, a intervenção centrou-se na resolução das altas hospitalares, num trabalho em equipa multidisciplinar que promoveu a qualidade do tratamento dos doentes através do rastreio e resolução de problemáticas sociais que se constituíram como obstáculo à reintegração comunitária dos mesmos.

No cumprimento do plano de atividades do serviço, destacam-se as seguintes atividades:

- Participação no Núcleo Hospitalar de Apoio à Criança e Jovem em Risco, Equipa de Gestão de Altas, Comissão de Informatização Clínica e vinculação ao centro de referência Epilepsia Refractária;
- Trabalho com a comunidade: rede social da freguesia de Belém na área do isolamento social; colaboração na articulação com a Unidade da Costa do Sol; ligação com o ACES Oeiras e Lisboa Ocidental na vertente materno/infantil; articulação com as escolas do 1.º e 2.º ciclo no desenvolvimento do projeto “Intervenção escolar em saúde mental da criança e adolescente”; desenvolvimento comunitário “ Pais que maltratam”; articulação com a IPSS ARIA num projeto-piloto de prestação de cuidados e de reabilitação psicossocial;
- Formação interna e externa e preleções em sessões públicas sobre temáticas relacionadas com a área de intervenção do Serviço.

### RESUMO DA PRODUÇÃO DAS EQUIPAS DE SERVIÇO SOCIAL - 2015

	Actos Sociais				Episódios Sociais	N.º Utentes atendidos	Doentes Saídos	Casos Sociais c/ Protelamento Alta	% Casos Sociais c/ Protel. Alta
	Triagem	Acto Social Isolado	Acomp. Psicossocial	Outras Actividades					
CHLO	10.039	6.352	6.162	1.002	989	10.039	27.018	184	0,7%

\* Não inclui doentes com recurso ao exterior

## 8 FACTOS MAIS RELEVANTES DURANTE O ANO DE 2015

### Janeiro

- ♦ **Fórum sobre Oncosexologia** decorreu no dia 15 de janeiro, no auditório da FCM, no HSFX. Uma iniciativa da Associação Unidas para Vencer, Associação Humanitária de Apoio a Mulheres com Cancro da Mama, com o objetivo de refletir, esclarecer e debater sobre o tema, bem como sobre a fertilidade no Doente com Cancro da Mama.



- ♦ **5º Simpósio de Tromboembolismo do CHLO** decorreu no dia 23 de janeiro, no Museu do Oriente. Organizado pela Comissão de Prevenção do Tromboembolismo do CHLO, foram abordados vários temas sobre o tromboembolismo, quer nos aspetos preventivos quer nos avanços terapêuticos.

### Fevereiro



Dra. Teresa Morais.

- ♦ **Dia Internacional de Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina**, por ocasião desta data, em 6 de fevereiro, no auditório da FCM, no HSFX, decorreu uma sessão subordinada ao tema. Neste evento foi apresentado o ponto de situação sobre a execução do III Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina 2014-2017, pela Senhora Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade,

- ♦ **XVII Simposium de Atualização em Nefrologia “Diabetes e Rim, Novos Paradigmas”** realizou-se no dia 21 de fevereiro, no Hotel Vip Art's, no Parque das Nações, organizado pelo Serviço de Nefrologia do CHLO. Teve como principais temas: “Geografia da Diabetes”, “Biologia da Doença Renal Diabética”, “Controvérsias I e II”, “A Gestão da Doença Renal Diabética” e “Terapêutica de Substituição da Função Renal na DM1 e na DM2”.



- ♦ **Enfermagem de Reabilitação da UCIP do HEM premiada** no I Curso de Atualização em Enfermagem de Reabilitação em Medicina Intensiva: Reabilitar o Doente Crítico, que decorreu no dia 27 de fevereiro, organizado pelo Centro Hospitalar de São João. O trabalho, premiado com o primeiro lugar, na categoria de comunicações livres, tinha como título “Enfermagem de Reabilitação na UCIP-CHLO: 3 anos – projeto, intervenções e resultados”.



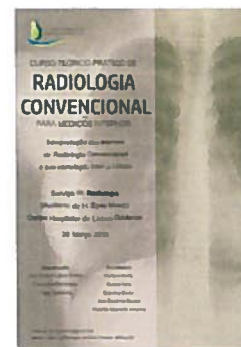
## Março



dia.

- ♦ **Exposição “Mulher Mãe”**, a propósito do dia da mulher, decorreu de 9 a 20 de março, no HSF, uma iniciativa da Associação Unidas para Vencer, em conjunto com a CERCICA, instituição de referência na habilitação e capacitação das pessoas com deficiência intelectual e incapacidades. Os trabalhos expostos foram realizados pelos utentes desta instituição, que também entregaram flores às mulheres presentes nas salas de espera das consultas e do hospital de

- ♦ **I Curso Teórico-Prático de Radiologia Convencional para Médicos Internos** decorreu no dia 28 de março, organizado pelo Serviço de Radiologia do CHLO, teve como principal objetivo responder às dúvidas dos médicos internos sobre a interpretação dos exames de radiologia convencional.



## Abril

- ♦ **Atribuição de medalha de ouro ao Dr. Kamal Mansinho**, a cerimónia decorreu no dia 7 de abril, no auditório do Infarmed, com a presença do Senhor Ministro da Saúde, Dr. Paulo Macedo. Esta distinção foi atribuída pelo desempenho da Task Force que controlou o surto da Doença dos Legionários em Vila Franca de Xira, da qual o Dr. Kamal Mansinho, Diretor do Serviço de Doenças Infecciosas do CHLO, fez parte integrante.

- ♦ **Rastreio da Voz**, para assinalar o Dia Mundial da Voz, decorreu de 14 a 16 de abril, organizado pela Unidade da Voz do HEM. Este rastreio foi aberto ao público em geral e aos profissionais da voz, promovendo assim melhor esclarecimento quanto às patologias vocais.



- ♦ **1º Curso Suporte Avançado de Vida – Escola de Formação CHLO**, realizou-se nos dias 18 e 19 de abril, no HSFX.



- ♦ **Enfermagem da Unidade de Diálise Peritoneal** premiada no XXIX Congresso da Associação Portuguesa de Enfermeiros de Diálise e Transplantação, que decorreu de 15 a 18 de abril. Foi premiado o póster "Resultados de um projeto de melhoria contínua da qualidade dos cuidados de enfermagem".



## Maio

- ♦ **2 VRT *Vascular and Valvular Restorative Therapy***, realizou-se nos dias 7 e 8 de maio, no HSC e no Hotel Lagoas Park. A Unidade de Intervenção Cardiovascular, UNICARV, do CHLO fez parte da comissão organizadora.



coragem∞  
Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa

- ♦ **2ª Corrida Saúde + Solidária**, realizou-se no dia 10 de maio, uma iniciativa da Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa que reuniu vários hospitais da zona de Lisboa e instituições de solidariedade social. O CHLO, pelo 2º ano consecutivo, voltou a ser parceiro neste evento e este ano o valor angariado das inscrições reverteu a favor da Associação Coragem.

- ♦ **Jornadas da Dor** realizaram-se no dia 13 de maio, no HEM. Organizadas pela Unidade de Terapia da Dor, do Serviço de Anestesiologia, este ano subordinadas ao tema "E nós que cuidamos como lidamos com a Dor?".
- ♦ **Comemoração "20 anos de Cirurgia de Epilepsia no CHLO"**, a cerimónia teve lugar no Centro Cultural de Belém, no dia 28 de maio, e contou com a presença de Sua Excelência o Ministro da Saúde, Dr. Paulo Macedo.



- **Volvo Ocean Race - Equipa Alvimedica apoiou a Associação Coragem em Lisboa**, decorreu de 25 de maio a 7 de junho, a maior regata à volta do mundo e um dos três maiores eventos



náuticos mundiais. Este ano a equipa da Alvimedica participou com um objetivo de promover a doença cardíaca à volta do mundo, apoiando dez Associações, diretamente vocacionadas para a doença cardíaca. Em Portugal foi selecionada a

Minicor – Associação Coragem, sediada no HSC.

## Junho

- **HSC implantou o *pacemaker mais* pequeno do mundo.** No dia 2 de junho foi implantado um novo *pacemaker* cardíaco, um equipamento tão pequeno quanto um comprimido, que representa uma revolução no tratamento da bradicardia. Procedimento inédito em Portugal, da responsabilidade dos Serviços de Cardiologia e Cirurgia Cardiorádica do CHLO.



- **2<sup>as</sup> Jornadas de Oftalmologia** realizaram-se no dia 5 de junho, no Museu do Oriente, organizadas pelo Serviço de Oftalmologia do CHLO.

- **Workshop para formação na metodologia Lean**, organizado pela Comissão de Qualidade e Segurança do CHLO, com o objetivo de promover uma ferramenta da Qualidade impacto na melhoria de atividades, quer clínicas, quer do foro administrativo e organizacional. Este workshop teve lugar no HEM, no dia 19 de junho, e contou com cerca de 80 participantes.



- **III Curso de Formação em Investigação Clínica e Publicação Científica**, uma iniciativa conjunta do Departamento de Investigação Clínica e do Internato Médico do CHLO, com a colaboração do Centro de Estudos de Doenças Crónicas – CEDOC – Nova Medical School. Realizou-se no dia 19 de junho, no HSC.

## Outubro

- ♦ **Atividades no âmbito da “Semana de Saúde Mental”** de 5 a 9 de outubro o Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental organizou várias atividades para assinalar esta efeméride, dirigidas a diferentes populações alvo, com o objetivo de promover a saúde mental e diminuir o estigma relativo às pessoas com doença mental. Das várias atividades realizadas destacam-se *workshops*, sessões abertas para cuidadores informais de pessoas com demência, caminhadas, conferências e exposições.



- ♦ **Atividades alusivas ao Dia Nacional da Prevenção Contra o Cancro da Mama**, organizadas pela Associação “Unidas para Vencer”, de 5 a 30 de outubro. Neste período decorreu uma exposição de pintura, com vários artistas convidados a exporem as suas obras. No dia 30 de outubro teve lugar uma sessão intitulada “Mulher & Cancro - Prevenção do Cancro da Mama | O Hospital na Comunidade”, no auditório da FCM, no HSFX.



- ♦ **CHLO reconhecido pelo Ministério da Saúde como centro de referência na área de Epilepsia Refratária**, pelo Despacho nº 11297/2015, de 8 de outubro, do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde

- ♦ **Dia Mundial da Alimentação.** O Serviço de Nutrição e Dietética do CHLO assinalou a data, com a realização de iniciativas subordinadas à temática, com o objetivo de promover hábitos alimentares e estilos de vida saudáveis. As atividades decorreram no dia 16 de outubro, no HSC.



1<sup>as</sup> JORNADAS MULTIDISCIPLINARES  
ACES LISBOA OCIDENTAL E OEIRAS  
CENTRO HOSPITALAR LISBOA OCIDENTAL  
  
15, 16 e 17 OUTUBRO 2015  
Centro de Congressos do Tagus Park



- ♦ **I Jornadas Multidisciplinares do Agrupamento de Centros de Saúde de Lisboa Ocidental e Oeiras e do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental** realizaram-se de 15 a 17 de outubro, no Centro de Congressos Tagus Park, destinadas a todos os profissionais envolvidos nos dois níveis de cuidados prestados à população da zona de Lisboa Ocidental e Oeiras.

- ♦ **1º Encontro de Enfermeiros Especialistas em Enfermagem Médico-Cirúrgica do CHLO, “Partilhar para crescer”** realizou-se dia 16 de outubro, no HEM, com um total de 148 participantes inscritos. Os temas discutidos foram “Ambiente terapêutico e segurança do doente”, “Da melhoria contínua aos resultados” e “A pessoa em situação crítica”.



- ♦ **Enfermeiras do Hospital de Dia premiadas**, no passado dia 16 de outubro, no 1º Encontro de Enfermeiros Especialistas em Enfermagem Médico-Cirúrgica do CHLO, com o prémio de melhor apresentação e discussão do póster intitulado “Linha de Apoio Telefónico ao Doente Oncológico” e com a menção honrosa pela apresentação e discussão do póster intitulado “Monitorização do Utente Anticoagulado”.
- ♦ **II Jornadas de Enfermagem e Ortopédia do CHLO**, subordinadas ao tema “Oftalmologia Pediátrica, Intervenção Precoce”, decorreram no dia 24 de outubro, no HEM, organizadas pelo Serviço de Oftalmologia do CHLO.



- ♦ **Conferência “Antimicrobial Stewardship, da teoria à prática”**, proferida pela Dra. Maria Virginia Villegas, investigadora principal da área da infeção nosocomial e resistência bacteriana do *Centro Internacional de Entrenamiento e Investigaciones Medicas, Cali, Colômbia*. Esta conferência decorreu no dia 28 de outubro, uma iniciativa do Grupo de Coordenação Local do Programa de Prevenção e Controlo da Infeção e Resistência aos Antimicrobianos do CHLO.

## Novembro

- ♦ **Curso Prática de Acessos Vasculares Ecoguiados**, organizado pela Unidade de Cuidados Intensivos do HEM, realizou-se no dia 8 de novembro.
- ♦ **Atividades alusivas à Semana da Diabetes**, para assinalar o Dia Mundial da Diabetes, o Serviço de Endocrinologia realizou várias atividades alusivas ao tema, na semana de 9 a 13 de novembro.
- ♦ **Workshop Pain Education – Curso de Dor Crónica**, organizado pela Unidade de Terapia da Dor, do HEM, no âmbito da formação em dor, realizou-se no dia 11 de novembro, com o formador Dr. Paulo Pina.
- ♦ **Dia Mundial da Prematuridade**, para assinalar a data, dia 17 de novembro, a Unidade de Neonatologia do CHLO realizou várias atividades, nomeadamente exposição alusiva ao tema, realização e projeção de filme sobre a prematuridade e lanche com profissionais, familiares, amigos e ex-prematuros.



- ♦ **X Jornadas da Unidade de Neuropsicologia**, realizaram-se em 20 de novembro, no HEM, subordinadas ao tema "Contributos para a Inovação na Prática Hospitalar: Contextos, Percursos e Investigação".



- ♦ **Comunicação de enfermagem premiada do Hospital de Dia**, na Reunião Anual da Sociedade Portuguesa de Hematologia, realizada de 12 a 14 de novembro, com o 2º prémio na comunicação oral sobre a implementação do “Enfermeiro de Referência em Hospital de Dia de Hemato-oncologia”.

## **Dezembro**

- ♦ **II Encontro da UCF São Francisco Xavier** realizou-se dia 3 de dezembro, no auditório da FCM, no HSFX, organizado pelo CHLO e os ACES de Lisboa Ocidental e Oeiras.
- ♦ **6ª Edição do Curso de Cirurgia Naso-sinusal e da Base do Crânio**, realizou-se no dia 3 de dezembro, no HEM, organizado pelo Serviço de Otorrinolaringologia em parceria com a Nova Medical School/Faculdade de ciências Médicas.



- ♦ **Festa de Natal no HEM**, organizada pela Liga de Amigos do HEM associada à Unidade de Terapia da Dor, realizou-se no auditório daquele hospital, no dia 16 de dezembro. Neste evento foram entregues 25 cadeiras de rodas, 15 cadeirões de levante e 5 cadeiras de banho, equipamento doado ao HEM, no âmbito do programa de atividades da respetiva Liga dos Amigos.
- ♦ **Festa de Natal no HSFX**, organizada pelo Voluntariado da Liga de Amigos do HSFX, para utentes e colaboradores, realizou-se no passado dia 18 de dezembro. No dia 14/12/2016, um grupo de jovens levou alegria aos doentes internados, da consulta e hospital de dia, com cânticos de Natal e entrega de lembranças.



- ♦ **Festa de Natal do Doente**, organizada pela Liga dos Amigos do HSC, realizou-se naquele hospital no dia 21 de dezembro.



## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Centro Hospitalar não efetuou negócios com os seus administradores, nos termos do artigo 37<sup>º</sup> do Código das Sociedades Comerciais.

O Centro Hospitalar não tem dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social.

Cumpre-nos informar que não estão a ser utilizados instrumentos de política de cobertura financeira.

Por Despacho n.º 3653/2016, do Gabinete do Ministro de Saúde, datado de 07 de Março, o CHLO, EPE, foi reconhecido oficialmente pelo Ministério da Saúde como Centro de Referência, para as seguintes áreas: Cardiologia de Intervenção Estrutural, Cardiopatias Congénitas, Epilepsia Refractária, Oncologia de Adultos — Cancro do Reto e Transplante Rim.

Não ocorreram, ou se prevêem vir a ocorrer, quaisquer outros factos relevantes após o termo do exercício que possam vir a ter impacto nas demonstrações financeiras do Centro Hospitalar em 31 de Dezembro de 2015, com excepção do abaixo descrito:

O Ativo inclui, em Dívidas de Terceiros de Médio e Longo Prazo, 5.565.777 euros a receber do SUCH – Serviço de Utilização Comum dos Hospitais, no âmbito da dissolução e liquidação do ACE “Somos Compras” por se considerar que essa entidade mantém a obrigação de reembolsar o Centro Hospitalar pela sua quota-parte na referida dissolução e liquidação, interpretação que é, também, a do Tribunal de Contas, mas que o SUCH não confirmou até a presente data por estar a desenvolver todos os esforços no sentido de se obter novo esclarecimento ou conclusão distinta (da interpretação do Tribunal de Contas), por parte da Tutela.

Não obstante o aumento de capital verificado, o total do Fundo Patrimonial do CHLO ascende, em 31 de dezembro de 2015, a 6.617.127 euros, quando o valor do Património é de 133.293.333 euros, pelo que está assim perdido em mais de 50%, em virtude dos resultados transitados negativos acumulados.

É convicção do Conselho de Administração do CHLO que a atual situação de desequilíbrio não põe em causa o princípio da continuidade das operações no CHLO que, enquanto entidade pública empresarial de enquadramento estratégico-prioritário, será sempre assegurada pelo Estado.

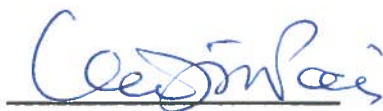
Nesse sentido, o Conselho de Administração e a Tutela nunca deixarão de equacionar diferentes cenários económicos possíveis e mais adequados, para promover essa sustentabilidade.

## 10 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com o previsto nas disposições legais e estatutárias aplicáveis e tendo em consideração a exigência prevista no n.º 2 do artigo 23º dos Estatutos publicados em Anexo ao Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro, o Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental EPE, vem propor que o resultado apurado no exercício de 2015, no montante de 12.764.246,32 euros negativos seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

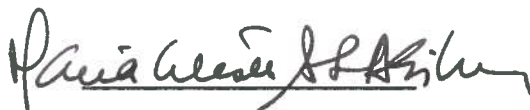
Lisboa, 21 de Abril de 2016

### O Conselho de Administração



Dra. Maria João Reis Silva de Soares Pais

(Presidente)



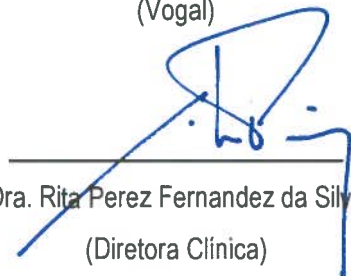
Dra. Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva

(Vogal)



Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira

(Vogal)



Dra. Rita Perez Fernandez da Silva

(Diretora Clínica)



Enf. Fernanda Maria da Rosa

(Enfermeira Diretora)

# 11 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## 11.1 - BALANÇO (31 DE DEZEMBRO)

(euros)

	2015			2014
	Activo Bruto	Amort. / Ajustam.	Activo Líquido	Activo Líquido
<b>ATIVO</b>				
<b>IMOBILIZADO</b>				
<b>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS</b>				
Despesas de instalação	541.854,87	541.854,87	0,00	0,00
Despesas investigação e desenvolvimento/outras	607.033,17	607.033,17	0,00	0,00
<b>Total das imobilizações incorpóreas</b>	<b>1.148.888,04</b>	<b>1.148.888,04</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>				
Edifícios e outras construções	95.593.609,30	48.345.066,90	47.248.542,40	51.305.663,98
Equipamento básico	59.544.653,47	53.999.677,60	5.544.975,87	4.717.956,08
Equipamento de transporte	2.218.341,44	2.079.126,48	139.214,96	239.957,78
Ferramentas e utensílios	563.689,48	563.689,48	0,00	0,00
Equipamento administrativo e informático	17.311.423,76	16.621.196,72	690.227,04	660.555,65
Outras imobilizações corpóreas	161.199,55	152.511,57	8.687,98	17.375,90
Imobilizaç. em curso de imobil. corpóreas	3.229.814,75		3.229.814,75	1.994.837,55
<b>Total das imobilizações corpóreas</b>	<b>178.622.731,75</b>	<b>121.761.268,75</b>	<b>56.861.463,00</b>	<b>58.936.346,94</b>
<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>				
Outras aplicações financeiras	19.278,30		19.278,30	0,00
<b>Total dos investimentos financeiros</b>	<b>19.278,30</b>		<b>19.278,30</b>	<b>0,00</b>
<b>CIRCULANTE</b>				
<b>EXISTÊNCIAS</b>				
Matérias-primas, subsid. e consumo	15.422.355,64	112.828,46	15.309.527,18	6.709.105,05
<b>Total das existências</b>	<b>15.422.355,64</b>	<b>112.828,46</b>	<b>15.309.527,18</b>	<b>6.709.105,05</b>
<b>DIVIDAS DE TERCEIROS - Medio e longo prazo</b>				
Outros devedores	5.565.776,88	0,00	5.565.776,88	5.701.613,78
<b>Total das Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo</b>	<b>5.565.776,88</b>	<b>0,00</b>	<b>5.565.776,88</b>	<b>5.701.613,78</b>
<b>DIVIDAS DE TERCEIROS - Curto prazo</b>				
Cientes c/c	476.816,83		476.816,83	970.467,74
Utentes c/c	101.966,66		101.966,66	699.427,21
Instituições do Estado	288.456.832,00		288.456.832,00	305.745.423,72
Cientes e utentes cobrança duvidosa	6.906.973,15	6.053.319,11	853.654,04	0,00
Adiantamentos a fornecedores	217.031,13		217.031,13	211.134,31
Estado e outros entes públicos	308.779,52		308.779,52	508.861,77
Outros devedores	15.572.404,16		15.572.404,16	14.430.197,73
<b>Total dívidas de terceiros - Curto prazo</b>	<b>312.040.803,45</b>	<b>6.053.319,11</b>	<b>305.987.484,34</b>	<b>322.565.512,48</b>
<b>DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS / CAIXA</b>				
Contas no tesouro	56.785,80		56.785,80	706.691,30
Depósitos em instituições financeiras	59.580,37		59.580,37	225.185,41
Caixa	6.113,53		6.113,53	3.614,24
<b>Total de depósitos e caixa</b>	<b>122.479,70</b>		<b>122.479,70</b>	<b>935.490,95</b>
<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>				
Acréscimos de proveitos	59.872.261,79		59.872.261,79	73.254.455,11
Custos diferidos	1.000,00		1.000,00	34.899,12
<b>Total acréscimos e diferimentos</b>	<b>59.873.261,79</b>		<b>59.873.261,79</b>	<b>73.289.354,23</b>
<b>Total de amortizações</b>		<b>122.910.156,79</b>		
<b>Total de provisões</b>		<b>6.166.147,57</b>		
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>572.815.575,55</b>	<b>129.076.304,36</b>	<b>443.739.271,19</b>	<b>468.137.423,43</b>

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

## 11.1 - BALANÇO (31 DE DEZEMBRO)

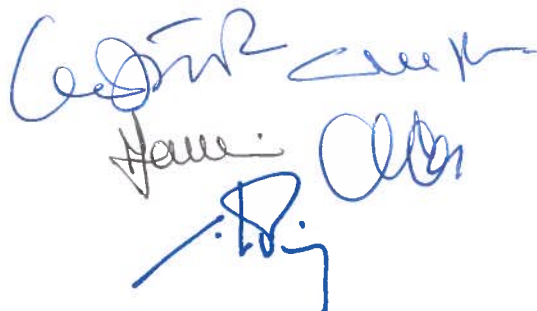
(euros)

	2015	2014
<b>FUNDOS PRÓPRIOS</b>		
Património	133.293.333,33	126.860.000,00
Reservas		
Reservas legais	1.163.149,34	1.163.149,34
Reservas estatutárias	58.831,59	58.831,59
Reservas Livres	12.774.118,72	12.774.118,72
Doações	2.072.006,96	2.025.640,05
Reservas decorrentes da transferência de activos	29.701.398,46	29.701.398,46
<b>Total das reservas</b>	<b>45.769.505,07</b>	<b>45.723.138,16</b>
Resultados transitados	-159.681.464,81	-142.721.999,20
Resultado líquido do exercício	-12.764.246,32	-5.344.567,47
<b>TOTAL DO FUNDO PATRIMONIAL</b>	<b>6.617.127,27</b>	<b>24.516.571,49</b>
<b>PASSIVO</b>		
<b>PROVISÕES</b>		
Provisões para riscos e encargos	8.950.551,31	5.687.544,65
<b>Total de provisões</b>	<b>8.950.551,31</b>	<b>5.687.544,65</b>
<b>DIVIDAS A TERCEIROS - Curto prazo</b>		
Adiantamentos de clientes, utentes e instit. Minist. Saúde	314.359.563,98	340.889.212,55
Fornecedores c/c	78.357.931,18	65.378.729,66
Fornecedores - Facturas recepção e conferência	1.304.272,09	3.463.928,54
Fornecedores de imobilizado c/c	2.515.198,95	428.361,59
Estado e outros entes públicos	3.557.141,95	3.486.821,37
Outros credores	7.591.787,52	6.603.177,01
<b>Total dividas a terceiros</b>	<b>407.685.895,67</b>	<b>420.250.230,72</b>
<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>		
Acréscimos de custos	16.126.022,38	15.694.962,00
Proveitos diferidos	4.359.674,56	1.988.114,57
<b>Total acréscimos e diferimentos</b>	<b>20.485.696,94</b>	<b>17.683.076,57</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>437.122.143,92</b>	<b>443.620.851,94</b>
<b>TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO</b>	<b>443.739.271,19</b>	<b>468.137.423,43</b>

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

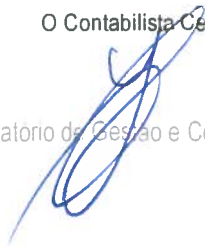


## 11.2 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA (31 DE DEZEMBRO)

(euros)

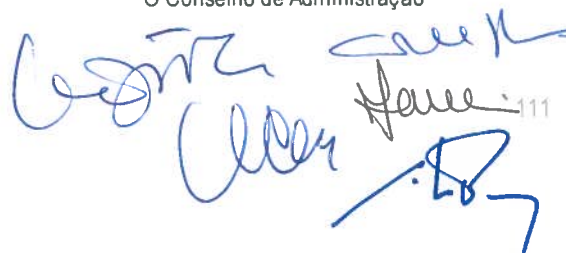
	2015		2014	
<b>Custos e Perdas</b>				
<b>Custos das merc.vend.e das mat. consumidas</b>				
Mercadorias				
Matérias de consumo	76.089.200,21	76.089.200,21	72.561.266,07	72.561.266,07
Fornecimentos e serviços externos	26.808.586,85	26.808.586,85	26.139.444,88	26.139.444,88
<b>Custos com o pessoal</b>				
Remunerações	81.757.651,31		80.499.094,77	
<b>Encargos Sociais</b>				
Pensões	175.647,43		472.571,91	
Outros	19.122.446,99	101.055.745,73	19.662.443,43	100.634.110,11
		<b>203.953.532,79</b>		<b>199.334.821,06</b>
Transf. correntes conc. e prest. soc.			0,00	
Amortizações do exercício	6.719.913,46		6.840.271,73	
Provisões do exercício	429.155,59	7.149.069,05	530.947,05	7.371.218,78
Outros custos e perdas operacionais		14.547,40		26.546,39
	<b>(A)</b>	<b>211.117.149,24</b>		<b>206.732.586,23</b>
Custos e perdas financeiras		31.022,64		209.722,32
	<b>(C)</b>	<b>211.148.171,88</b>		<b>206.942.308,55</b>
Custos e perdas extraordinárias		7.664.621,61		4.890.895,87
	<b>(E)</b>	<b>218.812.793,49</b>		<b>211.833.204,42</b>
Imposto s/ rendimento do exercício		22.904,44		23.681,78
	<b>(G)</b>	<b>218.835.697,93</b>		<b>211.856.886,20</b>
Resultado líquido do exercício		<b>-12.764.246,32</b>		<b>-5.344.567,47</b>
<b>Total</b>		<b>206.071.451,61</b>		<b>206.512.318,73</b>
<b>Proveitos e Ganhos</b>				
<b>Vendas e prestação de serviços</b>				
Vendas	0,00		0,00	
Prestação de serviços	200.692.132,72	200.692.132,72	195.092.721,25	195.092.721,25
Impostos, taxas e outros		0,00		0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00		0,00
Proveitos suplementares	1.946.501,74		2.354.417,10	
<b>Transferências e sub. correntes obtidos</b>				
Transferências - Tesouro	0,00		0,00	
Transferências correntes obtidas	0,00		0,00	
Subsid. correntes obt-Fontes públicas	0,00		0,00	
Subsid. correntes obt-de outras entidade	0,00		0,00	
Outros proveitos e ganhos operacionais	1.682.348,91	3.628.850,65	2.485.072,38	4.839.489,48
Reversões de Amortizações e Ajustamentos				
	<b>(B)</b>	<b>204.320.983,37</b>		<b>199.932.210,73</b>
Proveitos e ganhos financeiros		115.841,22		431.344,83
	<b>(D)</b>	<b>204.436.824,59</b>		<b>200.363.555,56</b>
Proveitos e ganhos extraordinários		1.634.627,02		6.148.763,17
	<b>(F)</b>	<b>206.071.451,61</b>		<b>206.512.318,73</b>
<b>Resumo</b>				
Resultados Operacionais: (B) - (A)		-6.796.165,87		-6.800.375,50
Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)		84.818,58		221.622,51
Resultados Correntes: (D) - (C)		-6.711.347,29		-6.578.752,99
Resultados Antes de Impostos: (F) - (E)		-12.741.341,88		-5.320.885,69
Resultados Líquido do Exercício: (F) - (G)		-12.764.246,32		-5.344.567,47

O Contabilista Certificado



Relatório de Gestão e Contas 2015

O Conselho de Administração



### 11.3 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES (31 DE DEZEMBRO)

(euros)

	2015	2014
Vendas e prestação de serviços	200.692.132,72	195.092.721,25
Custo das vendas e prestação de serviços	184.764.395,81	181.041.233,24
<b>Resultados Brutos</b>	<b>15.927.736,91</b>	<b>14.051.488,01</b>
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	5.379.318,89	11.419.597,48
Custos Administrativos	19.189.136,98	18.293.587,82
Outros Custos e Perdas Operacionais	14.788.023,89	12.307.611,29
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>-12.670.105,07</b>	<b>-5.130.113,62</b>
Custo Líquido de Financiamento	134,81	188.860,82
Ganhos (Perdas) em outros investimentos	0,00	0,00
<b>Resultados Correntes</b>	<b>-12.670.239,88</b>	<b>-5.318.974,44</b>
Impostos Sobre Resultados Correntes	22.904,44	23.681,78
<b>Resultados Correntes Após impostos</b>	<b>-12.693.144,32</b>	<b>-5.342.656,22</b>
Resultados Extraordinários	-71.102,00	-1.911,25
Impostos Sobre Resultados Extraordinários	0,00	0,00
<b>Resultado Líquido</b>	<b>-12.764.246,32</b>	<b>-5.344.567,47</b>

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



#### 11.4 - DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

(euros)

	2015		2014	
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		TOTAIS		TOTAIS
<b>Recebimentos de clientes (i)</b>				
VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	5.556.106,10		5.200.460,30	
Adiantam clientes, utentes e instituições	184.470.811,25		180.419.968,12	
VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	210.943.081,29	<b>400.969.998,64</b>	99.265.112,47	<b>284.885.540,89</b>
<b>Pagamentos a fornecedores (ii)</b>				
COMPRAS	21.085.283,86		24.476.222,77	
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	15.618.326,22		16.140.753,03	
Adiantamentos a fornecedores	3.857.234,77		1.388.243,55	
CORRECÇÃO A COMPRAS	53.091.328,88		49.623.665,28	
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	10.130.028,78	<b>103.782.202,51</b>	27.792.518,80	<b>119.421.403,43</b>
<b>Pagamentos ao Pessoal (iii)</b>				
CUSTOS COM O PESSOAL	87.264.436,54		86.824.302,99	
Adiantamento a pessoal	118.084,77		64.350,41	
DESPESAS COM O PESSOAL	14.192.889,76	<b>101.575.411,07</b>	14.933.729,24	<b>101.822.382,64</b>
<b>(A) Fluxo gerado pelas operações (i - ii - iii)</b>		<b>195.612.385,06</b>		<b>63.641.754,82</b>
<b>Pagamento/Recebimento do imposto s/ rendimento (B)</b>				
Imposto s/ rendimento do exercício (PC)	-106.414,35		41.622,26	
Imposto s/ rendimento exercício anterior	0,00		0,00	
		<b>-106.414,35</b>		<b>41.622,26</b>
<b>Outros recebimentos relativos à actividade operacional (C)</b>				
Impostos e taxas	0,00		0,00	
Proveitos suplementares	759.203,16		1.874.709,35	
TRANSFER. E SUBS. CORRENTES OBTIDOS	127.747,40		0,00	
OUTROS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS	3.156.417,14		1.158.763,91	
Diferenças câmbio favorais	0,00		0,00	
Outros proveitos diferidos	0,00		0,00	
Impostos e taxas	0,00		0,00	
Proveitos suplementares	384.981,88		1.541.018,65	
Trnsferencias subs correntes obtidos	0,00		0,00	
OUTROS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS	2.190.029,63		1.462.790,59	
Outros	-673.346,57		118.701,37	
Adiantamentos a fornecedores	6.340.919,62		2.341.532,15	
Retenção de impostos s/ rendimento	16.561.722,44		16.909.365,90	
Imposto s/ valor acrescentado	243.740,96		798.960,94	
Outros Impostos	0,00		0,00	
Contribuições p/ segurança social	10.212.681,60		10.012.196,36	
Outros	3.585,34		24.198,60	
Adiantamentos a pessoal	112.893,87		62.263,98	
Sindicatos	133.165,36		133.647,08	
Regularização de dividas p/ ordem Tesouro	0,00		0,00	
Devedores e credores diversos	990.125,31	<b>40.543.867,14</b>	1.016.554,09	<b>37.454.702,97</b>
<b>Outros pagamentos relativos à actividade operacional (D)</b>				
Outros custos e perdas operacionais	13.439,90		372.766,62	
Custos diferidos	0,00		0,00	
Acréscimos e diferimentos	0,00		0,00	
Outros custos operacionais	1.627,20		3.885,50	
Adiantam clientes, utentes e inst Estado	213.490.303,71		83.208.364,32	
Retenção de impostos s/ rendimento	16.509.582,90		16.987.379,18	
Imposto s/ valor acrescentado	426.460,58		485.250,84	
Outros Impostos	0,00		0,00	
Contribuições p/ segurança social	10.181.069,45		10.042.323,64	
Outros	5.392,90		22.243,54	
Sindicatos	133.276,38		135.899,12	
Regularização de dividas p/ ordem Tesouro	0,00		0,00	
Devedores e credores diversos	854.192,27	<b>241.615.345,29</b>	1.329.018,26	<b>112.587.131,02</b>
<b>(E) Fluxo gerado antes das rubricas extraordinárias: (A) - (B) + (C) - (D)</b>		<b>-5.352.678,74</b>		<b>-11.532.295,49</b>

11.4 - DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

(euros)

	2015		2014	
		TOTAIS		TOTAIS
<b>Recebimento gerado com rubricas extraordinárias (F)</b>				
Recuperação de dívidas	0,00		0,00	
Ganhos em existências	0,00		0,00	
Ganhos em imobilizações	0,00		0,00	
Benefícios penalidades contratuais	44 811,73		34 013,07	
Outros proveitos/ganhos extraordinários	116 859,92	161.671,65	255 577,94	289.591,01
<b>Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias (G)</b>				
Transferências de capital concedidas	0,00		0,00	
Perdas em existências	0,00		0,00	
Perdas em imobilizações	0,00		0,00	
Multas e penalidades	551,00		1 911,25	
Outros custos e perdas extraordinárias	-73,13		16 961,43	
Restituições	0,00		0,00	
Proveitos suplementares	0,00		0,00	
Outras correções	0,00		0,00	
Custos e perdas extraordinários	2 325,89	2.803,76	0,00	18.872,68
<b>(1) Fluxo das actividades operacionais (E) + (F) - (G)</b>		<b>-5.193.810,85</b>		<b>-11.261.577,16</b>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
<b>Recebimentos provenientes de: (H)</b>				
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS				
Amortização de empréstimos	0,00		0,00	
SUBSIDIOS DE INVESTIMENTO				
Subsídios para investimentos	0,00		0,00	
JUROS E PROVEITOS SIMILARES				
Proveitos e ganhos financeiros	115.335,78		393.549,89	
Proveitos e ganhos financeiros	-56.908,57		7.495,34	
OUTROS RENDIMENTOS DE ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Adiantamentos a fornecedores imobilizado		58.427,21		401.045,23
<b>Pagamentos respeitantes a: (J)</b>				
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS				
Concessão de empréstimos	0,00		0,00	
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
Investimentos financeiros	19.278,30		0,00	
Investimentos financeiros	0,00		0,00	
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				
Imobilizações corpóreas	1.206.388,00		401.241,04	
Imobilizações corpóreas	320.650,87		900.040,20	
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS				
Imobilizações incorpóreas	0,00		0,00	
Imobilizações incorpóreas	0,00		0,00	
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO				
Imobilizações em curso	532.460,35		0,00	
Imobilizações em curso	2.895,00		298.113,46	
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO				
Bens do domínio público	0,00		0,00	
Bens do domínio público	0,00	2.081.672,52	0,00	1.599.394,70
<b>(2) Fluxo das actividades de investimento: (H) - (J)</b>		<b>-2.023.245,31</b>		<b>-1.198.349,47</b>
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
<b>Recebimentos provenientes de: (K)</b>				
EMPRÉSTIMOS OBTIDOS				
Empréstimos obtidos	0,00		0,00	
AUMENTOS CAPITAL PREST. SUP. E PRÉMIOS EMISSÃO				
Capital	6.433.333,33		0,00	
SUBSIDIOS E DOAÇÕES				
Subsídios	0,00		0,00	
Doações	0,00	6.433.333,33	9.750,00	9.750,00
<b>Pagamentos respeitantes a: (L)</b>				
EMPRÉSTIMOS OBTIDOS				
Empréstimos obtidos	0,00		0,00	
JUROS E CUSTOS SIMILARES				
Custos e perdas financeiras	28.936,22		209.114,06	
Custos e perdas financeiras	352,20		2.585,36	
TRANSFERENCIAS CORRENTES CONCEDIDAS				
Trans correntes conce prestaç sociais	0,00		0,00	
Trans correntes conce prestaç sociais	0,00	29.288,42	0,00	211.699,42
<b>Fluxos das actividades de financiamento (3) = (K) - (L)</b>		<b>6.404.044,91</b>		<b>-201.949,42</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)</b>		<b>-813.011,25</b>		<b>-12.661.876,05</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do Período (5)</b>				
Caixa	3.614,24		3.959,56	
Depósitos em Inst. Financeiras	225.185,41		899.247,44	
Conta no Tesouro	706.691,30		12.694.160,00	
Títulos Negociáveis				
Outras aplicações tesouraria		935.490,95		13.597.367,00
<b>Caixa e seus equivalentes no final do período (6) = (4) + (5)</b>		<b>122.479,70</b>		<b>935.490,95</b>

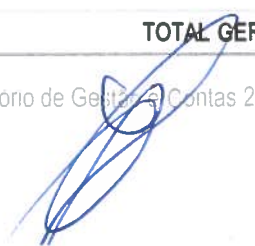
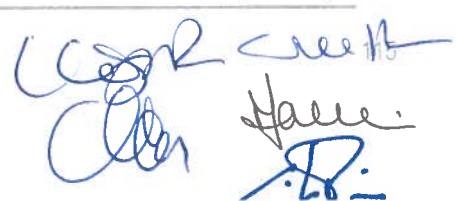
O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

## 11.5 - MAPA DOS FLUXOS FINANCEIROS - RECEITA

(euros)

Rubrica	2015		
	Valores		
	Cobrados	A cobrar	Total
Caixa	3.614,24		3.614,24
Depósitos	931.876,71		931.876,71
<b>I - SALDO INICIAL</b>	<b>935.490,95</b>		<b>935.490,95</b>
Títulos negociáveis	0,00		0,00
Outras aplicações de tesouraria	0,00		0,00
<b>Total das contas 15/18</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Adiantamento de clientes	184.470.811,25	0,00	184.470.811,25
Adiantamento a fornecedores	6.340.919,62	-2.272.550,54	4.068.369,08
Empréstimos obtidos	0,00	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	27.021.730,34	0,00	27.021.730,34
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	112.893,87	0,00	112.893,87
Sindicatos	133.165,36	0,00	133.165,36
Regularização de dívidas por ordem Tesouro	0,00	0,00	0,00
Devedores e credores diversos	990.125,31	0,00	990.125,31
<b>Total das receitas de fundos alheios</b>	<b>219.069.645,75</b>	<b>-2.272.550,54</b>	<b>216.797.095,21</b>
Subsídios de investimento	0,00	0,00	0,00
Outros proveitos diferidos	0,00	2.607.973,43	2.607.973,43
<b>Total da conta proveitos diferidos</b>	<b>0,00</b>	<b>2.607.973,43</b>	<b>2.607.973,43</b>
Empréstimos concedidos (Amortizações)	0,00	0,00	0,00
Fundo patrimonial (capital social)	6.433.333,33	0,00	6.433.333,33
Subsídios	0,00	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00	0,00
<b>Total da conta reservas</b>	<b>6.433.333,33</b>	<b>0,00</b>	<b>6.433.333,33</b>
Vendas	0,00	0,00	0,00
Prestações de serviços	5.556.106,10	195.115.028,59	200.671.134,69
Impostos e taxas	0,00	0,00	0,00
Proveitos suplementares	759.203,16	1.187.298,58	1.946.501,74
Transferências do tesouro	0,00	0,00	0,00
Transferências correntes obtidas	127.747,40	-127.747,40	0,00
Subsídios correntes obtidos - Outros entes públicos	0,00	0,00	0,00
Subsídios correntes obtidos - de outras entidades	0,00	0,00	0,00
Outros proveitos e ganhos operacionais	3.156.417,14	-1.474.068,23	1.682.348,91
Proveitos e ganhos financeiros	115.335,78	505,44	115.841,22
Proveitos e ganhos extraordinários	161.671,65	364.160,84	525.832,49
<b>Total de proveitos do exercício</b>	<b>9.876.481,23</b>	<b>195.065.177,82</b>	<b>204.941.659,05</b>
<b>II - RECEITAS DO EXERCÍCIO</b>	<b>235.379.460,31</b>	<b>195.400.600,71</b>	<b>430.780.061,02</b>
Correcções relativas a exercícios anteriores	212.787.837,66	-126.419.838,31	86.367.999,35
<b>III - RECEITAS EXERCÍCIO ANTERIORES</b>	<b>212.787.837,66</b>	<b>-126.419.838,31</b>	<b>86.367.999,35</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>449.102.788,92</b>	<b>68.980.762,40</b>	<b>518.083.551,32</b>

### 11.5 - MAPA DOS FLUXOS FINANCEIROS - DESPESA

(euros)

Rubrica	2015		
	Valores		
	Pagos	Em dívida	Total
Adiantamentos de clientes	213.490.303,71	311.869.720,09	525.360.023,80
Adiantamentos a fornecedores	3.857.234,77	2.483.684,85	6.340.919,62
Empréstimos obtidos	0,00	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	27.122.505,83	2.684.468,57	29.806.974,40
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	118.084,77	-254.033,70	-135.948,93
Sindicatos	133.276,38	9.200,00	142.476,38
Regularização de dívidas por ordem Tesouro	0,00	0,00	0,00
Devedores e credores diversos	854.192,27	263.500,41	1.117.692,68
<b>Total da despesa de fundos alheios</b>	<b>245.575.597,73</b>	<b>317.056.540,22</b>	<b>562.632.137,95</b>
Custos Diferidos	0,00	-33.899,12	-33.899,12
Empréstimos concedidos (Concessão)	0,00	0,00	0,00
Mercadorias	0,00	0,00	0,00
Produtos farmacêuticos	16.539.021,95	73.361.889,95	89.900.911,90
Material de consumo clínico	4.168.471,61	35.702.804,77	39.871.276,38
Produtos alimentares	0,00	34.394,79	34.394,79
Material de consumo hoteleiro	75.431,72	384.683,42	460.115,14
Material de consumo administrativo	140.627,00	218.165,09	358.792,09
Material de manutenção e conservação	161.731,58	325.220,38	486.951,96
Outro material de consumo	0,00	0,00	0,00
<b>Total da conta de compras</b>	<b>21.085.283,86</b>	<b>110.027.158,40</b>	<b>131.112.442,26</b>
Investimentos financeiros	19.278,30	0,00	19.278,30
Imobilizações corpóreas	1.206.388,00	214.055,19	1.420.443,19
Imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso	532.460,35	702.516,85	1.234.977,20
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00
<b>Total da conta de imobilizações</b>	<b>1.758.126,65</b>	<b>916.572,04</b>	<b>2.674.698,69</b>
Assistência ambulatoria	0,00	0,00	0,00
Meios complementares de diagnóstico	0,00	0,00	0,00
Meios complementares de terapêutica	0,00	0,00	0,00
Produtos vendidos por farmácias	0,00	0,00	0,00
Internamentos	0,00	0,00	0,00
Transporte de doentes	0,00	0,00	0,00
Aparelhos complementares de terapêutica	0,00	0,00	0,00
Trabalhos executados no exterior	1.335.585,74	5.108.796,16	6.444.381,90
Outros subcontratos	0,00	0,00	0,00
<b>Total da conta de subcontratos</b>	<b>1.335.585,74</b>	<b>5.108.796,16</b>	<b>6.444.381,90</b>
Fornecimentos e serviços de terceiros	14.282.740,48	6.081.464,47	20.364.204,95
Transferências corrent Conc. E prest. Sociais	0,00	0,00	0,00
Remunerações dos órgãos directivos	315.334,45	-28.337,64	286.996,81
Remunerações base do pessoal	54.483.029,19	-1.300.766,23	53.182.262,96
Suplementos de remuneração	11.599.809,99	-309.635,09	11.290.174,90
Prestações sociais directas	77.527,36	0,00	77.527,36
Subsídio de férias e natal	5.295.604,15	-1.379.824,63	3.915.779,52
Prémios de desempenho	0,00	0,00	0,00
Pensões	175.647,43	0,00	175.647,43
Encargos s/ remunerações	14.580.255,77	543.176,20	15.123.431,97
Seg. acidentes trab/Doenç. profissionais	424.303,10	37.612,88	461.915,98
Encargos sociais voluntários	105.643,57	0,00	105.643,57
Outros custos com pessoal	207.281,53	53.614,28	260.895,81
<b>Total da conta de despesas com pessoal</b>	<b>87.264.436,54</b>	<b>-2.384.160,23</b>	<b>84.880.276,31</b>
Outros custos e perdas operacionais	13.439,90	1.107,50	14.547,40
Custos e perdas financeiras	28.936,22	2.086,42	31.022,64
Transferências de capital concedidas	0,00	928,76	928,76
Perdas em existências	0,00	0,00	0,00
Perdas em imobilizações	0,00	0,00	0,00
Multas e penalidades	551,00	70.551,00	71.102,00
Outros custos e perdas extraordinárias	-73,13	708.348,48	708.275,35
<b>Total da conta custos/perdas extraordinárias</b>	<b>477,87</b>	<b>779.828,24</b>	<b>780.306,11</b>
Imposto s/ rendimento exercício (PC)	-106.414,35	0,00	-106.414,35
<b>IV - DESPESAS DO EXERCÍCIO</b>	<b>371.238.210,64</b>	<b>437.555.494,10</b>	<b>808.793.704,74</b>
C.R.E.A. - Despesas com pessoal	14.192.889,76	-12.070.643,05	2.122.246,71
C.R.E.A. - Outros	63.549.208,82	70.957.553,54	134.506.762,36
<b>V - DESPESAS EXERCÍC. ANTERIORES</b>	<b>77.742.098,58</b>	<b>58.886.910,49</b>	<b>136.629.009,07</b>
Caixa	6.113,53		6.113,53
Depósitos	116.366,17		116.366,17
<b>VI - SALDO FINAL</b>	<b>122.479,70</b>	<b>0,00</b>	<b>122.479,70</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>449.102.788,92</b>	<b>496.442.404,59</b>	<b>945.545.193,51</b>

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

## 11.6 - MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO ECONÓMICO - PROVEITOS E GANHOS

(euros)

Rubrica	2015		
	Orçamentado	Emitido	Cobrados
<b>Vendas e Prestações de Serviços</b>			
Vendas	0,00	0,00	0,00
<b>Prestações de serviços SNS Contrato Programa</b>			
Internamento	67.379.894,14	66.527.929,36	0,00
Consulta	33.417.753,22	52.165.737,96	0,00
Urgência/SAP	14.488.714,94	14.214.145,26	0,00
Quartos particulares	0,00	0,00	0,00
Hospital de dia	1.208.026,96	1.130.870,26	0,00
<b>Meios complementares diagnóstico e terapêutica</b>			
De diagnóstico	0,00	0,00	0,00
De terapêutica	0,00	0,00	0,00
Taxas moderadoras	0,00	0,00	0,00
Outras prestações de serviço de saúde	62.735.014,54	50.701.865,10	0,00
<b>Prestações de serviços Outras Entidades Responsaveis</b>			
Internamento	1.711.302,02	2.037.392,25	0,00
Consulta	268.318,35	309.159,85	0,00
Urgência/SAP	367.108,38	647.858,78	0,00
Quartos particulares	0,00	0,00	0,00
Hospital de dia	0,00	0,00	0,00
<b>Meios complementares diagnóstico e terapêutica</b>			
De diagnóstico	944.426,91	1.447.039,42	0,00
De terapêutica	4.502.296,87	4.526.278,29	0,00
Taxas moderadoras	2.715.952,70	6.322.089,53	0,00
Outras prestações de serviço de saúde	1.657.747,09	661.254,86	0,00
Outras prestações de serviços	3.650.100,90	511,80	0,00
<b>Total da conta 712</b>	<b>195.046.657,02</b>	<b>200.692.132,72</b>	<b>0,00</b>
Impostos e taxas	0,00	0,00	0,00
Proveitos suplementares	2.354.417,10	1.946.501,74	0,00
<b>Transferências e subsídios correntes obtidos</b>			
Transferências do tesouro	0,00	0,00	0,00
<b>Transferências correntes obtidas</b>			
Da ACSS	0,00	0,00	0,00
Do PIDDAC	0,00	0,00	0,00
EU-Fundos Comunit. Proj não co-financ.	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências correntes obtidas	0,00	0,00	0,00
Subsídios correntes obtidos - Outros entes públicos	0,00	0,00	0,00
Subsídios correntes obtidos - de outras entidades	0,00	0,00	0,00
<b>Total da conta 74</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00
<b>Outros proveitos e ganhos operacionais</b>			
Reembolsos	1.957.826,40	1.225.576,66	0,00
Produtos de fabricação interna	0,00	0,00	0,00
Não especificados alheios ao valor acrescentado	0,00	1.142,40	0,00
Outros	527.246,19	455.629,85	0,00
<b>Total da conta 76</b>	<b>2.485.072,59</b>	<b>1.682.348,91</b>	<b>0,00</b>
Proveitos e ganhos financeiros	402.751,05	115.841,22	0,00
Proveitos e ganhos extraordinários	408.907,81	1.634.627,02	0,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>200.697.805,57</b>	<b>206.071.451,61</b>	<b>0,00</b>




## 11.6 - MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO ECONÓMICO - CUSTOS E PERDAS

(euros)

Rubrica	2015				
	Orçamentado	Proc. Aquisição	Enc. Assumidos	Processadas	Pagas
<b>Custos Merc. Vend. E Mat. Cons.</b>					
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos Farmacêuticos	50.700.845,95	0,00	0,00	50.700.845,95	0,00
Material de Consumo Clínico	24.179.962,86	0,00	0,00	24.179.962,86	0,00
Produtos Alimentares	28.015,74	0,00	0,00	28.015,74	0,00
Material Consumo Hoteleiro	397.899,22	0,00	0,00	397.899,22	0,00
Material de Consumo Administrativo	336.897,61	0,00	0,00	336.897,61	0,00
Material de Manutenção/Conservação	445.578,83	0,00	0,00	445.578,83	0,00
Outro Material Consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total da conta 61</b>	<b>76.089.200,21</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>76.089.200,21</b>	
<b>Fornecimentos e Serviços Externos</b>					
<b>Subcontratos</b>					
<b>Trabalhos executados exterior</b>					
<b>Em entidades Ministério Saúde</b>					
Assistência ambulatória	212,57	-31,00	0,00	372,00	0,00
Meios Complementares diagnóstico	421.902,63	131.116,20	130.706,30	542.236,24	0,00
Meios Complementares terapêutica	1.936.508,29	767.546,06	767.546,06	2.265.776,47	0,00
Prescrição de medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Intern. serv.enf. part./T.doentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	605.886,27	12.110,00	12.110,00	627.743,80	0,00
<b>Total da conta 62181</b>	<b>2.964.509,76</b>	<b>910.741,26</b>	<b>910.362,36</b>	<b>3.436.128,51</b>	<b>0,00</b>
<b>Em outras entidades</b>					
Assistência ambulatória	343.394,43	80.045,40	80.045,40	276.903,53	0,00
Meios Complementares diagnóstico	453.800,99	1.164.713,59	363.588,79	1.006.055,34	11.828,50
Meios Complementares terapêutica	311.009,20	1.949,98	1.539,98	19.421,14	0,00
Prescrição de medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Intern. serv.enf. part./T.doentes	2.074.203,89	151.091,00	151.055,00	1.700.507,06	63.410,08
Aparelhos Complem. Terapêutica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência no estrangeiro	0,00	3.622,28	3.622,28	5.366,32	0,00
Termalismo social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total da conta 62189</b>	<b>3.182.408,51</b>	<b>1.401.422,25</b>	<b>599.851,45</b>	<b>3.008.253,39</b>	<b>75.238,58</b>
<b>TOTAL DA CONTA 6218</b>	<b>6.146.918,27</b>	<b>2.312.163,51</b>	<b>1.510.213,81</b>	<b>6.444.381,90</b>	<b>75.238,58</b>
Outros subcontratos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Fornecimentos e Serviços</b>					
Fornecimentos e Serviços I	6.888.178,66	5.329.573,00	2.118.461,47	5.908.195,81	1.303.688,94
Fornecimentos e Serviços II	962.631,10	566.399,29	475.620,15	931.400,47	413.680,06
Fornecimentos e Serviços III	14.604.121,46	12.113.588,99	9.935.455,67	13.429.876,74	1.079.618,11
Outros Fornecimentos e Serviços	277.509,84	57.248,17	49.840,19	94.731,93	6.325,84
<b>Total da conta 622</b>	<b>22.732.441,06</b>	<b>18.066.809,45</b>	<b>12.579.377,48</b>	<b>20.364.204,95</b>	<b>2.803.312,95</b>
<b>Total da Conta 62</b>	<b>28.879.359,33</b>	<b>20.378.972,96</b>	<b>14.089.591,29</b>	<b>26.808.586,85</b>	<b>2.878.551,53</b>
Transferências corrent conced./Prest sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

## 11.6 - MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO ECONÓMICO - CUSTOS E PERDAS

(euros)

Rubrica	2015				
	Orçamentado	Proc. Aquisição	Enc. Assumidos	Processadas	Pagas
<b>Despesas com Pessoal</b>					
<b>Remunerações órgãos directivos</b>					
Remunerações base	256.205,78	129.476,54	144.708,08	354.295,37	144.708,08
Subsídio de férias e natal	0,00	8.318,26	0,00	0,00	0,00
Suplementos de remunerações	88.000,00	6.913,28	0,00	0,00	0,00
Prestações sociais directas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras remunerações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total da conta 641</b>	<b>344.205,78</b>	<b>144.708,08</b>	<b>144.708,08</b>	<b>354.295,37</b>	<b>144.708,08</b>
<b>Remunerações base do pessoal</b>					
RCTFP por tempo indeterminado	25.162.568,92	11.080.735,74	11.080.735,70	26.382.817,04	11.080.735,70
Pessoal c/ contrato a termo resolutivo	6.210.608,80	3.059.250,28	3.059.250,28	7.098.669,14	3.059.250,28
Pessoal Reg cont ind trabalho	23.531.562,08	12.052.564,47	10.283.832,86	25.372.381,14	10.283.832,86
Pessoal em qualquer outra situação	499.606,50	264.267,31	264.267,31	747.316,76	264.267,31
<b>Total da conta 6421</b>	<b>55.404.346,30</b>	<b>26.456.817,80</b>	<b>24.688.086,15</b>	<b>59.601.184,08</b>	<b>24.688.086,15</b>
<b>Suplementos de remuneração</b>					
Horas extraordinárias	3.202.733,32	1.504.226,45	1.504.226,45	3.803.281,26	1.504.226,45
Prevenções	973.900,00	366.034,06	366.034,06	892.183,83	366.034,06
Noites e Suplementos	1.880.414,40	1.101.781,40	1.101.781,40	2.668.252,00	1.101.781,40
Subsídio de turno	869,00	0,00	0,00	-3.978,31	0,00
Abono para falhas	1.743,00	846,97	846,97	1.899,69	846,97
Subsídio de refeição	3.320.757,00	1.450.078,65	1.450.078,65	3.408.635,69	1.450.078,65
Ajudas de custo	7.373,00	3.816,61	3.816,61	12.956,63	3.816,61
Vestuario, artig pes, alim e alojamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SIGIC	0,00	56.339,28	56.339,28	293.604,66	181.616,47
Outros suplementos	643.005,00	247.922,83	247.922,83	213.339,45	122.645,64
<b>Total da conta 6422</b>	<b>10.030.794,72</b>	<b>4.731.046,25</b>	<b>4.731.046,25</b>	<b>11.290.174,90</b>	<b>4.731.046,25</b>
Prestações sociais diversas	83.548,00	32.341,27	32.341,27	77.527,36	32.341,27
Subsídio de férias e natal	5.161.159,00	2.195.005,59	2.195.005,59	10.434.469,60	2.195.005,59
Pensões	304.967,00	94.232,15	94.232,15	175.647,43	94.232,15
Encargos s/ remunerações	0,00	0,00	0,00	18.293.991,63	0,00
Seg acidentes trab/Doenç profissionais	678.015,50	450.885,51	225.885,51	461.915,98	188.385,51
Encargos sociais voluntários	85.000,00	40.032,75	40.032,75	105.643,57	40.032,75
Outros custos com pessoal	259.234,51	120.504,92	93.267,80	260.895,81	65.924,68
<b>Total da Conta 64</b>	<b>72.351.270,81</b>	<b>34.265.574,32</b>	<b>32.244.605,55</b>	<b>101.055.745,73</b>	<b>32.179.762,43</b>
Outros custos operacionais	14.551,68	9.033,93	9.033,93	14.547,40	5.446,01
Amortizações do exercicio	0,00	0,00	0,00	6.719.913,46	0,00
Provisões do exercicio	0,00	0,00	0,00	429.155,59	0,00
Custos e perdas financeiras	30.110,02	16.599,81	16.400,70	31.022,64	13.423,87
<b>Custos e perdas extraordinárias</b>					
Donativos	0,00	0,00	0,00	928,76	0,00
Dividas incobráveis	0,00	0,00	0,00	153.381,26	0,00
Perdas em existências	0,00	0,00	0,00	1.340,76	0,00
Perdas em imobilizações	0,00	0,00	0,00	111.981,13	0,00
Multas e penalidades	2.000,00	0,00	0,00	71.102,00	0,00
Aumentos de amortizações e provisões	0,00	0,00	0,00	485.366,14	0,00
Correcções relativas a anos anteriores	11.490.044,12	1.120.424,81	609.915,15	6.132.246,21	31.680.979,84
Outros custos e perdas extraordinárias	5.000,00	80,40	80,40	708.275,35	80,40
<b>Total da conta 69</b>	<b>11.497.044,12</b>	<b>1.120.505,21</b>	<b>609.995,55</b>	<b>7.664.621,61</b>	<b>31.681.060,24</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>188.861.536,17</b>	<b>55.790.686,23</b>	<b>46.969.627,02</b>	<b>218.812.793,49</b>	<b>66.758.244,08</b>

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

### 11.6 - MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO DE COMPRAS

(euros)

Rubrica	2015				
	Orçamentado	Proc. Aquisição	Enc. Assumidos	Processadas	Pagas/Cobradas
<b>Compras</b>					
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Produtos Farmacêuticos</b>					
Medicamentos	70.988.569,00	43.500.909,59	33.723.810,88	91.641.478,71	583.754,40
Reagentes e prod.diag. Rápido	445.703,50	2.497.755,23	1.494.385,02	4.398.589,24	206,64
Outros produtos farmacêuticos	445.703,50	0,04	15.807,52	39.403,50	0,00
Material de Consumo Clínico	26.034.560,00	10.577.022,13	9.336.241,89	39.871.276,38	145.317,67
Produtos Alimentares	94.653,84	24.853,84	14.667,19	34.394,79	0,00
Material Consumo Hoteleiro	574.301,06	340.972,34	222.807,34	460.115,14	5.865,20
Material de Consumo Administrativo	393.816,12	277.067,50	151.826,23	358.792,09	13.630,68
Material de Manutenção/Conservação	479.053,48	289.193,65	267.932,24	486.951,96	12.103,35
Outro Material Consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total das Compras</b>	<b>99.456.360,50</b>	<b>57.507.774,32</b>	<b>45.227.478,31</b>	<b>137.291.001,81</b>	<b>760.877,94</b>
DEVOLUÇÃO DE COMPRAS	0,00	0,00	0,00	227,07	0,00
DESCONTO ABATIMENTOS COMPRAS	20.827.334,00	0,00	0,00	6.178.332,48	0,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>78.629.026,50</b>	<b>57.507.774,32</b>	<b>45.227.478,31</b>	<b>131.112.442,26</b>	<b>760.877,94</b>

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



## 11.6 - MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS

(euros)

Rubrica	2015				
	Orçamentado	Proc. Aquisição	Enc. Assumidos	Processadas	Pagas
<b>Imobilizações Corpóreas</b>					
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	1.095.528,00	4.888,02	4.888,02	26.022,52	4.888,02
<b>Equipamento Básico</b>					
Médico-Cirúrgico	1.710.414,00	1.207.592,25	1.206.441,46	613.829,13	93.018,75
de Imagiologia	216.500,00	166.598,58	166.598,58	396.104,72	69.597,09
de Laboratório	248.500,00	22.552,20	22.552,20	1.486,23	0,00
Mobiliário Hospitalar	48.500,00	28.888,66	27.948,04	260.111,29	0,00
Desinfecção e esterilização	48.500,00	0,00	0,00	-70.113,00	0,00
de Hotelaria	48.500,00	9.640,25	9.640,25	142.007,31	0,00
Outro	58.254,00	19.128,87	18.756,81	65.258,68	0,00
<b>Total da conta 423</b>	<b>2.379.168,00</b>	<b>1.454.400,81</b>	<b>1.451.937,34</b>	<b>1.408.684,36</b>	<b>162.615,84</b>
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	-57.837,90	0,00
Ferramentas e Utensílios de desgaste rápido	10.000,00	0,00	0,00	-37.793,16	0,00
<b>Equipamento Administrativo e Informático</b>					
Equipamento Administrativo	8.500,00	6.938,81	6.938,81	-1.139,16	0,00
Equipamento Informático	384.255,00	33.772,24	33.772,24	194.487,66	7.232,40
<b>Total da conta 426</b>	<b>392.755,00</b>	<b>40.711,05</b>	<b>40.711,05</b>	<b>193.348,50</b>	<b>7.232,40</b>
Taras e Vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Imobilizações Corpóreas</b>	<b>3.877.451,00</b>	<b>1.499.999,88</b>	<b>1.497.536,41</b>	<b>1.532.424,32</b>	<b>174.736,26</b>
<b>Imobilizações Incorpóreas</b>					
Imobilizações Incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Imobilizações Em Curso</b>					
Imobilizações em curso	1.045.111,00	0,00	0,00	1.234.977,20	0,00
<b>Bens de Domínio Público</b>					
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>4.922.562,00</b>	<b>1.499.999,88</b>	<b>1.497.536,41</b>	<b>2.767.401,52</b>	<b>174.736,26</b>

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



# 12 ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

## 12.1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

### 12.1.1. IDENTIFICAÇÃO E LEGISLAÇÃO

O Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. (CHLO) é uma entidade pública empresarial detida a 100% pelo Estado Português, constituída de acordo com o Decreto - Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro.

De acordo com o estipulado na alínea a) do n.º 2 do artigo 1.º daquele diploma, o Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., integrou, por fusão, as seguintes entidades:

- O Hospital Egas Moniz, S.A., com sede na Rua da Junqueira, 126, 1349-019 Lisboa,
- O Hospital de Santa Cruz, S.A., com sede na Avenida Professor Reinaldo dos Santos, 2790-134 Carnaxide,
- O Hospital de São Francisco Xavier, S.A., com sede na Estrada do Forte do Alto do Duque, 1449-005 Lisboa.

Nos termos do n.º 4, artigo 1.º do citado diploma, as entidades atrás referidas foram extintas com a criação do Centro Hospitalar.

### 12.1.2. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., é uma pessoa coletiva de direito público, de natureza empresarial, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, nos termos do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, e do artigo 18.º do anexo da Lei n.º 27/2002, de 8 de Novembro. Consequentemente, é-lhe aplicável o regime jurídico do Sector Empresarial do Estado (Decreto-Lei n.º 558/99 de 17 de Dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto) e, subsidiariamente, o Código das Sociedades Comerciais.

### 12.1.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL EFETIVA

A Estrutura Organizacional do CHLO encontra-se detalhada no ponto 3 do Relatório de Gestão, dando-se aqui por integralmente reproduzida.

### 12.1.4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES

O Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. está integrado no Serviço Nacional de Saúde e tem por objeto principal a prestação de cuidados de saúde à população, designadamente aos beneficiários do Serviço Nacional de Saúde e aos beneficiários dos subsistemas de saúde, ou de entidades externas que com ele contratualizarem a prestação de cuidados de saúde e a todos os cidadãos em geral.

O CHLO tem também por objeto desenvolver atividades de investigação, formação e ensino, estando a sua participação na formação de profissionais de saúde dependente da respetiva capacidade formativa.

A atividade do CHLO é exercida de forma coordenada pelas três unidades hospitalares que o integram, em submissão às obrigações inerentes ao serviço público que presta, incluindo a sujeição a orientações das autoridades nacionais de saúde relativas à execução da política nacional de saúde. Assim, a grande maioria dos preços praticados pelo CHLO é aprovada oficialmente, sendo o volume de produção, no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, contratualizado anualmente com o Ministério da Saúde, através da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e da Administração Central do Sistema de Saúde, IP (ACSS).

### 12.1.5. RECURSOS HUMANOS

Os órgãos sociais do CHLO nomeados para o triénio 2014-2016 são compostos pelos seguintes elementos:

#### Conselho de Administração

Maria João Reis Silva de Soares e Pais	Presidente
Maria Celeste Malveiro Serra S.S. dos Anjos Silva	Vogal Executivo
Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	Vogal Executivo
Rita Perez Fernandez da Silva	Vogal Executivo (Diretora Clínica)
Fernanda Maria Rosa	Vogal Executivo (Enfermeira Diretora)

## Fiscal Único

Foi nomeado para o triénio 2014-2016:

Fiscal Único Efetivo BDO & Associados, SROC, Lda., representada pelo Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias.

Fiscal suplente, Dr. João Paulo Torres Cunha Ferreira

## Pessoal ao serviço do CHLO

Em 31 de Dezembro de 2015, estavam ao serviço do CHLO 3.807 colaboradores, incluindo os membros do Conselho de Administração e outro pessoal dirigente, conforme se evidencia no quadro seguinte:

Grupo de Pessoal	Total
Conselho de Administração	5
Dirigentes	18
Pessoal com Contrato Individual de Trabalho	1.939
Pessoal com Vínculo à Função Pública	1.786
Pessoal em Regime de Prestação de Serviços	59
<b>Total</b>	<b>3.807</b>

Em 31 de Dezembro de 2014 estavam ao serviço do CHLO, 3.741 colaboradores.

### 12.1.6. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

#### a) Manual de procedimentos

O CHLO dispõe de procedimentos instituídos nas diversas áreas e principais rotinas, os quais estão integrados num Manual de Procedimentos por área.

#### b) Livros de registo

Os movimentos são lançados ou integrados, para efeitos de apuramento da informação contabilística e de gestão do CHLO com recurso às diversas aplicações informáticas disponíveis e são registados nos Diários de Movimentos e no Razão.

### **c) Organização do arquivo dos documentos de suporte**

Os documentos de suporte ao registo das operações contabilísticas estão arquivados, por "pagos" e "cobrados", por número sequencial de caixa e por "Faturas em Aberto por Cliente" e "Faturas em Aberto por Fornecedor". Existe ainda o arquivo relativo ao diário de "Operações Diversas".

Em termos contabilísticos, algumas rotinas geram um número de documento interno, com numeração sequencial de base anual.

### **d) Sistemas informáticos utilizados**

O Centro Hospitalar mantém os seus registos contabilísticos na plataforma informática SISCONT da SHI.

Os principais sistemas informáticos utilizados no CHLO são os seguintes:

- Contabilidade Patrimonial e Analítica – SISCONT da SHI;
- Contas Correntes – SISCONT da SHI;
- Caixa e Bancos – SISCONT da SHI;
- Faturação – Sonho da ACSS;
- Gestão de Recursos Humanos – RHV da ACSS;
- Gestão do Património – GIAF da INDRA;
- Gestão de Stocks – da GLINTT.

### **e) Demonstrações financeiras Intercalares**

São preparadas demonstrações financeiras mensais que são enviadas para a ACSS.

### **f) Descentralização contabilística**

As instalações físicas do CHLO estão dispersas pelas três Unidades Hospitalares referidas em 12.1.1., pelo que algumas rotinas são descentralizadas, sendo a respetiva integração assegurada periodicamente.

## **12.2. NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

### **12.2.1. NOTA INTRODUTÓRIA**

#### **Base de preparação das contas**

O artigo 24º do Projeto de Estatutos publicado em Anexo ao Decreto-Lei nº 233/2005, de 29 de Dezembro, estabelece que o Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. deve seguir o Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde (POCMS), com as adaptações necessárias a estabelecer por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da Saúde.

Entretanto, foi publicado o Despacho nº 17164/2006, de 25 de Agosto, admitindo a possibilidade de existência de algumas contas previstas no POC – Plano Oficial de Contabilidade e a dispensa da utilização das contas de controlo orçamental e de ordem (classe 0 e contas 25), bem como os documentos previsionais e de prestação de contas inerentes.

De acordo com a circular informática da ACSS nº25/2012/UOC, de 30 de Outubro, as entidades públicas empresariais integradas no Sistema Nacional de Saúde devem elaborar e apresentar as suas contas a partir do exercício de 2014 de acordo com o novo referencial contabilístico- Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Esta orientação da ACSS foi reforçada pelo despacho nº 1507/2014, de 16 de Janeiro, da Secretaria de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado da Saúde, que determina o início da obrigatoriedade de aplicação do SNC nas entidades públicas empresariais da área da saúde, com a apresentação de contas do exercício de 2014.

Na sequência do Despacho nº 3016-A/2015, de 23 de Março dos Gabinetes da Secretária de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado da Saúde, que estabelece a prorrogação do prazo para apresentação de contas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) para o exercício de 2015, as demonstrações financeiras de 2014 do CHLO foram preparadas ainda de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde (POCMS), procedimento que se manteve em 2015, em consonância com as circulares normativas da ACSS nº 2 e nº 10 de 2015;

O Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de Setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) é aplicável a partir de 01 de Janeiro de 2017, com excepção das entidades piloto, da qual não faz parte o CHLO.

Consequentemente, as notas a seguir indicadas estão de acordo com a numeração sequencial definida no POCMS. As notas cuja numeração não consta deste anexo, não são aplicáveis ao CHLO ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras em apreciação.

Os valores indicados são expressos em euros.

### **12.2.2. COMPARABILIDADE DOS EXERCÍCIOS**

Nos mapas das demonstrações financeiras, os valores do exercício são comparáveis com os do exercício anterior.

### 12.2.3. CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS E MÉTODOS DE CÁLCULO

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos da empresa, segundo a convenção dos custos históricos e na base da continuidade das operações do Centro, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, substância sobre a forma, materialidade e especialização dos exercícios.

#### 12.2.3.1. CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS

Os principais critérios valorimétricos adotados foram os seguintes:

##### ***a) Imobilizações incorpóreas e corpóreas***

As imobilizações incorpóreas e corpóreas estão escrituradas ao custo histórico, com exceção dos bens móveis adquiridos até 31/12/2002 que foram valorizados com base numa avaliação independente, realizada por uma empresa da especialidade, nas três entidades que antecederam o CHLO.

O património Imóvel, não obstante também ter sido avaliado, não foi objeto de qualquer alteração, dado que foi determinado pela ACSS o adiamento do registo contabilístico do efeito da avaliação, enquanto não estiver perfeitamente definida a solução adotar relativamente ao modelo de gestão do património imobiliário afeto às entidades públicas empresariais do sector da saúde.

O novo edifício do Hospital de S. Francisco Xavier, transferido da Direcção Geral do Património em 2005, encontra-se valorizado ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes em regime de duodécimos.

As despesas de reparação e manutenção corrente do imobilizado são consideradas como custos do ano em que ocorrem.

##### ***b) Existências***

As entradas de existências são registadas ao custo de aquisição. Como método de custeio das saídas e consumos é utilizado o custo médio ponderado.

Os saldos finais de balanço são ainda ajustados na sequência das contagens físicas efetuadas com referência ao final do exercício.

### ***c) Provisões para clientes de cobrança duvidosa***

Em face da análise dos riscos de crédito, o Centro Hospitalar adotou o critério de provisionar os créditos em mora em função do nível de risco atribuído a cada grupo de entidades (clientes e devedores diversos) e da antiguidade das respetivas dívidas, assumindo um critério semelhante ao fiscalmente definido como máximo aceitável.

Relativamente aos créditos de entidades públicas, que em alguns casos têm uma antiguidade significativa, têm, no entanto, vindo a ser progressivamente regularizados, razão pela qual se optou, já no exercício de 2006, por não efetuar quaisquer provisões para riscos de cobrança associados a estes créditos. Este critério foi mantido, de forma consistente, no decurso dos exercícios de 2006 a 2015. Para as dívidas das Regiões Autónomas, foi entendimento do Conselho de Administração em anos anteriores que, dado a antiguidade bastante elevada da dívida e não terem ocorrido pagamentos, não era possível avaliar se, ou quando, se processaria a recuperação das dívidas destas entidades, razão pela qual o Conselho de Administração achou prudente manter e reforçar a provisão constituída em 2006 até 2010. Em 2011 foi vontade do Conselho de Administração alterar a política contabilística que vinha sendo adotada, passando a não reconhecer provisões para as dívidas das Regiões Autónomas e anulando, conseqüentemente, as provisões anteriormente constituídas para este fim. Esta posição do Conselho de Administração é tomada face à posição assumida pela ACSS no âmbito da correspondência trocada, reitera as instruções de que “devem os estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde manter a faturação às Regiões Autónomas nos termos do ofício circular nº 11702, de 15/12/2006”. Acrescenta-se que no decorrente ano de 2015 o Governo Português e o Governo da Região Autónoma da Madeira chegaram a um entendimento, no qual resultou a resolução da dívida até 31/08/2015 que ascendia a 4.836.099,47 euros, com um perdão parcial da mesma em 708.300,26 Euros por parte do CHLO.

### ***d) Provisão para outros riscos e encargos***

A provisão para outros riscos e encargos foi determinada com base na estimativa que o Centro Hospitalar e os seus advogados fazem dos riscos relacionados com a sua atividade e os decorrentes das ações judiciais em curso movidas por terceiros a 31 de Dezembro e tendo em conta também o histórico das ações julgadas no passado.

A provisão para taxas moderadoras, é determinada tendo em conta a probabilidade da cobrança da taxa moderadora e a antiguidade.

#### ***e) Provisão para existências***

Estas provisões são determinadas em função da rotatividade das existências, bem como da sua data de validade, nos casos em que não se encontra assegurada a respetiva reposição pelos fornecedores, sempre com referência à data de encerramento de cada exercício.

#### ***f) Locação financeira***

No ano de 2015 não foram adquiridos ativos imobilizados mediante contratos financeiros. Contudo quando se verifica a aquisição mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

#### ***g) Especialização dos exercícios***

Os custos e proveitos são reconhecidos no momento em que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento (exceto no indicado na alíneas j) abaixo).

Consequentemente, o CHLO regista nas rubricas de Acréscimos e Diferimentos, do Ativo e do Passivo, os efeitos decorrentes das operações de especialização associadas a custos e proveitos cuja documentação de suporte ainda não estava disponível à data de 31 de Dezembro, bem como outras estimativas associadas à aplicação do princípio da especialização dos exercícios, compreendendo designadamente:

- Reconhecimento dos proveitos imputáveis ao período e ainda não faturados, relativos a Internamentos e atos médicos, com exceção dos relativos aos atos médicos em curso à data do balanço;
- As remunerações e respetivos encargos relativos a horas extraordinárias, férias e subsídio de férias, vencidos e não pagos no final de cada exercício;
- Os prémios de seguro, repartidos pelos exercícios, de acordo com o respetivo período de vigência;
- Reconhecimento de compras e custos incorridos e ainda não faturados à data de encerramento das contas, provenientes de bens e serviços prestados por terceiros ainda no exercício em análise;
- Subsídio recebido a fundo perdido para financiamento de imobilizações, os quais serão reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações subsidiadas, a partir do momento em que as mesmas entrarem em funcionamento, de acordo com o referido na alínea seguinte.

#### ***h) Subsídios ao investimento***

Os subsídios ao investimento são registados em proveitos diferidos aquando do seu recebimento e são transferidos para resultados na proporção das amortizações praticadas sobre os bens financiados.

#### ***i) Pensões de reforma***

O Centro Hospitalar não tem responsabilidade de pagamento de complementos de Aposentações e de Pensões de sobrevivência de acordo com o estabelecido no artigo 159.º da Lei 55-A/2010, de 31 de Dezembro.

#### ***j) Registo dos proveitos correspondentes a atos médicos***

Os proveitos correspondentes aos atos médicos efetuados no hospital são reconhecidos em resultados no momento em que são realizados, exceto nos casos de valorização dos atos médicos em curso à data do balanço, que só são faturados depois de codificados.

#### ***k) Imposto sobre o rendimento (IRC)***

A contabilização do imposto sobre o rendimento é efetuada de acordo com o método corrente, com base na estimativa do imposto sobre o rendimento a pagar em relação ao ano a que respeita.

De acordo com o n.º 1 do artigo 52.º do CIRC e para prejuízos fiscais apurados a partir de 1 de Janeiro de 2012, o prazo de reporte é de 5 anos. Este prazo é aplicável a qualquer entidade, independentemente de esta exercer, ou não, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola.

Os prejuízos fiscais apurados a partir de 1 de Janeiro de 2012 até 31 de Dezembro de 2013 podem ser reportados por um período de 5 anos.

Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014 podem reportados por um período de 12 anos.

Desde 1 de Janeiro de 2014, a dedução de prejuízos fiscais, incluindo os prejuízos fiscais apurados antes de 1 de Janeiro de 2014, encontra-se limitada a 70 % do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução.

Em 31 de Dezembro de 2015, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam 14.404.190,77 euros.

<b>Exercício</b>	<b>Prejuízo fiscal dedutível</b>	<b>Ano Limite Utilização</b>
<b>2012</b>	7.532.197,79	2017
<b>2014</b>	1.540.187,16	2026
<b>2015</b>	5.331.805,82	2027
<b>Total</b>	<b>14.404.190,77</b>	

Em 2015, à semelhança do sucedido em exercícios anteriores, não foram reconhecidos contabilisticamente, por uma questão de prudência, impostos diferidos ativos, não se tendo adotado os procedimentos previstos na Diretriz Contabilística nº. 28.

### 12.2.3.2. MÉTODOS DE CÁLCULO UTILIZADOS

#### a) Amortizações

Os bens do ativo imobilizado corpóreo são amortizados de acordo com as taxas do Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de Setembro, utilizando-se o método das quotas constantes a partir do dia da entrada em funcionamento dos bens, sendo calculadas numa base diária, de tal modo que os bens fiquem amortizados durante o seu período de vida útil estimada.

As principais taxas de amortização utilizadas são as seguintes:

Rúbricas	% Anual
Edifícios e Outras construções	2% a 10%
Equipamento básico	12,5% a 33,33%
Equipamento transporte	14,28% a 25%
Ferramentas e utensílios	14,28% a 25%
Equipamento administrativo	10% a 33,33%
Outras imobilizações corporéas	12,5% a 25%

Os bens cujo valor unitário não ultrapasse os 1.000,00 euros são amortizados integralmente no decurso do ano da aquisição.

#### b) Provisões

Foram constituídas as seguintes provisões:

- **Provisão de dívidas a receber**

Foram constituídas provisões para dívidas a receber, de acordo com o seguinte critério:

- Provisionadas em 25% as dívidas de entidades privadas (Clientes, Utentes e Companhias de Seguros) cujos saldos estejam em mora há mais de seis meses e até 12 meses;
- Provisionadas em 50% as dívidas de entidades privadas (Clientes, Utentes e Companhias de Seguros) cujos saldos estejam em mora há mais de 12 meses e até 18 meses;

- Provisionadas em 75% as dívidas de entidades privadas (Clientes, Utentes e Companhias de Seguros) cujos saldos estejam em mora há mais de 18 meses e até 24 meses;
- Provisionadas integralmente as dívidas de entidades privadas (Clientes, Utentes e Companhias de Seguros) cujos saldos estejam em mora há mais de 24 meses.

O Conselho de Administração entende que as provisões apuradas, de acordo com os critérios de avaliação de risco atrás referidos, no montante de 6.053.319,11 euros, acautelam, com razoável segurança, os riscos de crédito associados.

- **Provisão para riscos e encargos**

Foram constituídas provisões para riscos e encargos, de acordo com o seguinte critério:

- A provisão para taxas moderadoras, é determinada tendo em conta a probabilidade da cobrança da taxa moderadora e a antiguidade.
- A provisão para outros riscos e encargos é determinada com base na estimativa que o Centro Hospitalar e os seus advogados fazem dos riscos relacionados com a sua atividade e os decorrentes das ações judiciais em curso movidas por terceiros.

Face ao entendimento do Conselho de Administração, suportado na opinião expressa pelos seus Advogados, foi reforçada em 485.366,14 euros a provisão para processos judiciais em curso.

A provisão para riscos e encargos foi reforçada em 2.777.640,52 euros, 277.640,52 para fazer face à possibilidade de não se conseguir cobrar as taxas moderadoras especializadas no final do exercício, e 2.500.000,00 euros para provisão de pagamento de suplementos remuneratórios do período 2008-2012, aos colaboradores com contrato individual de trabalho de acordo com estipulado no Decreto-Lei nº 62/79, uma vez que nesse período esses suplementos remuneratórios foram pagos ao abrigo do Código do Trabalho dando origem a processos judiciais para reposição dos valores de acordo com o Decreto-Lei nº 62/79, os quais foram resolvidos desfavoravelmente ao CHLO encontrando-se à data deste relatório a ser processado e pagos de forma faseada mensalmente.

- **Responsabilidades com complementos de pensões de reforma e sobrevivência**

O CHLO assumia a responsabilidade pelo pagamento de complementos de aposentações e de pensões de sobrevivência em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 498/72, de 9 de Dezembro, e no Decreto-Lei nº 141/79, de 22 de Maio.

A partir de 01 de Janeiro de 2011 e de acordo com o estabelecido no artigo 159.º da Lei 55-A/2010, de 31 de Dezembro essa responsabilidade passou a ser suportada pelas verbas de alienação dos imóveis do Estado afetos ao Ministério da Saúde e das Entidades integradas no SNS.

No exercício de 2015 foram pagos complementos de aposentação e sobrevivência no montante 175.647,43 euros.

### **c) Impostos**

O Centro Hospitalar encontra-se sujeito ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). No exercício em apreço, atendendo, à existência de matéria coletável negativa, o montante de imposto apurado respeita apenas às situações sujeitas a tributação autónoma.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social).

As declarações fiscais do IVA, IRS e IRC respeitantes aos anos de 2010 a 2015 do Centro Hospitalar, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, embora o Conselho de Administração considere que eventuais correções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2015.

#### **12.2.4. DÍVIDAS DE E A TERCEIROS EM MOEDA ESTRANGEIRA**

As transações em moeda estrangeira relacionam-se com aquisições no mercado externo e são contabilizadas em moeda nacional aos câmbios em vigor na data das operações, sendo atualizados os saldos de balanço, de acordo com os câmbios em vigor em 31 de Dezembro.

#### **12.2.6. IMOBILIZADO INCORPÓREO**

No imobilizado incorpóreo a conta de “Despesas de instalação” expressa o valor relativo a despesas realizadas em anos anteriores com a constituição dos três Hospitais.

A conta de “Despesas de investigação e de desenvolvimento” contém os valores despendidos em anos anteriores com projetos de investigação e desenvolvimento.

## 12.2.7 MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ATIVO IMOBILIZADO E NAS RESPECTIVAS AMORTIZAÇÕES.

### Ativo Imobilizado

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alien.	Regular.	Transf/Abates	Transf	Saldo Final
<b>Imobilizações Incorpóreas</b>							
Despesas de Instalação	541.854,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	541.854,87
Desp. Investigação Desenvolvi/o	607.033,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	607.033,17
<b>Sub-total</b>	<b>1.148.888,04</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.148.888,04</b>
<b>Imobilizações Corpóreas</b>							
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Edifícios e outras construções	95.567.586,78	26.022,52	0,00	0,00	0,00		95.593.609,30
Equipamentos básicos	58.135.969,11	3.097.615,57	0,00	0,00	1.688.931,21		59.544.653,47
Equipamentos Transporte	2.276.179,34	0,00	0,00	0,00	57.837,90		2.218.341,44
Ferramentas e utensílios	601.482,64	381,30	0,00	0,00	38.174,46		563.689,48
Equipamto administ. e informático	17.118.075,26	398.014,06	0,00	0,00	204.665,56		17.311.423,76
Outras Imobilizações corpóreas	161.199,55	0,00	0,00	0,00	0,00		161.199,55
Imob. curso de imob. corpóreas	1.994.837,55	1.234.977,20	0,00	0,00	0,00		3.229.814,75
Adiantamto p/conta imob. corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
<b>Sub-total</b>	<b>175.855.330,23</b>	<b>4.757.010,65</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.989.609,13</b>	<b>0,00</b>	<b>178.622.731,75</b>

Relativamente ao activo imobilizado corpóreo salientamos o investimento em equipamento básico, nomeadamente no equipamento cirúrgico em 1,5 milhões de euros, no equipamento de imagiologia 0,6 milhões euros, mobiliários hospitalares 0,3 milhões de euros e no equipamento hoteleiro 0,4 milhões de euros. É também de salientar o investimento em curso que corresponde a grandes obras de manutenção e melhoramento das alas hospitalares dos três hospitais.

### Amortizações Acumuladas

Rubricas	Saldo Inicial	Reforços	Regularizações	Saldo Final
<b>Imobilizações Incorpóreas</b>				
Despesas de Instalação	541.854,87	0,00	0,00	541.854,87
Desp. Investigação Desenvolvi/o	607.033,17	0,00	0,00	607.033,17
<b>Sub-total</b>	<b>1.148.888,04</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.148.888,04</b>
<b>Imobilizações Corpóreas</b>				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	44.261.922,80	4.083.144,10	0,00	48.345.066,90
Equipamentos básicos	53.418.013,03	2.188.704,90	1.607.040,33	53.999.677,60
Equipamentos Transporte	2.036.221,56	70.838,07	27.933,15	2.079.126,48
Ferramentas e utensílios	601.482,64	381,30	38.174,46	563.689,48
Equipamto administ. e informático	16.457.519,61	368.157,17	204.480,06	16.621.196,72
Outras Imobilizações corpóreas	143.823,65	8.687,92	0,00	152.511,57
Imob. curso de imob. corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamto p/conta imob. corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Sub-total</b>	<b>116.918.983,29</b>	<b>6.719.913,46</b>	<b>1.877.628,00</b>	<b>121.761.268,75</b>

### 12.2.10. DIPLOMAS LEGAIS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

De acordo com o estipulado nos diplomas legais que transformaram em sociedade anónima as Unidades Hospitalares que antecederam o Centro, foram efetuadas, no exercício de 2003, as avaliações dos respetivos ativos imobilizados corpóreos. Conforme referido na alínea a) da Nota 12.2.3.1., encontra-se pendente de decisão tutelar o reconhecimento nas demonstrações financeiras dos efeitos da avaliação dos bens imóveis que se encontram evidenciados em balanço.

As avaliações dos restantes bens de imobilizado, afetos às Unidades Hospitalares que antecederam o CHLO, realizadas em 2003, geraram uma reserva de avaliação no montante de 10.033.112,39 euros, de acordo com a seguinte discriminação:

Designação Hospital	Valor da Reserva
Hospital de Egas Moniz	8.234.289,96
Hospital S. Francisco Xavier	3.209.123,71
Hospital Santa Cruz	-1.410.301,28
<b>Total</b>	<b>10.033.112,39</b>

### 12.2.23. DEVEDORES DE COBRANÇA DUVIDOSA

Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
218111 ADSE	0,00	703,54	0,00	703,54
218112 Forças Armadas	0,00	520,86	0,00	520,86
218113 Forças Militarizadas	0,00	0,00	0,00	0,00
218114 SAMS	0,00	3.933,55	0,00	3.933,55
218115 IOSCTT - ACS Portugal Telecom	0,00	97.745,72	0,00	97.745,72
218116 Serviços Sociais	0,00	45.936,66	0,00	45.936,66
218119 Outros Subsistemas	0,00	10.637,09	0,00	10.637,09
21813 Companhias de Seguros	466.804,18	364.485,24	34.781,21	796.508,21
21819 Outros Clientes	958.898,92	322.793,40	16.640,02	1.265.052,30
2183 Utentes, c/c	4.476.100,94	688.623,63	2.275.766,62	2.888.957,95
2189 Outros clientes	0,00	1.796.977,27	0,00	1.796.977,27
<b>Total</b>	<b>5.901.804,04</b>	<b>3.332.356,96</b>	<b>2.327.187,85</b>	<b>6.906.973,15</b>

Verificou-se no total das dívidas de terceiros, em termos líquidos um aumento de 1.005.169,11 euros.

## 12.2.24. DÍVIDAS DO PESSOAL

O valor das dívidas relacionadas com Pessoal, era o seguinte:

Rúbricas	2015	2014
<b>Dívidas Activas</b>		
Reposições de Vencimento	254.033,70	248.842,80
<b>Sub-total</b>	<b>254.033,70</b>	<b>248.842,80</b>
<b>Dívidas Passivas</b>		
Remunerações a Pagar		
Despesas de Saúde	174.393,93	174.393,93
Férias e Subsídios de Férias	10.295.981,26	10.014.257,94
Encargos c/ Férias e Subsídios de I	2.316.453,09	2.376.691,44
Horas Extraordinárias e outros Abo	1.389.902,48	1.389.902,48
<b>Sub-total</b>	<b>14.176.730,76</b>	<b>13.955.245,79</b>

Os valores a pagar referente a férias e subsídio de férias, encargos e horas extras, são valores a pagar em 2016 referente a custos incorridos no ano corrente.

## 12.2.26. DÍVIDAS AO ESTADO EM SITUAÇÃO DE MORA

O CHLO não tem qualquer situação de dívida ao Estado em situação de mora.

## 12.2.28. GARANTIAS BANCÁRIAS

Existe um depósito a prazo na Instituição bancária Montepio, no montante de 47.650,00 euros, cuja finalidade é a de caucionar uma garantia bancária prestada por esse banco e constituída a favor do Tribunal de Trabalho.

## 12.2.31. MOVIMENTOS DAS PROVISÕES

Os movimentos ocorridos foram os seguintes, em conformidade com os critérios anteriormente referidos:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Provisões p/ aplicações Tesouraria				
Provisões p/ cobrança duvidosa	5.901.804,04	151.515,07	0,00	6.053.319,11
Provisões p/ riscos encargos	5.687.544,65	3.263.006,66	0,00	8.950.551,31
Provisões p/ depreciação existências	112.828,46	0,00	0,00	112.828,46
Provisões p/ investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>11.702.177,15</b>	<b>3.414.521,73</b>	<b>0,00</b>	<b>15.116.698,88</b>

As provisões para riscos e encargos já estão mencionadas na nota 12.2.3.2 b)

### 12.2.32. VARIAÇÕES NAS CONTAS DE FUNDOS PRÓPRIOS

	Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
51	Capital	126.860.000,00	6.433.333,33	0,00	133.293.333,33
571	Reservas Legais	1.163.149,34	0,00	0,00	1.163.149,34
572	Reservas Estatutárias	58.831,59	0,00	0,00	58.831,59
574	Reservas Livres	12.774.118,72	0,00	0,00	12.774.118,72
576	Doações	2.025.640,05	46.366,91	0,00	2.072.006,96
577	Reservas dec. Transf. Activ	29.701.398,46	0,00	0,00	29.701.398,46
59	Resultados Transitados	-142.721.999,20	-11.614.898,14	-5.344.567,47	-159.681.464,81
88	Resultado Líquido do Exerc	-5.344.567,47	-12.764.246,32	5.344.567,47	-12.764.246,32
	<b>Total</b>	<b>24.516.571,49</b>	<b>-17.899.444,22</b>	<b>0,00</b>	<b>6.617.127,27</b>

O capital estatutário é detido pelo Estado Português e foi fixado no Mapa II do Anexo I do Decreto-Lei nº 233/2005, de 29 de Dezembro em 126.860.000,00 euros. Pelo aumento de capital registado e realizado em conformidade com o despacho nº 3016-B/2015 de 24 de Março de 2015, em 6.433.333,33 euros, perfaz actualmente 133.293.333,33 euros.

O montante de 46.336,91 euros na rubrica doações refere-se a donativos de equipamento e numerário, obtidos no decurso do ano.

A redução da rubrica de resultados transitados decorre essencialmente de:

- i) aplicação dos resultados líquidos do exercício de 2014, no montante de 5.344.567,47 euros;
- ii) reversão do aditamento do contrato programa de 2013 em 6.433.333,33 euros;
- iii) regularização do acréscimo de proveitos do Contrato programa de 2011, no montante de 2.678.756,28 euros, em resultado do encerramento da sua conferência por parte da ACSS;
- iv) constituição de provisão para pagamento de suplementos remuneratórios do período 2008-2012, de 2.500.000,00 euros aos colaboradores com contrato individual de trabalho, de acordo com estipulado no Decreto-Lei nº 62/79, conforme explicado na Nota 12.2.3.2.;

### 12.2.33. DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Códigos Contas	Movimentos	Mercadorias	Matérias Primas, Subs. e Consumo
36	Existências iniciais	0,00	6.821.933,51
31	Compras	0,00	84.689.049,83
793 + 693	Regularização de existências	0,00	572,51
36	Existências finais	0,00	15.422.355,64
61	Custos no exercício	0,00	76.089.200,21

### 12.2.35. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ATIVIDADE E POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

A atividade do CHLO desenvolve-se exclusivamente em Portugal, pelo que os serviços prestados ocorreram todos no País.

### 12.2.37. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os custos e perdas financeiras respeitam, essencialmente, ao pagamento de serviços bancários.

Custos e Perdas		Exercícios	
Cod	Designação	2015	2014
681	Juros Suportados	134,81	188.860,82
683	Amortizações investimentos em imóveis	0,00	0,00
684	Provisões p/ aplicações financeiras	0,00	0,00
685	Diferenças ed câmbio desfavoráveis	621,32	204,18
687	Perdas na alienação aplicações tesouraria	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiras	30.266,51	20.657,32
	Resultados financeiros (+/-)	84.818,58	221.622,51
	<b>TOTAL</b>	<b>115.841,22</b>	<b>431.344,83</b>

Os proveitos e ganhos financeiros respeitam essencialmente aos juros provenientes de descontos que provem de negociações de pagamentos a fornecedores.

Proveitos e Ganhos		Exercícios	
Cod	Designação	2015	2014
781	Juros Obtidos	0,00	56.434,77
783	Rendimentos de Imóveis	0,00	0,00
785	Diferenças de câmbio favoráveis	174,61	11,03
786	Descontos p/pagamentos obtidos	107.076,50	374.834,68
787	Outros custos e perdas financeiras	0,00	0,00
788	Outros proveitos e ganhos financeiros	8.590,11	64,35
<b>TOTAL</b>		<b>115.841,22</b>	<b>431.344,83</b>

O resultado financeiro do exercício é positivo em 84.818,58 euros, essencialmente em virtude dos juros provenientes de descontos obtidos em negociação com os fornecedores.

#### 12.2.38. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Custos e Perdas		Exercícios	
Cod	Designação	2015	2014
691	Transferências de capital concedidas	928,76	0,00
692	Dívidas incobráveis	153.381,26	33.642,05
693	Perdas em existências a)	1.340,76	1.529,27
694	Perdas em imobilizações b)	111.981,13	64.838,49
695	Multas e penalidades c)	71.102,00	1.911,25
696	Aumentos amortizações e provisões d)	485.366,14	112.828,46
697	Correcções relativas exercícios anteriores e)	6.132.246,21	4.489.137,47
698	Outros custos perdas extraordinários f)	708.275,35	187.008,88
	Resultados extraordinários (+/-)	-6.029.994,59	1.257.867,30
<b>TOTAL</b>		<b>1.634.627,02</b>	<b>6.148.763,17</b>

Proveitos e Ganhos		Exercícios	
Cod	Designação	2015	2014
792	Recuperações de dívidas	0,00	232.954,34
793	Ganhos em existências	1.913,27	12.003,31
794	Ganhos em imobilizações	0,00	0,00
795	Benefícios e penalidades contratuais	44.811,73	34.013,07
796	Reduções de amortizações provisões	0,00	550.734,71
797	Correcções relativas exercícios anteriores g)	1.106.881,26	5.020.714,71
798	Outros proveitos ganhos extraordinários h)	481.020,76	298.343,03
<b>TOTAL</b>		<b>1.634.627,02</b>	<b>6.148.763,17</b>

Os montantes mais expressivos de cada rubrica dizem respeito ao seguinte:

- a) As perdas em existências respeitam às quebras apuradas nas conferências físicas realizadas próximo do final do exercício e outros acertos efetuados ao longo do exercício;
- b) As perdas em imobilizações decorrem essencialmente dos movimentos de abates de imobilizado ocorrido no exercício;
- c) As multas e penalidades resultam de custos de multas fiscais, essencialmente pela perda do direito de reembolso dos Pagamentos Especiais por Conta de IRC efectuados em 2008;
- d) O aumento das provisões contabilizado na rubrica de custos e perdas extraordinárias, justifica-se com a constituição da provisão para processos judiciais em curso;
- e) As correções relativas a exercícios anteriores respeitam, essencialmente, correcções ao contrato programa e regularização de taxas moderadoras;
- f) As correções relativas a outros custos e perdas extraordinárias estão relacionadas essencialmente com a Região Autónoma da Madeira já expressa na nota 12.2.3.1 c);
- g) Os Outros Ganhos e Proveitos Extraordinários englobam essencialmente o proveito imputado ao exercício da parte proporcional relacionada com o reconhecimento de subsídios ao Investimento recebidos em exercícios anteriores, destinados ao cofinanciamento de investimentos realizados.

## **12.2.39. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**

### **12.2.39.1.ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS**

Decomposição dos saldos evidenciados no balanço em 31 de Dezembro de 2015:

<b>Acréscimos de Proveitos</b>		<b>2015</b>	<b>2014</b>
2711	Juros a receber	0,00	0,00
27191	Instituições Ministério da Saúde	53.136.392,23	65.744.493,06
27199	Outras Entidades	6.735.869,56	7.509.962,05
<b>Total</b>		<b>59.872.261,79</b>	<b>73.254.455,11</b>

<b>Custos Diferidos</b>		<b>2015</b>	<b>2014</b>
2729	Outros Custos Diferidos	1.000,00	34.899,12
<b>Total</b>		<b>1.000,00</b>	<b>34.899,12</b>

<b>Acréscimos de Custos</b>		<b>2015</b>	<b>2014</b>
2732	Remunerações a liquidar	14.002.336,83	13.780.851,86
2739	Outros acréscimos de custos	2.123.685,55	1.914.110,14
<b>Total</b>		<b>16.126.022,38</b>	<b>15.694.962,00</b>

<b>Proveitos Diferidos</b>		<b>2015</b>	<b>2014</b>
2745	Subsídios para Investimentos	1.751.701,13	1.988.114,57
2749	Outros proveitos diferidos	2.607.973,43	0,00
<b>Total</b>		<b>4.359.674,56</b>	<b>1.988.114,57</b>

Na rubrica acréscimos de proveitos estão registados nomeadamente, os proveitos provenientes dos atos médicos prestados em 2012 a 2015, mas ainda não faturados à ACSS no âmbito do Contrato Programa (43.709.133,64 euros), e à ARSLVT no que se refere as Dialise Peritoneal e Hemodialise (8.454.109,82 euros), utentes e outros clientes de atos médicos, taxas moderadoras e medicamentos não emitida no valor de 7.709.018,33 euros;

Nos acréscimos de custos, remunerações a liquidar, estão registados os valores a pagar aos colaboradores no ano de 2016, mas respeitantes a 2015 e que dizem respeito a férias, subsídio de férias, trabalho extraordinário e encargos sobre remunerações relacionados com as mesmas. Na rubrica Outros Acréscimos de Custos estão registados custos ocorridos em 2015, relacionados com Compras e Fornecimentos e Serviços Externos, mas cujas faturas ainda não tinham sido recebidas à data do fecho das contas ou são datadas de 2016, mas respeitam ao exercício de 2015.

Os proveitos diferidos contemplam essencialmente subsídios recebidos para o investimento mas cujos proveitos serão registados na proporção das amortizações dos bens associados, e também o efeito do programa centralizado de financiamento da hepatite C que implica um efeito nulo nos resultados do CHLO, uma vez que compensa o custo incorrido com o consumo destes medicamentos;

### 12.2.39.2. REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Órgãos Sociais		2015
6411	Conselho de Administração	354.295,37
6223	Fiscal Único a)	17.802,88
<b>Total</b>		<b>372.098,25</b>

a) Inclui IVA à taxa legal

### 12.2.39.3. DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro estas rubricas apresentavam a seguinte composição:

Activo		2015	2014
211	Clientes C/C	476.816,83	970.467,74
2111	Subsistemas	53.330,99	204.100,30
2113	Companhias de Seguros	313.785,71	725.172,14
2119	Outros Clientes	109.700,13	41.195,30
213	Utentes	101.966,66	699.427,21
215	Instituições do Estado	288.456.832,00	305.745.423,72
218	Clientes Cobrança Duvidosa	6.906.973,15	5.901.804,04
21811	Subsistemas	159.477,42	0,00
21813	Companhias de Seguros	796.508,21	466.804,18
21819	Outros Clientes	1.265.052,30	958.898,92
2183	Utentes c/c	2.888.957,95	4.476.100,94
2189	Outros Clientes	1.796.977,27	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	217.031,13	211.134,31
26	Outros Devedores	15.572.404,16	14.430.197,73
262	Pessoal	254.033,70	248.842,80
268311	Instituições Ministério da Saúde	13.235.388,49	12.573.543,25
268319	Outras Instituições Públicas	1.335.811,52	439.080,74
26832	Cauções a Fornecedores	0,00	0,00
26833	Adiantamentos a doentes	5.500,00	5.500,00
26839	Outros Devedores diversos	373.184,01	794.926,79
	Outros Devedores	368.486,44	368.304,15
268999	Adiantamentos a fornecedores m/l prazo	5.565.776,88	5.701.613,78
<b>TOTAL</b>		<b>317.297.800,81</b>	<b>333.660.068,53</b>

De acordo com a Circular Normativa nº 14/2012, de 10 de Fevereiro, os Proveitos estimados da Produção são registados em "Acréscimos e Diferimentos", os valores faturados referentes a Contrato-programa ainda não validados pela ACSS em "Dívidas de terceiros – curto prazo – Instituições Crédito" e os adiantamentos recebidos da ACSS em "Adiantamentos de Clientes" no Passivo.

A rubrica 268999 – Adiantamentos a Fornecedores m/l prazo, reflete a aplicação do despacho 814 do SES em que a dívida bancária do Somos Compras, ACE é transferida para a participante do ACE, a

SUCH, tendo esta uma participação em 91%. Por sua vez os Centros Hospitalares, pertencentes ao mesmo ACE, asseguram a liquidação da dívida junto das entidades bancárias; Ficando estes com um crédito sobre SUCH a regularizar a partir de 01 de Janeiro de 2014 e no prazo de 10 anos.

(Vide desenvolvimento sobre este assunto capítulo 9 – Considerações Finais).

#### 12.2.39.4. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Esta rubrica apresenta a seguinte desagregação, a nível de Ativo e de Passivo:

Activo		Exercícios	
Designação	2015	2014	
IRC - Pagamento Especial p/ Conta	308.700,87	308.700,87	
IRC - Pagamento p/ Conta	0,00	193.538,64	
IRC - Retenção na Fonte	78,65	6.622,26	
<b>Total</b>	<b>308.779,52</b>	<b>508.861,77</b>	

Passivo		Exercícios	
Designação	2015	2014	
IRS - Trabalho Dependente	1.305.788,03	1.242.612,03	
IRS - Trabalho Independente	10.899,54	14.451,00	
IRS - Outro Rendimentos	0,00	7.475,00	
IVA a Pagar	62.990,97	144.215,88	
Contribuições Segurança Social	2.154.568,97	2.052.430,62	
IRC-Imposto a pagar	22.904,44	23.681,78	
Restantes Impostos	0,00	1.955,06	
<b>Total</b>	<b>3.557.151,95</b>	<b>3.486.821,37</b>	

#### 12.2.39.5. OUTROS CREDITORES

Em 31 de Dezembro esta rubrica tinha a seguinte composição:

Passivo		2015	2014
262	Pessoal	174.393,93	174.393,93
263	Sindicatos	10.923,63	9.311,02
26881	Credores Diversos Instituições Estado	6.292.295,01	5.192.109,70
26882	Cauções de Fornecedores	1.132,60	1.132,60
26889	Outros Credores Diversos	970.847,18	1.085.935,67
2689	Outros	142.195,17	140.294,09
	<b>Total</b>	<b>7.591.787,52</b>	<b>6.603.177,01</b>

### 12.2.39.6. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O saldo decompõe-se pelas seguintes rubricas:

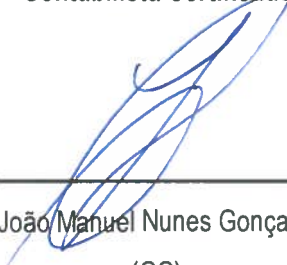
Rúbrica		2015	2014
621	Subcontratos	6.444.381,90	5.888.659,06
62211	Electricidade	1.900.493,56	1.749.538,89
62212	Combustível	2.363.269,70	3.066.542,24
62213	Água	685.093,81	516.708,41
62219	Rendas e Alugueres	942.336,52	955.563,92
62222	Comunicação	203.416,41	255.014,25
62229	Honorários	707.783,28	593.562,03
62232	Conservação e Reparação	4.330.536,54	4.140.137,19
62234	Limpeza, Higiene e Conforto	2.597.815,76	2.363.350,96
62235	Vigilância e Segurança	774.117,75	861.715,10
62236	Trabalhos especializados	5.658.615,27	5.553.644,60
6229	Outros Fornecimentos e serviços	94.731,93	96.969,03
	Outros Custos	105.994,42	98.039,20
<b>Total</b>		<b>26.808.586,85</b>	<b>26.139.444,88</b>

A rubrica com maior aumento, face ao período homólogo, é essencialmente a dos subcontratos em consequência do reconhecimento em 2015 dos custos referentes à oxigenioterapia. A rubrica de combustíveis regista uma acentuada diminuição, resultante da alteração do contrato da cogeração.

### 12.2.39.9. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS TERMO DO EXERCÍCIO

Não ocorreram quaisquer outros factos relevantes após o termo do exercício que possam vir a ter impacto nas demonstrações financeiras do Centro Hospitalar, em 31 de Dezembro de 2015.


**Contabilista Certificado**




---

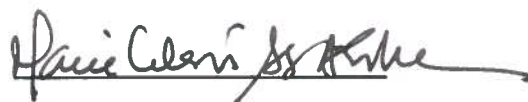
João Manuel Nunes Gonçalves  
(CC)

**O Conselho de Administração**




---

Maria João Reis Silva de Soares Pais  
(Presidente)



Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva  
(Vogal)



Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira  
(Vogal)

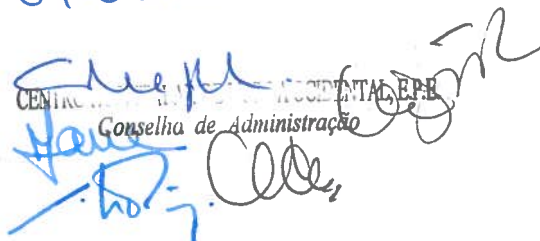


Rita Perez Fernandez da Silva  
(Diretora Clinica)



Fernanda Maria da Rosa  
(Enfermeira Diretora)

# 13 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

O CA tomou conhecimento  
04.05.16

CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA OCIDENTAL, E.P.E.  
Conselha de Administração

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. (adiante também designado por CHLO ou Centro), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um ativo líquido de 443 739 271 euros e um fundo patrimonial positivo de 6 617 127 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 12 764 246 euros), as Demonstrações de Resultados por Natureza e por Funções, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, referentes ao exercício findo naquela data.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do CHLO, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. Exceto quanto às situações mencionadas nos parágrafos 7 e 8 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## Reservas

7. Os diplomas legais respeitantes à transformação, em sociedades anónimas, dos Hospitais de São Francisco Xavier, Egas Moniz e Santa Cruz, estipularam a obrigatoriedade de se proceder à reavaliação dos imobilizados corpóreos destas instituições, a reconhecer contabilisticamente até ao final de 2003 por contrapartida do Património. Ao que apurámos, por orientação da Tutela, as reavaliações dos bens imóveis não foram refletidas contabilisticamente, sendo que não estão disponíveis elementos que permitam quantificar o efeito desta situação nas demonstrações financeiras do CHLO em 31 de dezembro de 2015, o que configura uma limitação ao âmbito e profundidade do nosso trabalho.

8. À data da emissão desta certificação, não fomos ainda habilitados com um conjunto significativo de respostas aos pedidos de confirmação de saldos e de outras informações, nomeadamente de clientes no âmbito do Ministério da Saúde, sendo inconclusivas algumas das respostas recebidas. Importa salientar que o Ativo inclui Dívidas de Terceiros de Médio e Longo Prazo de 5 565 777 euros, em 31 de dezembro de 2015, a receber do SUCH - Serviço de Utilização Comum dos Hospitais, no âmbito da dissolução e liquidação do ACE “Somos Compras” e face ao Decreto-Lei n.º 209/2015, 25 de setembro, mas que o SUCH ainda não confirmou. Por outro lado, está em curso, pela Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS), o processo de conferência para encerramento dos Contratos-Programa de exercícios anteriores, do qual poderão resultar ajustamentos que ainda não é possível quantificar. Estas situações configuram limitações ao âmbito e profundidade do nosso trabalho.

## Opinião

9. Em nossa opinião, exceto quanto aos eventuais efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 7 e 8 anteriores, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal no Sector Público da Saúde.

## Ênfases

10. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, salientamos que:

10.1 O Despacho n.º 3016-B/2015, de 23 de março dos Gabinetes da Secretária de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado da Saúde determinou, em 2015, o aumento do capital estatutário do CHLO em 6 433 333 euros. Não obstante o aumento de capital verificado, o total do Fundo Patrimonial ascende, em 31 de dezembro de 2015, a 6 617 127 euros, quando o Património do CHLO é de 133 293 333 euros, que está assim perdido em mais de 50%, em virtude dos resultados transitados negativos acumulados, sendo que se admite que o princípio da continuidade, como entidade pública empresarial, será assegurado pelo Estado. O

Conselho de Administração contempla especificamente no seu Relatório de Gestão a análise da sustentabilidade e o controlo do equilíbrio financeiro do CHLO.

10.2. Na sequência do Despacho n.º 3016-A/2015, de 23 de março dos Gabinetes da Secretária de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado da Saúde, foi estabelecida a prorrogação do prazo para apresentação de contas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) para o exercício de 2015. No entanto, por forma a dar cumprimento às circulares normativas da ACSS n.º 2/2015, de 28 de janeiro e n.º 10/2015, de 11 de junho, e tendo presente a entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) a partir de 1 de janeiro de 2017, conforme estipulado no Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, as demonstrações financeiras de 2015 do CHLO foram preparadas ainda de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde (POCMS).

#### **Relato sobre outros requisitos legais**

11. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

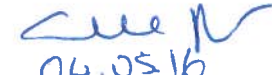
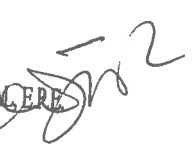
Lisboa, 28 de abril de 2016



---

Pedro Aleixo Dias, em representação de  
BDO & Associados - SROC

## 14 RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Haus:   
04.05.16  
CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA OCIDENTAL, E.P.E.  
Conselho de Administração 

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

No cumprimento do mandato que nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, vem o Fiscal Único emitir o seu relatório anual e parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas de 2015 do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. (adiante designado também por CHLO ou Centro), datado de 28 de abril de 2016.

O Relatório de Gestão e Contas de 2015 responde, apropriadamente, às exigências legais aplicáveis em geral e, especificamente, às exigências de divulgação previstas no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Os referidos documentos de prestação de contas foram objeto de exame, ficando a Certificação Legal das Contas a fazer parte integrante do presente relatório. O Balanço, as Demonstrações de Resultados por Natureza e por Funções, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o respetivo Anexo e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira, dos resultados e dos fluxos de caixa do CHLO e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Do trabalho realizado, salientamos os seguintes aspetos:

- Na sequência dos resultados negativos que o CLHO tem apresentado nos últimos anos, embora o Resultado Líquido de 2013 tenha sido positivo, verifica-se que o Património do Centro em 31 de dezembro de 2015 está perdido em mais de 50%.
- Da revisão efetuada, não foi identificado qualquer incumprimento, por parte do CHLO, dos deveres especiais de informação, nos termos do Despacho nº14277/2008, de 23 de maio.
- O relatório das boas práticas de governo societário cumpre o disposto no n.º 1 do artigo 54º do Decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.
- Foi implementado um plano de redução de custos, tendo o CHLO alcançado uma redução de custos operacionais (custo das mercadorias vendidas e consumidas, fornecimentos e serviços externos e gastos com o pessoal, no seu conjunto) de 19,5%, em 2015 face a 2010.
- No que concerne às remunerações quer ao nível dos órgãos de administração e fiscalização, quer ao nível dos trabalhadores, verifica-se que o CHLO procedeu às alterações necessárias a dar cumprimento às orientações vigentes em 2015.

- Os saldos a receber de Instituições do Estado ascendem em 31 de dezembro de 2015 a cerca de 36 227 000 euros que, de acordo com as orientações do Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde, não foram provisionados, apesar da significativa antiguidade de muitos desses saldos (cerca de 28 300 000 euros com antiguidade superior a dois anos), e do facto de algumas entidades, nomeadamente da Região Autónoma dos Açores (cerca de 19 395 000 euros) não reconhecerem as dívidas perante o CHLO. Salientamos que no passado o CHLO provisionou parte das dívidas destas entidades tendo, subsequentemente, anulado essas provisões, na sequência de orientações da Tutela no sentido de reconhecer contabilisticamente os valores a receber das Regiões Autónomas. Em 2015, o Governo Português e o Governo da Região Autónoma da Madeira chegaram a um entendimento, no qual resultou a resolução da dívida até 31 de agosto de 2015, que ascendia a 4 836 100 euros, com um perdão parcial da mesma em 708 300 euros por parte do CHLO. Esta situação pode afetar o equilíbrio económico-financeiro, não sendo possível avaliar o período temporal do recebimento destes valores.

Face ao exposto, somos de parecer:

- Que seja aprovado o Balanço, as Demonstrações de Resultados por Natureza e por Funções, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o respetivo Anexo e o Relatório de Gestão, apresentados pelo Conselho de Administração referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015;
- Que seja aprovada a Proposta de Aplicação de Resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 28 de abril de 2016

O Fiscal Único,



---

Pedro Aleixo Dias, em representação de  
BDO & Associados - SROC